

Caderno de Pesquisa em **Ciências Sociais e Aplicadas**

Volume II

Mônica Aparecida Bortolotti
Maricléia Aparecida Leite Novak
Organização

ARCO
EDITORES ● ● ●



Caderno de Pesquisa em **Ciências Sociais e Aplicadas**

Volume II

Mônica Aparecida Bortolotti
Maricléia Aparecida Leite Novak
Organização

A R C O
EDITORES ● ● ● ●



Editor Chefe

Ivanio Folmer

Bibliotecária

Tábata Alves da Silva

Revisora Técnica

Gabriella Eldereti Machado

Diagramação e Projeto Gráfico

Gabriel Eldereti Machado

Imagem capa

www.canva.com

Revisão

Organizadores e Autores(as)

Conselho Editorial

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva - Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Profa. Dra. Alicia Eugenia Olmos - Universidad Católica de Córdoba

Prof. Dr. Astor João Schönell Júnior - Instituto Federal Farroupilha

Prof. Dr. Alan Ricardo Costa - Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Camilo Darsie de Souza - Universidade de Santa Cruz do Sul

Prof. Dr. Carlos Adriano Martins - Universidade Cidade de São Paulo

Prof. Dr. Christian Dennys Monteiro de Oliveira - Universidade Federal do Ceará

Profa. Dra. Dayse Marinho Martins - Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Deivid Alex dos Santos - Universidade Estadual de Londrina

Prof. Dr. Dioni Paulo Pastorio - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana dos Santos - Faculdade Sesi-Sp de Educação

Profa. Dra. Elane da Silva Barbosa - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Profa. Dra. Francielle Benini Agne Tybusch - Universidade Franciscana

Prof. Dr. Francisco Odécio Sales - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

Prof. Dr. Gilvan Charles Cerqueira de Araújo - Universidade Católica de Brasília

Prof. Dr. Leonardo Bigolin Jantsch - Universidade Federal de Santa Maria

Profa. Dra. Liziany Müller Medeiros - Universidade Federal de Santa Maria

Profa. Dra. Marcela Mary José da Silva - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

Prof. Dr. Mateus Henrique Köhler - Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Michel Canuto de Sena - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Profa. Dra. Mônica Aparecida Bortolotti - Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof. Dr. Rafael Nogueira Furtado - Universidade Federal do ABC

Prof. Dr. Roberto Araújo Silva - Centro Universitário Lusíada

Prof. Dr. Sidnei Renato Silveira - Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Thiago Ribeiro Rafagnin - Universidade Federal do Oeste da Bahia

Prof. Dr. Tomás Raúl Gómez Hernández - Universidade Central “Marta Abreu” de Las Villas

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Caderno de pesquisa em ciências sociais e aplicada
[livro eletrônico] : volume II / organizadoras
Mônica Aparecida Bortolotti, Maricléia
Aparecida Leite Novak. -- Santa Maria, RS :
Arco Editores, 2023.
PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-5417-155-7

1. Administração 2. Ciências contábeis
3. Ciências sociais - Pesquisa I. Bortolotti, Mônica
Aparecida. II. Novak, Maricléia Aparecida Leite.

23-175048

CDD-300.72

Índices para catálogo sistemático:

1. Ciências sociais : Pesquisa 300.72

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253



10.48209/978-65-5417-155-7

Esta obra é de acesso aberto.

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte
e a autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada.



ARCO EDITORES

Telefone: 5599723-4952

contato@arcoeditores.com

www.arcoeditores.com

PREFÁCIO

*Mônica Aparecida Bortolotti
Maricléia Aparecida Leite Novak*

No meio acadêmico, a busca contante em estabelecer relação teórico e prática, contribui para tornar o processo de aprendizado efetivo. Independentemente se o propósito for, seguir na academia ou o mercado de trabalho em instituições públicas ou privadas, a importância da escrita formal, seguindo normas e contextualizando a temática é indispensável para o profissional de ciências sociais e aplicadas. Com este propósito o incentivo é constante para que se valorize o engajamento e o envolvimento dos estudantes na construção de estudos e em consequência na publicação. Portanto, segue cinco estudos realizados para explicar esse cenário.

O primeiro capítulo aborda a teoria dos custos de produção, com o título custos e formação de preço de venda: um estudo de caso em um comércio varejista de vestuário. Para os autores essas Ferramentas de gestão como métodos de custeio e precificação possibilitam que as empresas determinem os custos de produção, comercialização ou prestação de serviços, bem como da gestão da lucratividade de suas operações. Diante da crescente competitividade, as empresas precisam atuar de maneira ágil e flexível para responder as novas demandas do mercado. Nesse contexto, a pesquisa de caráter descritivo tem como o objetivo geral realizar uma análise estratégica fundamentada na gestão de custos em uma empresa varejista de pequeno porte do ramo de vestuário com intuito de auxiliar o processo de administração do negócio e elaborar propostas de precificação. Para condução do estudo, foi adotada uma abordagem qualitativa, além de um procedimento de estudo de caso. O estudo permitiu

identificar em um período de doze meses as práticas de custeio e de formação de preços em um mix de vinte produtos. Constatou-se que os métodos de precificação utilizados pela empresa, apesar de não levar em consideração as despesas, são consistentes, mas precisam ser aprimoradas em alguns produtos que geraram resultados líquidos acima do esperado pela empresa. Verificou-se que o resultado líquido do período com o preço de venda orientativo foi 15,83% e no preço de venda praticado a margem de lucro foi de 19,93%. Conclui-se que a utilização de práticas de gestão de custos permite que a empresa compreenda os reais gastos envolvidos na operação do negócio e, de forma estratégica, proponha preços de venda que permitam garantir a sobrevivência no mercado e alcançar uma situação financeira saudável.

O segundo e o terceiro capítulo, representa trabalhos complementares, sendo o primeiro estudo o embasamento teórico, e, o segundo o estudo, uma análise dos critérios de formação de preço das prestadoras de serviço Copel e Sanepar. A pesquisa é consequência da constatação das autoras, que perceberam a existência de diferentes critérios de reajustes de preços realizados ao longo dos últimos anos nos serviços essenciais de saneamento básico e de fornecimento de energia elétrica prestados pela Companhia Paranaense de Energia (Copel) e pela Companhia Paranaense de Saneamento do Paraná (Sanepar). O controle de preços das estatais é realizado por agências reguladoras específicas. A ênfase do trabalho, portanto, encontra-se na análise da evolução dos preços administrados, observando-se o comportamento da inflação no período. Para tanto, a pesquisa tem por objetivo analisar os critérios de reajuste de preços dos serviços de empresas estatais de transmissão de energia e saneamento básico no Estado do Paraná, especificamente da Copel e da Sanepar, no período de 2016 a 2020. Enquanto aspectos metodológicos, o trabalho compreende uma abordagem fundamentalmente qualitativa, com uma perspectiva descritiva dos fatos e com um estudo de múltiplos casos das duas empresas estatais. Os resultados

indicaram para uma constante variação nos reajustes tarifários, que contribuiu positivamente para o aumento das receitas financeiras contabilizadas pelas estatais. Apesar da crise hídrica e do agravamento da pandemia da Covid-19, as receitas não apresentaram decréscimos durante todo o período analisado. Os efeitos dos reajustes de preços, no entanto, são expressivos para os consumidores a depender da realidade financeira de cada consumidor que utiliza os serviços prestados.

O quarto trabalho, aborda a personificação jurídica como instrumento de desenvolvimento de propriedades rurais turísticas, com o objetivo de analisar os reflexos da formalização empresarial da pequena propriedade rural para operar no seguimento turístico com delineamento conceitual do desenvolvimento sustentável e do turismo rural, articulados com a análise dos benefícios relacionados à formalização da atividade empresarial realizada por pequenos empresários rurais, na qualidade de microempresas e/ou empresas de pequeno porte. O turismo rural é atividade ampla e que envolve diversas áreas das comunidades em que é exercido, direta e indiretamente. Considerando multidisciplinariedade da temática do desenvolvimento, juntamente com a necessidade da execução de turismo de forma sustentável a fim de possibilitar a continuidade da atividade. Ademais, o estudo trata da personificação jurídica sob a ótica da formalização das atividades turísticas rurais, trazendo à baila os benefícios previstos na Lei Complementar n. 123/2006, que nos leva à conclusão de que a adesão dos pequenos empresários de turismo rural podem ser beneficiados pelo enquadramento no regime de microempresa ou empresa de pequeno porte, possibilitando a flexibilização das fiscalizações realizadas pelos órgãos responsáveis, a adesão facilitada a linhas de crédito, tratamento preferencial nos certames públicos de licitação, a competição de igual para igual com empresas com grande poder econômico.

Por fim, um estudo da rentabilidade da produção de laticínios em uma propriedade rural. As autoras contextualizam que o agronegócio envolve diversas atividades, entre elas a transformação de produtos agropecuários dentro das propriedades rurais, esse processo vem conseguindo seu destaque em meio a economia brasileira. Dessa forma é necessário que os produtores conheçam melhor as práticas contábeis e estejam preparados para uma futura tomada de decisão. É necessário também uma avaliação da lucratividade do seu negócio, mostrar o real lucro dos investimentos realizados. Uma propriedade rural precisa do auxílio da contabilidade para saber no que investir e como investir, é necessário ter certeza de que seu investimento gera lucro para o seu patrimônio. O objetivo geral deste artigo é analisar a rentabilidade na produção de laticínios, em relação aos seus custos e despesas, o estudo foi realizado em uma propriedade no interior de Irati/PR. Os resultados alcançados por meio de métodos de análise de custos, evidenciando a rentabilidade obtida com a produção de laticínios, mostram um pequeno prejuízo, entendendo assim que o conhecimento das ferramentas contábeis e a sua aplicação correta é fator primordial para a administração e controle da propriedade rural, podendo, dessa forma saber a real situação de seu patrimônio

Desejamos boa leitura e inspiração para vocês!

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇO DE VENDA: UM ESTUDO DE CASO EM UM COMÉRCIO VAREJISTA DE VESTUÁRIO.....	11
---	-----------

Igor Soares de Souza

Alex Correa

doi: 10.48209/978-65-5417-155-A

CAPÍTULO 2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA PARA OS CRITÉRIOS DE REAJUSTE DE PREÇO DOS SERVIÇOS PRESTADOS POR EMPRESAS ESTATAIS NO PARANÁ: UMA ANÁLISE DA COPEL E DA SANEPAR.....	34
---	-----------

Maria Cláudia Bobek

Almir Cléydison Joaquim da Silva

Mônica Aparecida Bortolotti

doi: 10.48209/978-65-5417-155-B

CAPÍTULO 3 - DESCRIÇÃO EMPÍRICA DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTE DE PREÇO DOS SERVIÇOS PRESTADOS POR EMPRESAS ESTATAIS NO PARANÁ, COPEL E SANEPAR.....	61
--	-----------

Maria Cláudia Bobek

Almir Cléydison Joaquim da Silva

Mônica Aparecida Bortolotti

doi: 10.48209/978-65-5417-155-C

CAPÍTULO 4 - PERSONIFICAÇÃO JURÍDICA COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PROPRIEDADES RURAIS TURÍSTICAS.....97

Gelson Menon

Eduardo José Ramalho Stroparo

Ronaldo Ferreira Maganhotto

Cláudio Suzuki

doi: 10.48209/978-65-5417-155-D

CAPÍTULO 5 - ESTUDO DA RENTABILIDADE DA PRODUÇÃO DE LATICÍNIOS EM UMA PROPRIEDADE RURAL.....117

Luana Vanessa Mikuska Leuch

Maricléia Aparecida Leite Novak

Marli Kuasoski

doi: 10.48209/978-65-5417-155-E

SOBRE AS ORGANIZADORAS.....138

SOBRE OS AUTORES.....140

CAPÍTULO 1

CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇO DE VENDA: UM ESTUDO DE CASO EM UM COMÉRCIO VAREJISTA DE VESTUÁRIO

Igor Soares de Souza

Alex Correa

Doi: 10.48209/978-65-5417-155-A

Introdução

Em um campo de negócios tão voláteis, a sobrevivência de uma empresa é um desafio constante aos empresários. Acompanhar o ritmo das novas tecnologias, conquistar novos clientes e avançar nas questões relacionadas com a gestão, direção e controle da empresa, são pontos essenciais para o sucesso dos empreendimentos.

Nesse contexto cada vez mais competitivo, ao qual as empresas devem se adequar para alcanças seus objetivos, os gestores necessitam desenvolver estratégias eficientes para assegurar a sobrevivência e a prosperidade de seus negócios. Entre os fatores que devem ser analisados para assegurar a competitividade e permanência desses negócios, aponta-se a gestão de custos e o preço (ARAÚJO et al., 2006).

A ciência contábil, com seus diversos ramos, assume papel de destaque nesse sentido pois fornece ferramentas que, entre outras coisas, viabilizam o processamento de dados e a tradução em informações, permitindo que as organizações avaliem seu patrimônio e, planejem com eficiência suas finanças, além de melhor conhecerem os gastos incorridos na manutenção do negócio (MENEGON, 2020).

Apesar da relevância do tema, observa-se que nem sempre há correspondente significado para o entendimento dos gestores, principalmente quando se trata de micro e pequenas empresas, as quais acabam negligenciando ou utilizando de forma ineficiente as informações que a gestão estratégica de custos pode oferecer (BERNARDI, 2010).

No contexto das Micro e Pequenas Empresas (MPEs), as deficiências informacionais podem gerar diversas dificuldades operacionais, que vão desde o uso ineficiente de seus recursos até uma má precificação (OLIVEIRA, 2012). Estudos estatísticos como o *Causa Mortis* do SEBRAE (2016), demonstram que a falta de conhecimento e habilidades técnicas sobre contabilidade e gestão de custos pode levar ao fracasso dos negócios. Dessa forma, é essencial que os empresários desses negócios tenham uma compreensão adequada sobre os custos envolvidos para gerenciar seus negócios de forma eficiente.

No ramo do varejo, o qual a empresa objeto de estudo está inserida, a ausência de dados com preenchimento das características qualitativas da informação contábil ainda acarreta problemas como “[...] visão limitada em curto prazo, desconhecimento de custos, formação de preços e controles financeiros inadequados” (OLIVEIRA, 2012, p. 11).

Este estudo tem como objetivo investigar uma empresa do setor de varejo que atua no segmento de moda feminina e masculina. A empresa em questão não possui um sistema de gerenciamento de custos e despesas, nem segue uma

metodologia específica para determinação de preços. Neste cenário, o presente trabalho busca responder o seguinte questionamento:

Como a gestão de custos e o emprego de técnicas de formação de preços, pode auxiliar uma empresa varejista de pequeno porte do ramo de vestuário?

O objetivo geral deste trabalho consiste em realizar uma análise estratégica fundamentada na gestão de custos em uma empresa de pequeno porte varejista do ramo de vestuário com intuito de auxiliar o processo de administração do negócio e elaborar propostas de precificação. Por sua vez, os objetivos específicos podem ser destacados como: Mapear os processos de compras, precificação e comercialização dos produtos, definir o método de custeio e de precificação que se adeque à empresa analisada e por fim propor precificação baseada na gestão de custos que otimize o desempenho financeiro da empresa, analisando a rentabilidade dos produtos vendidos.

Diante o exposto a preocupação em gerenciar os custos da empresa e analisar dados coletados para criar a melhor estratégia é vital para melhorar a competitividade e criar diferenciais no mercado.

Referencial Teórico

Contabilidade de Custos

Hendriksen (1999, p. 47) cita que a contabilidade de custos surgiu da necessidade de se obter informações mais precisas, “à medida que aumentava a necessidade de informação gerencial sobre os custos de produção e os custos a serem atribuídos à avaliação de estoques, o mesmo acontecia com a necessidade de sistemas de contabilidade de custos” (HENDRIKSEN, 1999, p. 47).

Leone (2014) afirma que esta área da contabilidade se assemelha a um centro de processamento de informações, que obtém os dados, acumula-os de forma organizada, examina-os e analisa-os, resultando assim em dados de cus-

tos que são essenciais para dar aos gestores subsídios importantes para avaliação de desempenho da entidade.

Para classificar e gerenciar corretamente os custos incorridos em uma organização, é necessário compreender os conceitos e definições dos termos frequentemente utilizados na contabilidade de custos.

Gasto pode ser definido como a “compra de um produto ou serviço qualquer, que gera sacrifício financeiro para a entidade (desembolso), sacrifício esse representado por entrega ou promessa de entrega de ativos (normalmente dinheiro)” (MARTINS, 2003, p. 17).

Dessa forma, conforme Megliorini (2012) os gastos podem ser desmembrados da seguinte forma: custos, despesas, desembolsos, investimentos e perdas. Observa-se que, os gastos se dissociam em vários conceitos que se aplicam a todos os bens e serviços adquiridos na empresa, independentemente de serem pagos à vista ou a prazo.

Portanto é imprescindível que o gestor conheça e entenda de forma correta tais conceitos, evitando equívocos quanto aos fatores que sejam classificáveis como gastos, investimentos, despesas, perdas desperdícios e custos.

Indicadores na gestão de custos

Indicadores de gestão de custos são fundamentais para o gerenciamento de empresas, pois fornecem uma avaliação do desempenho operacional, permitem tomadas de decisões mais precisas e embasam o planejamento estratégico. Eles também permitem medir e comparar a eficiência da empresa em relação ao uso de recursos e identificar oportunidades de redução de custos. Para que seja possível realizar essas análises, é importante compreender os conceitos de margem de contribuição e ponto de equilíbrio (WERNKE, 2008).

A margem de contribuição é um indicador que está ligado a rentabilidade dos negócios, pois representa o quanto cada produto, de forma unitária, total ou

percentual, contribui economicamente com a empresa depois de pagos todos os custos e despesas variáveis necessários para a comercialização.

Para Crepaldi (2010), essa margem expressa o potencial de cada produto em gerar recursos para atender os custos operacionais da empresa. Ou seja, a margem de contribuição indica a parcela que a empresa recebe em geral ou individualmente para cobrir os custos operacionais da empresa.

No contexto de comércios varejistas, a análise da margem de contribuição auxilia os gestores na elaboração de estratégias administrativas e comerciais, tendo em vista que este indicador evidencia tanto os produtos que apresentam melhores resultados quanto os produtos que não geram resultados positivos. Além disso, a avaliação da margem de contribuição pode ajudar a determinar o preço ideal, avaliando o impacto que cada mudança teria nos níveis de receita e lucratividade (WERNKE, 2008).

Já o ponto de equilíbrio ocorre quando a receita total da empresa é exatamente igual à soma dos custos e despesas. Santos (2000, p. 191) destaca que “o ponto de equilíbrio será obtido quando o total dos ganhos marginais, que é a somatória de todos os produtos comercializados, equivalerem ao custo estrutural fixo do mesmo período de tempo objeto de análise” (SANTOS, 2000, p. 191).

Meglierini (2012) cita que o ponto de equilíbrio permite simular os efeitos das decisões a serem tomadas sobre a redução ou o aumento de atividades, preços, custos etc. Existem três pontos de equilíbrio: Ponto de Equilíbrio Contábil (PEC), Ponto de Equilíbrio Econômico (PEE) e Ponto de Equilíbrio Financeiro (PEF).

Conforme Martins (2003), o Ponto de Equilíbrio Contábil será obtido quando a soma das Margens de Contribuição totalizar o montante suficiente para cobrir todos os Custos e Despesas Fixos. Ou seja, o ponto em que contabilmente não haveria nem lucro nem prejuízo.

Logo, incrementando a receita necessária para remunerar também o Capital Próprio obteremos um novo ponto de equilíbrio que será chamado de Ponto de Equilíbrio Econômico. O Ponto de Equilíbrio Econômico é projetado para determinar o valor das vendas que devem ser feitas para cobrir todos os custos, despesas fixas e custos relacionados ao patrimônio (MARION; RIBEIRO, 2011).

Conforme Marion e Ribeiro (2011, p. 118) o PEE “[...] é o estágio alcançado pela empresa no momento em que a receita total, derivada da venda de produtos, é suficiente para cobrir os custos e as despesas totais e ainda proporcionar uma margem de lucro aos proprietários, como remuneração do capital por eles investido na empresa.”

Já o ponto de equilíbrio financeiro é o estágio que uma empresa atinge quando a receita total obtida com a venda do produto é suficiente para cobrir a soma dos custos e despesas totais menos os custos e despesas não financeiros (MARION; RIBEIRO, 2011). Para se obter o ponto de equilíbrio financeiro, deve-se somar os custos e despesas fixos total, subtraindo a depreciação, após, deve-se dividir o resultado pelo preço de venda unitário, subtraído do custo variável unitário e despesa variável unitária.

Mediante o exposto, é importante ressaltar que cada ponto de equilíbrio é único, por isso é importante saber que a diferença fundamental entre os três pontos de equilíbrio são os custos e despesas fixas a serem considerados em cada caso.

O ponto de equilíbrio contábil considera todos os custos e despesas realizadas na empresa. O financeiro contempla apenas os gastos desembolsáveis, enquanto o econômico abrange os custos e despesas fixas e ainda os ligados a remuneração do próprio capital (BORNIA, 2019).

Formação do preço de venda no comércio varejista

A correta determinação do preço de venda contribui para manutenção do contato entre empresa e cliente, por esse motivo ele deve ser formulado de forma que seja capaz de proporcionar que a empresa se destaque frente aos seus concorrentes, atraindo os clientes necessários para o alcance dos seus objetivos.

O preço deve conter os valores que maximizem os lucros, possibilitando que a empresa alcance suas metas de vendas, permitindo a otimização do capital e gerando os resultados.

Santos (2005) elenca os seguintes métodos de formação de preços: método baseado no custo da mercadoria; método baseado na concorrência; método baseado no mercado e o método misto.

A formação do preço de venda baseando no custo busca cobrir todos os custos e despesas, além de apresentar um retorno adequado ao investimento realizado. Segundo Martins (2003) para calcular preços com base nos custos, um ponto de partida é estabelecido, no caso de empresas varejistas é o custo do produto adquirido, seja ele apurado pelo Custeio por Absorção, Custeio Variável ou Custeio Baseado em atividades. Sobre o custo, adiciona-se uma taxa, denominada como *Mark-up* que estima cobrir os demais gastos, como os tributos e comissões dos vendedores e além do lucro desejado pela empresa.

De acordo com Marion e Ribeiro (2011), existem duas formas de calcular o *mark-up*: o *mark-up* multiplicador e o *mark-up* divisor. O *mark-up* multiplicador é a forma mais comumente utilizada e representa o valor que é multiplicado pelo custo para se obter o preço de venda. Já o *mark-up* divisor representa o percentual do custo em relação ao preço de venda, como pode ser visto nas seguintes fórmulas:

$$\text{Mark - up Multiplicador} = \frac{100}{(100 - \%DV + \%CF + \%DF + \%ML)} \quad (1)$$

$$\text{Mark - up Divisor} = 1 - (\%DV + \%CF + \%DF + \%ML/100) \quad (2)$$

Em que,

DV: Despesas Variáveis; CF: Custos Fixos; DF: Despesas Fixas; ML: Margem de Lucro.

Por outro lado, o método de formação de preços baseado na concorrência é uma abordagem que busca estabelecer parâmetros de preços com base nas práticas de outras empresas que atuam no mesmo mercado e comercializam produtos similares, o qual consiste em observar e analisar os preços praticados pela concorrência e adaptar os próprios preços para garantir a competitividade. Essa abordagem é amplamente utilizada, especialmente em situações em que a mensuração dos custos é difícil ou quando não se tem conhecimento da reação da concorrência. Como mencionado por Kotler e Keller (2012), é uma opção quando outros métodos são impraticáveis ou insuficientes para se determinar o preço.

O terceiro método de formação de preço é baseado no mercado, onde o preço de venda está relacionado ao valor que os clientes sugerem pagar pelos produtos ou serviços comercializados. Santos (2005) destaca que este método está diretamente relacionado a oferta e demanda. Segundo Padoveze e Takakura (2013, p.201), “a teoria econômica indica que quem estabelece o preço de venda dos produtos é o mercado, baseado na oferta e procura”. Portanto, concentra-se em definir preços que atendam ao que os clientes estão dispostos a pagar.

Por fim, há o método misto de formação de preços, no qual a empresa busca combinar aspectos dos demais métodos, levando em conta os custos, a concorrência e as características do mercado. Como mencionado por Porton, Furtado e Beuren (2002), essa abordagem permite uma maior flexibilidade e adaptabilidade às condições do mercado. A utilização desse método envolve

uma análise cuidadosa das condições do mercado e dos custos, para escolher a melhor combinação de fatores e definir preços que permitam crescimento e lucratividade para a empresa.

Metodologia

Para o desenvolvimento do trabalho, considerando os objetivos propostos, foi realizado uma pesquisa descritiva. Uma das características desse tipo de estudo é a utilização de técnicas de coleta de dados para observar, registrar e analisar dados sem manipulá-los com o objetivo de interpretá-los e explicar sua ocorrência (PRODANOV; DE FREITAS, 2013).

No que tange a abordagem, a pesquisa pode ser qualitativa, quantitativa ou uma combinação das duas. Neste caso, optou-se por uma abordagem mista, que combina elementos qualitativos e quantitativos (PRODANOV; DE FREITAS, 2013).

Em relação aos procedimentos, o presente estudo pode ser entendido como estudo de caso com pesquisa bibliográfica e documental. O levantamento teórico, primeira etapa do estudo de caso, foi conduzido a partir de livros, artigos científicos, teses e monografias e obras fundamentais ao tema abordado, e encontra-se tópico 2 do presente trabalho. Além da pesquisa bibliográfica, também foi realizada uma pesquisa documental que busca obter informações de fontes diversas, tais como tabelas estatísticas, notas fiscais, planilhas e relatórios da empresa em questão.

O planejamento do estudo de caso incluiu três etapas: escolha do caso de estudo, seleção dos dados a serem coletados e definição dos procedimentos para coleta de dados. Foi selecionada uma empresa de vestuário localizada no município de Terra Roxa, no Paraná. O caso foi escolhido por conta da facilidade de obtenção dos dados devido à proximidade do autor com os proprietários da empresa.

O ambiente da empresa estudada foi utilizado como fonte direta para coleta de dados que foi realizada através de observação participativa, com visitas à loja, entrevistas não-estruturadas com os sócios da empresa, bem como análise de documentos oficiais, tais como relatórios de vendas, registros de custos e despesas, boletos de pagamentos e notas fiscais de compras.

Como a empresa possui uma gama diversificada de produtos, decidiu-se trabalhar apenas com aqueles mais relevantes a organização. Os dados coletados e analisados são referentes aos produtos mais vendidos no período de doze meses, o que compreende vinte itens em um universo de setecentos e sessenta e três peças, equivalente a 30,59% do faturamento total da empresa. Vale ressaltar que, no período avaliado, a empresa vendeu um total de quatro mil duzentos e sessenta e um itens. Para realizar a análise, foi necessário agrupar os itens de acordo com as características similares, uma vez que não foram observadas variações significativas nos valores entre os tamanhos das peças. Esse agrupamento foi feito por meio de planilhas do *software* Excel.

Após a coleta dos dados considerados pertinentes iniciou-se o processo de análise e interpretação das informações coletadas.

Resultados e Discussões

A empresa avaliada foi fundada em 2019 e opera no segmento de varejo de moda feminina e masculina. Possui dois sócios e outros dois funcionários. Um dos sócios gerencia todas as operações da empresa, incluindo compras, controle de estoque, pagamentos a fornecedores, estabelecimento de preços e vendas. O outro sócio auxilia os funcionários nas tarefas diárias, incluindo vendas, entregas e recebimento de mercadorias.

É uma empresa de pequeno porte, que tem como regime de tributação o Simples Nacional com incidência efetiva de tributos sobre o faturamento bruto de em média 6,5% no período analisado, e seus principais fornecedores estão localizados nos estados do Paraná e Santa Catarina.

Apuração das despesas operacionais

As despesas mensais ocorrem com os custos de aquisição de bens e serviços para as áreas administrativa e comercial da empresa. Essas despesas servem para colocar bens e serviços ao alcance do consumidor, bem como para controlar, organizar e planejar o estabelecimento.

A análise das despesas mensais da empresa foi realizada considerando os gastos de pró-labore, funcionários, depreciação e despesas operacionais, que incluem, aluguel, energia elétrica, água, materiais de consumo, impressão, sistema e honorários contábeis. Além disso, foram incluídos os gastos relacionados às vendas, tais como entregas, publicidade e marketing, e gastos financeiros, como taxas bancárias. A Tabela 1 evidencia esses gastos.

Tabela 1 - Despesas operacionais

Média de despesas mensais da loja no período em estudo (12) meses	Valor R\$	Despesa %	% Despesas s/ faturamento
Pró-labore	3.843,05	32,48%	5,88%
Despesas de expediente	1.967,68	16,63%	3,01%
Despesas com ocupação	1.862,97	15,74%	2,85%
Despesas com salários	1.345,18	11,37%	2,06%
Despesas financeiras	1.060,83	8,96%	1,62%
Despesa com depreciação	451,44	3,81%	0,69%
Honorários contabilidade	391,08	3,30%	0,60%
Publicidade e propaganda	303,53	2,56%	0,46%
Despesas com entregas	274,13	2,32%	0,42%
Sistemas	196,25	1,66%	0,30%
Despesas de uso e consumo	137,34	1,16%	0,21%
Total	11.833,48	100,00%	18,10%
Faturamento médio loja/mês	65.381,59		
% Despesas dos produtos em estudo	3.619,83		30,59%

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Considerando que a empresa objeto do estudo apresenta despesas médias mensais na proporção de 18,10% em relação ao faturamento médio mensal do período, fica evidente a necessidade de que essas despesas sejam consideradas no processo de formação do preço de venda, o que durante a realização da pesquisa foi constatado que não é realizado.

Formação e análise do preço de venda

Para estabelecer o preço de venda de um produto, é necessário que ele seja grande o suficiente para cobrir os gastos de operação, os custos de venda e os custos e despesas administrativas, além de gerar lucro para a empresa. Além disso, o preço deve ser competitivo com os preços de outros concorrentes. É importante lembrar que o preço de um produto também deve levar em conta o valor percebido pelo consumidor, ou seja, o quanto o consumidor está disposto a gastar.

Considerando o faturamento total das peças em estudo dividido em doze meses, tem-se uma média de vendas mensal das mercadorias de R\$ 20.000,08. O faturamento médio mensal da loja analisada corresponde a R\$ 65.381,59, os produtos escolhidos para este estudo representam 30,59% do faturamento médio mensal.

A análise permitiu identificar que as mercadorias em estudo ao participarem do rateio de despesas mensais, absorvem o valor de R\$ 3.619,83 das despesas, e o valor total de R\$ 43.437,99 das despesas fixas quando observado o período de doze meses.

Com base nas informações disponíveis do custo de aquisição das mercadorias, despesas fixas e operacionais e o faturamento médio do período em estudo, elaborou-se o cálculo do índice *Mark-up*, conforme demonstrado na Tabela 2, necessário para a formação do preço de venda orientativo.

Tabela 2 - Cálculo do *Mark-up* de cada peça

Produtos	Preço de Venda (%)	Simple Nacional (%)	Taxa cartão (%)	Comissões (%)	Despesas Operacionais (%)	Descontos (%)	Inadimplência (%)	Margem de Lucro (%)	Soma (100 - DVV - ML)	Mark-up Divisor	Mark-up Multiplicador
Bermuda jeans;lado avesso	100	6,5	1,9	1,5	18,10	2	2	16	52	0,520	1,923
Blusa cl;lado avesso	100	6,5	1,9	1,5	18,10	2	2	17	51	0,510	1,961
Blusa cl;meldie	100	6,5	1,9	1,5	18,10	2	2	18	50	0,500	2,000
Blusa cl;yexx	100	6,5	1,9	1,5	18,10	2	2	18	50	0,500	2,000
Blusa trico;meldie	100	6,5	1,9	1,5	18,10	2	2	18	50	0,500	2,000
Calça cl;lado avesso	100	6,5	1,9	1,5	18,10	2	2	17	51	0,510	1,961
Calça cl;shot	100	6,5	1,9	1,5	18,10	2	2	18	50	0,500	2,000
Calça cl;yexx	100	6,5	1,9	1,5	18,10	2	2	17	51	0,510	1,961

Calça jeans;lado avesso	100	6,5	1,9	1,5	18,10	2	2	17	51	0,510	1,961
Calça jeans; pigmento jeans	100	6,5	1,9	1,5	18,10	2	2	18	50	0,500	2,000
Calça jeans;shot	100	6,5	1,9	1,5	18,10	2	2	18	50	0,500	2,000
Calça jeans;yexx	100	6,5	1,9	1,5	18,10	2	2	17	51	0,510	1,961
Calça;lado avesso	100	6,5	1,9	1,5	18,10	2	2	17	51	0,510	1,961
Calça;shot	100	6,5	1,9	1,5	18,10	2	2	18	50	0,500	2,000
Polo cl;king joe	100	6,5	1,9	1,5	18,10	2	2	17	51	0,510	1,961
Shorts jeans;lado avesso	100	6,5	1,9	1,5	18,10	2	2	17	51	0,510	1,961
Shorts jeans; pigmento jeans	100	6,5	1,9	1,5	18,10	2	2	17	51	0,510	1,961
Vestido cl;la portt	100	6,5	1,9	1,5	18,10	2	2	15	53	0,530	1,887
Vestido cl;lado avesso	100	6,5	1,9	1,5	18,10	2	2	15	53	0,530	1,887
Vestido cl;maria flor	100	6,5	1,9	1,5	18,10	2	2	15	53	0,530	1,887

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Para a formulação do *Mark-up* foram considerados a alíquota do Simples Nacional sobre o faturamento, taxa média da máquina de cartão, comissões, as despesas operacionais, descontos para negociação, inadimplência e margem de lucro.

Destaca-se que o *Mark-up* divisor para cada peça, conforme a Tabela 2, varia entre 0,500 e 0,530, ou seja, há uma diferença de aproximadamente 6% entre o maior e o menor valor, indicando que algumas peças são mais rentáveis que outras e, que a empresa optou por aplicar diferentes níveis de margem de lucro para cada item. Os produtos que apresentam um maior custo de aquisição, utilizou-se uma margem de lucro reduzida. Essa margem pode ser ajustada ao longo do tempo, de acordo com a demanda pelos produtos e o custo de aquisição das peças. Essa estratégia, tem como objetivo tornar o produto mais atrativo para os clientes, pois a redução na margem de lucro pode se traduzir em um preço menor, tornando-o mais acessível.

Determinados os percentuais do índice *Mark-up* para todas as peças, elaborou-se o preço de venda orientativo ou ideal para cada uma delas, bem como o preço de venda mínimo, conforme demonstrado na Tabela 3.

Tabela 3 - Formação do preço de venda orientativo e preço de venda mínimo

Mercadorias	Custo de Aquisição	Mark-up	Mark-up lucro = (0)	PV Orientativo	PV loja	PV Mínimo
Bermuda jeans;lado avesso	103,70	0,5200	0,6800	199,43	200,08	152,50
Blusa cl;lado avesso	68,32	0,5100	0,6800	133,97	135,53	100,47
Blusa cl;meldie	61,46	0,5000	0,6800	122,92	125,01	90,38
Blusa cl;yexx	61,86	0,5000	0,6800	123,73	124,88	90,97
Blusa trico;meldie	78,98	0,5000	0,6800	157,96	163,45	116,15
Calça cl;lado avesso	113,19	0,5100	0,6800	221,95	224,27	166,46
Calça cl;shot	63,14	0,5000	0,6800	126,29	162,86	92,86
Calça cl;yexx	120,52	0,5100	0,6800	236,32	248,42	177,24
Calça jeans;lado avesso	123,43	0,5100	0,6800	242,03	243,72	181,52
Calça jeans;pigmento jeans	78,27	0,5000	0,6800	156,53	174,02	115,10
Calça jeans;shot	63,66	0,5000	0,6800	127,31	156,14	93,61

Calça jeans;yexx	113,71	0,5100	0,6800	222,96	242,01	167,22
Calça;lado avesso	110,22	0,5100	0,6800	216,12	228,17	162,09
Calça;shot	57,64	0,5000	0,6800	115,28	168,65	84,77
Polo cl;king joe	65,44	0,5100	0,6800	128,31	129,50	96,23
Shorts jeans;lado avesso	103,47	0,5100	0,6800	202,88	199,17	152,16
Shorts jeans;pigmento jeans	66,83	0,5100	0,6800	131,03	147,64	98,27
Vestido cl;la portt	188,96	0,5300	0,6800	356,52	387,94	277,88
Vestido cl;lado avesso	153,63	0,5300	0,6800	289,86	300,14	225,92
Vestido cl;maria flor	183,20	0,5300	0,6800	345,66	374,75	269,41

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Quando analisados os dados coletados na pesquisa, nota-se que dentre os vinte produtos analisados, somente um deles está sendo comercializado abaixo do preço orientativo, os Shorts jeans;lado avesso, que está sendo vendido 1,86% abaixo do preço indicado pelo *mark-up*. Além disso, nenhum dos produtos está sendo comercializado abaixo do preço de venda mínimo, demonstrando que as vendas desses produtos estão contribuindo para a geração de resultados para a entidade.

Análise do resultado com os diferentes preços

A partir dos resultados obtidos, foram realizadas análises sobre a rentabilidade dos produtos, evidenciando as margens de contribuição totais e os resultados líquidos em reais e em percentuais das mercadorias vendidas. Essa análise permite identificar os produtos que oferecem maior potencial de rentabilidade no negócio. Com base nessas informações, o gestor pode tomar decisões sobre a melhor alocação de recursos, otimizando assim o investimento de capital e aumentando a lucratividade da empresa.

Ao considerar o ponto de equilíbrio com base no preço de venda praticado pela loja, foi possível determinar que, das 1.218 peças vendidas no período, 529 são necessárias para cobrir os custos e despesas fixas da empresa. O ponto de equilíbrio em faturamento é de R\$ 115.213,67, deste modo, entende-se que esse é o ponto em que a empresa cobre seus gastos no período. Portanto, esse valor representa o nível mínimo de vendas que a empresa deve alcançar para garantir que não incorra em prejuízos.

Ademais, a análise dos dados indica que, de maneira geral, a empresa tem conseguido gerir seus custos e preços de maneira eficaz. Dessa forma, considerando que os produtos estudados nesta pesquisa representam 30,59% da receita de venda mensal da loja e que se utilizou o período de doze meses, foi elaborado a demonstração de resultado deste período, evidenciando o exposto, de acordo com a Tabela 4.

Tabela 4 - Demonstração de resultado do período em estudo

	Preço Praticado	Preço Orientativo
Margem de Contribuição Total	91.263,55	79.201,76
(-) Despesas fixas do período	43.437,99	43.437,99
(=) Lucro líquido	47.825,56	35.763,77
Receita de vendas	240.000,90	225.991,85
Lucro líquido em %	19,93%	15,83%

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

A análise dos dados apresentados na Tabela 4, demonstra que a margem de contribuição total em reais foi de R\$ 91.263,55 com o preço praticado e de R\$ 79.201,76 com o preço orientativo. Já em relação ao lucro líquido, com o preço praticado, a empresa obteve um lucro líquido de 19,93% e no preço orientativo de 15,83%. Os dados sugerem que o gestor tem conseguido gerenciar de forma satisfatória seus custos e preços.

No entanto, é importante notar que o preço orientativo ainda é capaz de gerar lucro para a empresa, apesar de ser menor que o preço praticado. Dessa forma, sugere-se que o gestor da empresa reveja alguns dos preços praticados, a fim analisar e aplicar as margens corretas de cada produto, como foi sugerido no estudo. Pois há casos o preço de venda sugerido está abaixo do preço praticado e casos em que o preço de venda está maior que 30% do preço de venda sugerido pela metodologia do *Mark-up*. Isso deve ser feito de forma estratégica, levando em consideração o equilíbrio entre o lucro e o volume de vendas. Além disso, é importante continuar monitorando o cenário econômico e o mercado de forma a se adaptar a possíveis mudanças e garantir a sustentabilidade financeira da empresa.

Considerações Finais

A presente pesquisa teve como objetivo principal elaborar uma matriz de preços e dos respectivos resultados para uma empresa comercial, com o intuito de auxiliar os gestores na tomada de decisões e na maximização dos lucros da organização.

Apesar de ser comum que muitos empreendedores não tenham conhecimento especializado em todas as áreas de um negócio, a gestão de custos é uma parte essencial para o sucesso de uma empresa. Nesta pesquisa, foi possível observar como uma empresa varejista de vestuário pode se beneficiar ao apli-

car técnicas de gestão de custos para entender e gerenciar seus custos de forma eficaz.

Neste sentido, através de um estudo de caso, este trabalho mapeou os processos operacionais da empresa e analisou um *mix* dos produtos mais relevantes considerando os custos de aquisição, preço de venda e receita obtida. Na sequência, foi realizada a apuração das despesas mensais da empresa, incluindo salários, encargos, depreciação e despesas operacionais, financeiras e administrativas. Com base nesses dados, foi possível elaborar o *Mark-up*, a margem de contribuição e o ponto de equilíbrio da empresa.

A partir das informações geradas pelo *Mark-up*, foram determinados os preços orientativos ou ideais e o preço mínimo, que foram comparados com o preço praticado atualmente pela loja.

Durante o estudo, foi verificado que os resultados obtidos com os preços de venda praticados pela empresa são consistentes, porém, podem ser aprimorados em alguns produtos. Isso porque há produtos que geraram resultados líquidos acima de 30%, o que sugere que a empresa deve rever sua estratégia de formação de preços e adotar um valor mais coerente nesses itens.

É importante mencionar que todos dos produtos analisados da empresa estão sendo vendidos por um preço acima do mínimo calculado no estudo. Além disso, foram avaliados os indicadores gerenciais de ponto de equilíbrio contábil, e o resultado líquido do período em ambos os cenários de preços de venda. Verificou-se que, com o preço de venda orientativo, é necessário atingir 55,24% das vendas para atingir o ponto de equilíbrio. Já com o preço de venda atualmente praticado, esse percentual corresponde a 48,01%.

Vale destacar que a análise preço, volume e lucro é fundamental para maximizar o resultado operacional da empresa. Essa análise visa explorar a capacidade de venda da entidade ao oferecer preços mais atrativos. No entanto,

é preciso lembrar que nem sempre o preço mais alto é a melhor estratégia de mercado. O gestor deve sempre avaliar as condições de mercado e as capacidades da empresa antes de estabelecer o preço de venda de seus produtos.

A demonstração de resultado permitiu verificar a situação da empresa e se as vendas estavam gerando lucro e permitindo a manutenção do negócio. As simulações realizadas com o preço de venda orientativo mostraram que o lucro da empresa foi de 15,83%. No entanto, quando foi analisado o preço de venda atualmente praticado, a margem de lucro foi de 19,92%. Isso demonstra que o preço praticado atualmente pela empresa gera um resultado líquido positivo. Isso pode ser atribuído ao conhecimento de mercado e habilidades comerciais do gestor que, mesmo não tendo o conhecimento das ferramentas gerencias e de custos conseguiu gerar um resultado positivo.

Diante de todas as considerações expostas, pode-se afirmar que os objetivos propostos no início da pesquisa foram atingidos. Além disso, ressalta-se que este estudo forneceu uma visão geral da situação financeira da empresa, de acordo com os preços praticados. Deste modo, será de grande valia para empresa caso essa deseje adotar os métodos e sugestões aqui propostos.

Para trabalhos futuros, sugere-se ampliar a análise para um conjunto maior de produtos e um período maior de análise, pois isso permitirá obter resultados cada vez mais precisos e relevantes para a realidade da empresa. Dessa forma, será possível contribuir ainda mais para o sucesso do negócio.

Referências

- BERNARDI, L. A. **Manual de formação de preços Políticas estratégias e fundamentos**. 4º ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- BORNIA, A. C. **Análise Gerencial de Custos: Aplicação em empresas modernas**. 3º ed. São Paulo: Atlas, 2019.

CREPALDI, S. A. **Curso básico de contabilidade de custos**. 5º ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HENDRIKSEN., E. S.; BREDAS, M. F. VAN. **Teoria da Contabilidade**. Tradução Antônio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1999.

KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Administração de Marketing**. 14. Ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

LEONE, G. S. G. **Custos Planejamento, Implantação e Controle**. 3º ed. São Paulo: Atlas S.A., 2014.

MARION, J. C.; RIBEIRO, O. M. **Introdução à contabilidade gerencial**. São Paulo: Saraiva, 2011.

MARTINS, E. **Contabilidade de custos**. 9º ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MEGLIORINI, E. **Custos: análise e gestão**. 3º ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012.

MENEGON, Rodrigo. **Gestão financeira em micro e pequenas empresas: um estudo no setor do comércio de Chapecó-SC**. 136 f. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Administração) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Administração da Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2020. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/index.php/pos-graduacao/trabalhos-de-conclusao-de-bolsistas/trabalhos-de-conclusao-de-bolsistas-a-partir-de-2018/ciencias-sociais-aplicadas/mestrado-csa/1242-gestao-financeira-em-micro-e-pequenas-em-presas-estu-do-no-setor-do-comercio-de-chapeco-sc/file>. Acesso em: 25 set. 2021.

NEVES DE ARAÚJO, A. C.; ALEX AVELAR, E.; CARDOSO DE SOUZA, N.; ARTUR DE SOUZA, A. A utilização de sistemas de informações como suporte para o processo de formação de preços nas empresas de produção por encomenda. **Revista Mineira de Contabilidade**, v. 1, n. 21, p. 32–40, 2006. Disponível em: <https://revista.crcmg.org.br/rmc/article/view/443>. Acesso em: 08 jan. 2023.

OLIVEIRA, D. P. DE. **Estimação de custos e formação de preços no comércio varejista de micro e pequenas empresas de Curvelo/mg.** 96 f. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Administração da Fundação Pedro Leopoldo como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Administração. Área de concentração: Estratégia e competitividade. Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo, 2012. Disponível em: https://www.fpl.edu.br/2018/media/pdfs/mestrado/dissertacoes_2012dissertacao_delmar_pereira_oliveira_2012.pdf. Acesso em: 14 ago. 2021

PADOVEZE, C. L.; TAKAKURA, F. T. Jr. **Custo e preço de serviços:** logística, hospitais, transporte, hotelaria, mão de obra e serviços em geral. São Paulo: Atlas, 2013.

PORTON, Rosimere Alves de Bona; FURTADO, Renata; BEUREN, Ilse Maria. **Uma proposta de metodologia do preço de venda para micro e pequenas empresas do comércio varejista,** Curitiba, 23 a 25 out. 2002. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2002_TR71_0561.pdf.

SANTOS, J. J. DOS. **Análise de custos:** remodelado com ênfase para custo marginal, relatórios e estudos de casos. 3º ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SANTOS, J. J. DOS. **Fundamentos de Custos para Formação do Preço e do Lucro.** São Paulo: Atlas, 2005.

SEBRAE. **Controle de gastos na Indústria, comércio e serviços.** Serviço de apoio às Micro e Pequenas empresas de São Paulo: SEBRAE-SP, 2016.

VICECONTI, P, E, V. **Contabilidade de Custos.** São Paulo: Saraiva, 2013.

WERNKE, R. **Gestão de custos:** uma abordagem prática. 2º ed. São Paulo: Atlas, 2008.

CAPÍTULO 2

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA PARA OS CRITÉRIOS DE REAJUSTE DE PREÇO DOS SERVIÇOS PRESTADOS POR EMPRESAS ESTATAIS NO PARANÁ: UMA ANÁLISE DA COPEL E DA SANEPAR

Maria Cláudia Bobek

Almir Cléydison Joaquim da Silva

Mônica Aparecida Bortolotti

Doi: 10.48209/978-65-5417-155-B

Introdução

A vivência em sociedade demanda o consumo de diversos bens e serviços, onde alguns são considerados essências tanto nas residências quanto nas empresas em geral. Exemplo disso são os serviços de saneamento básico (abastecimento de água e esgotamento sanitário), assim como o fornecimento de energia elétrica.

A Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná (AGEPAR) é um órgão estadual responsável pela regulação e fiscalização de contratos e concessões à iniciativa privada. Os reajustes de tarifas

geralmente oscilam anualmente. Desta forma, é necessário compreender como funciona a definição das tarifas e como isso influencia na qualidade dos serviços. Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL, 2020), a tarifa possui distintos níveis de custos em seu processo para garantia da qualidade ao consumidor. Como exemplo tem-se a energia gerada, o transporte, a distribuição e os encargos setoriais.

Os consumidores de energia despendem do pagamento da energia gerada, do transporte e da distribuição da energia até as unidades consumidoras, além dos encargos setoriais que são instituídos por lei. Correspondem, portanto, a custos que não competem a ANEEL. Soma-se a esta tarifa alguns impostos inclusos na fatura de energia, como o Programa de Integração Social e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (PIS/COFINS), assim como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e Contribuição para Iluminação Pública.

Ainda de acordo com a ANEEL (2020), a “Parcela A” envolve os custos incorridos pela distribuidora. Trata-se de custos cujos montantes e preços, em certa medida, escapam à vontade ou gestão da distribuidora. Para fins de cálculo tarifário, os custos desta parcela são atribuídos aos encargos setoriais, compra e transmissão de energia.

A distribuição da energia é evidenciada na “Parcela B”, que “representa os custos diretamente gerenciáveis pela distribuidora. São custos próprios da atividade de distribuição que estão sujeitos ao controle ou influência das práticas gerenciais adotadas pela empresa” (ANEEL, 2020, online). Neste sentido, a parcela B, ou custos gerenciáveis, provém das atividades de distribuição controlada conforme práticas estabelecidas pela empresa. Os custos atribuídos a esta parcela passam por revisão tarifária a cada quatro anos, conforme estabelecido em contrato de concessão ou permissão (ANEEL, 2020).

Para o reajuste tarifário levam-se em consideração os custos com distribuição, manutenção de rede, investimentos em melhorias do sistema, encargos setoriais e também a inflação do país. Esses custos são corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), conforme previsto em contrato (ANEEL, 2020).

Com relação ao Estado do Paraná, diferentes reajustes de preços têm sido realizados ao longo dos últimos anos pela Companhia Paranaense de Energia (Copel) e pela Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar). Ainda que prevaleça o argumento de que os reajustes ocorrem observando os índices de preços, existe uma lacuna de análises sobre os critérios utilizados, as alíquotas adotadas e a influência dos índices de preços nos reajustes.

Portanto, o objetivo do Estudo foi apresentar os conceitos que fundamentam os critérios de reajuste dos preços dos serviços prestados pela Sanepar e Copel.

Fundamentação Teórica

Este capítulo apresenta uma discussão teórica que orienta e fornece subsídios para a construção da análise empírica do trabalho. Para tanto, o capítulo encontra-se estruturado em três seções: i) Demonstrações Contábeis e Financeiras; ii) Ambiente Regulatório; e iii) Inflação: conceito, tipos e consequências.

Na primeira seção, apresenta-se os principais conceitos para a compreensão quanto à composição das contas contábeis evidenciadas nos relatórios da Companhia Paranaense de Energia (Copel) e da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) analisadas neste trabalho.

A segunda seção apresenta uma discussão sobre o ambiente regulatório centrado nas atividades de energia e saneamento básico, foco deste trabalho. Além de destacar a influência do ambiente regulatório para a definição das tarifas e reajustes, a discussão também procura vincular os relatórios finais dispo-

nibilizados pelas estatais (Copel e Sanepar) com os demonstrativos contábeis e financeiros na pretensão de compreender quais reajustes se destacam nesse processo.

Por fim, a terceira seção volta-se para uma discussão sobre os principais índices de preços, além de destacar os principais aspectos e consequências da inflação e como as instituições de pesquisa trabalham metodologicamente com as informações. Esta etapa se faz necessária para estabelecer um elo com as seções apresentadas anteriormente, especialmente para identificar se os reajustes nos serviços essenciais seguem a mesma variação dos índices inflacionários, apropriados no momento da regulamentação.

Cabe antecipar, desde já, que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) se apresenta mais apropriado para utilização nos reajustes das tarifas de energia elétrica assim como da distribuição do saneamento básico, especificamente nos serviços de distribuição de água.

Demonstrações Contábeis e Financeiras

Em geral, as empresas possuem informações contábeis que auxiliam na análise e acompanhamento de sua saúde econômica, como é o caso da Sanepar e da Copel. Além de viabilizar a estruturação de mensurações de impacto de determinados valores, essas informações também contribuem tanto no processo de tomada de decisões futuras quanto na compreensão sobre os reajustes tarifários impostos (COSTA; VIEIRA, 2017).

Por meio das demonstrações contábeis e financeiras é possível se obter informações relevantes para definição do reajuste final implantado. As demonstrações financeiras são relatórios obrigatórios na contabilidade, elaborados de acordo com necessidades dos usuários. Desta forma, as informações financeiras possibilitam verificar a quantidade de recurso que os sócios investiram nas empresas e se esta participação acompanha o nível de reajuste (MARION, 2009).

Cabe ainda destacar que “o tratamento das demonstrações financeiras varia de acordo com o tipo de constituição da sociedade empresarial”. As estatais Sanepar e Copel são empresas de capital aberto que se configuram por negociações de suas ações na bolsa de valores (MARION, 2009). Para LUDÍCIBUS o que realmente importa na elaboração das demonstrações contábeis são “as características qualitativas da informação contábil-financeira, reputadas como mais úteis para investidores, credores e por empréstimos existentes e em potencial, para tomada de decisões” (LUDÍCIBUS 2017, p. 50).

Para o alcance dos objetivos deste trabalho, utilizou-se algumas demonstrações contábeis que foram adotadas como critérios para o reajuste dos serviços públicos de transmissão de energia e saneamento básico. Como exemplo, tem-se o Balanço Patrimonial e a Demonstrações do Resultado do Exercício, evidenciando também as contas de Ativos e Passivos, Receitas e Despesas e o Fluxo de Caixa.

Antes de apresenta alguns aspectos das demonstrações contábeis, é importante algumas considerações a respeito da base de preparação. Considerando que a regulação da produção, transmissão, distribuição e comercialização da energia elétrica são competência da ANEEL, o setor de energia elétrica precisa seguir as normas do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica (MCSPE), enquanto a Sanepar segue o Plano Mestre de Produção (MPS) que avalia a produtividade em dado período fornecendo insumos para melhorar a capacidade operacional e assim aumentar a lucratividade da empresa. Desta forma, as demonstrações contábeis e financeiras precisam ser elaboradas com coerência para uma melhor compreender dos fatos ocorridos.

Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é um dos mais importantes relatórios no âmbito da contabilidade. Com esse relatório é possível identificar a saúde financeira e econômica da empresa ao final de um determinado período analisado (MARION, 2009). Em geral, as contas do balanço patrimonial são classificadas segundo os elementos de registro.

Nesse mesmo sentido, Salvador (2011, p. 21) destaca que “O Balanço Patrimonial compreende diversos grupos aonde as contas são agregadas com o intuito de facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da empresa”. Para Ludícibus e Martins (2010) o Balanço Patrimonial está nas demonstrações contábeis mais importantes da contabilidade, através desta demonstração é possível compreender a situação financeira e patrimonial da empresa em período específico conforme interesse de gestores ou até mesmo para pesquisas acadêmicas.

Quando se trata de ativos, os mesmos podem ser definidos como conjuntos de bens e direitos controlados pela empresa é a peça positiva da empresa (MARION, 2009). Essa conta está separada em ativos circulantes e ativos não circulantes. As agências se utilizam dos ativos regulatórios na evidenciação de seus dados (SIQUEIRA, 2019).

Por outro lado, os passivos representam as origens de recursos provenientes de obrigações com terceiros. Ou seja, esta conta evidencia todas as dívidas da empresa de curto e de longo prazo que, por conseguinte, exigirão ativos para a quitação (SODRÉ, 2013).

Em outras palavras, pode-se destacar que as contas de ativo e de passivo têm como objetivo registrar variações positivas e negativas de custos não gerenciáveis com relação a um determinado reajuste tarifário anual. Com isso, as empresas podem baixar as contas fazendo um elo com aumentos ou diminuições ajustadas pelas tarifas (SALES, 2014).

Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

Os demonstrativos contábeis são utilizados para obtenção de todas as informações listadas, configurando-se como uma ferramenta indispensável para se avaliar a situação de uma determinada empresa (SODRÉ, 2013). Para conferências de reajuste tarifário se faz necessária a comparação das demonstrações do resultado. Este documento objetiva apresentar quais resultados a empresa obteve ao final de um período. No caso da COPEL, os resultados alcançados consideram o saldo antes da Parcela B, que são as receitas necessárias em função das despesas gerenciáveis (COPEL, 2019).

É importante destacar que a receita de uma empresa pode ser conceituada como a entrada de elementos para o ativo, sob o formato de dinheiro ou de direitos a receber. Desta forma, o acompanhamento e monitoramento das entradas de receitas nas empresas se torna necessária para melhor compreensão da saúde financeira, assim como auxilia no processo de tomada de decisões diante de alguns cenários em que se encontra.

No caso da AGEPAR, a reguladora se atém a combinação dos altos custos da energia com a queda do consumo para incrementar a receita. As receitas da companhia são decorrentes dos segmentos de negócios de água e esgoto (SANEPAR, 2015).

Outro conceito relacionado à contabilidade e que está presente nos demonstrativos das empresas analisadas corresponde às despesas. As despesas podem ser definidas como “[...] o consumo de bens ou serviços, que, direta ou indiretamente, ajuda a produzir uma receita. Diminuindo o Ativo ou aumentando o Passivo” (LUDÍCIBUS; MARTINS, 2010, p. 66). De maneira geral, para a contabilidade é fundamental que as receitas sejam maiores do que as despesas em um determinado período.

Ainda que para algumas empresas estes demonstrativos contábeis e financeiros sejam obrigatórios, é fundamental a atualização das informações no intuito de compreender e acompanhar o cenário em que se encontra. As informações da DRE também são importantes para orientar algumas decisões, como a necessidade de empréstimos e de novas aquisições. Além disso, existe a possibilidade de se realizar um elo destas informações com a demanda de produto ofertado ou do serviço prestado, como é o caso das empresas foco deste trabalho.

Neste sentido, ao final de um exercício espera-se que uma determinada empresa disponha de saldo disponível para que possa honrar com as obrigações existentes. A esse respeito, Ludícibus e Martins (2010) enfatizam que o fluxo de caixa precisa ser de interesse dos empresários. Além da preocupação com o consumo dos bens e serviços, o foco volta-se para a soma das entradas e das saídas de caixa.

Diante do exposto, o controle do fluxo de caixa das empresas é fundamental para melhor compreensão da saúde financeira de um determinado negócio, que também inclui a Sanepar e a Copel. Com isso, é possível analisar a intensidade de empréstimos de curto e de longo prazo, assim como acompanhar as aplicações financeiras para uma precisão ao exercício seguinte.

Ambiente Regulatório

Neste trabalho considera-se os itens regulatórios das estatais. De acordo com Tancini (2013, p. 18), “[...] os itens regulatórios representam grande desafio em termos contábeis”. Em conformidade com o Relatório Anual de Administração e Demonstrações Contábeis da SANEPAR (2015) são estabelecidas metodologias e procedimentos para apuração de custos operacionais e da base de ativos regulatórios. Ainda de acordo com este relatório, as metodologias e procedimentos se dão com o intuito de estabelecer uma contagem dos custos

operacionais e da base de ativos regulatórios. Ou seja, a empresa fica incumbida de identificar o valor econômico dos bens que a compõem para então fomentar a base dos ativos regulatórios (SANEPAR, 2015).

Diante do exposto, as prestadoras de serviços essenciais à população, em particular, do setor de energia e distribuição de água, passam por fiscalização para regulação estatal, buscando um equilíbrio no valor para investidor e consumidor. De acordo com o TCU (2021), o ambiente regulatório é considerado saudável quando possui capacidade técnica e capacidade em conciliar a harmonia de interesses entre o governo, os agentes regulados e a sociedade. Desde que seja respeitada a legislação vigente, garantindo o cumprimento dos contratos e que a sociedade possa usufruir de serviços públicos adequados (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2021).

Inflação: Conceito, tipos e consequências

A Inflação é um tema abrangente, podendo ser entendida como o aumento contínuo e generalizada dos preços. Ou seja, representa a elevação em todos os bens produzidos pela economia e não apenas o aumento de determinado preço (VASCONCELLOS, 1996). Com isso, é possível dizer que essa elevação nos preços se faz presente na sociedade consumidora e fornecedora de bens e serviços.

Ao definir a inflação como “[...] um aumento contínuo e generalizado no índice de preços” (VASCONCELLOS; GARCIA, 2014, p. 216), significa que aumentos esporádicos nos preços de bens e serviços não são considerados. Em outros termos, o aumento de preços de um bem ou serviço em particular não constitui inflação, esta ocorre apenas quando há um aumento generalizado da maioria dos bens e serviços.

Para ampliar a compreensão sobre a contínua variação nos preços dos bens e serviços é necessário distinguir os principais tipos de inflação: i) de-

manda; ii) custos; e iii) inercial. Conforme destacado por Mata (2018, p. 65), existem “muitos fatores que podem afetar a estrutura da oferta do sistema econômico”. Trata-se de fatores que podem provocar a retração da curva de oferta e, por conseguinte, provocar um excesso de demanda que tende a pressionar os preços de equilíbrio para cima.

A respeito da inflação de demanda, a mesma pode ser definida como “[...] um processo inflacionário causado pela expansão da renda. Em função da expansão da renda, os meios de pagamentos ficam acima da capacidade de expansão real da economia, causando elevação dos preços pelo lado da demanda” (MATA, 2018, p. 66). Com isso, entende-se que é possível evidenciar esta forma inflacionária por meio de períodos em que a procura por determinado produto é superior a quantidade ofertada.

Para combater a inflação de demanda, Vasconcellos e Garcia (2014) acreditam que a política econômica deve basear-se em instrumentos que provoquem redução da procura agregada por bens e serviços, como redução dos gastos do governo, aumento da carga tributária, controle de crédito e elevação da taxa de juros.

Diferentemente da inflação de demanda, a inflação de custos ocorre quando se observa aumento dos preços de oferta. Ou seja, quando as empresas passam por elevação dos custos de produção que, conseqüentemente, são repassados para os preços dos produtos finais, ainda que a demanda permaneça no mesmo nível. Esse desequilíbrio também pode resultar do aumento das taxas de salários, apenas quando decorrente de uma causa autônoma. Ou seja, quando o aumento salarial ocorre acima dos índices de produtividade. Contudo, no Brasil, em geral, o aumento salarial dá-se em termos de recomposição do poder aquisitivo. Neste caso, o aumento das taxas salariais seria uma consequência e não a causa da inflação (SOUZA, 2001; SUMMA, 2016).

Por outro lado, a inflação inercial corresponde ao processo automático de realimentação de preços. Em outros termos, significa dizer que a inflação do momento é decorrente da inflação passada, em que este tipo de inflação carrega uma memória inflacionária. Dentre suas principais causas, destaca-se a indexação formal e informal, ou seja, a variação de salários, dos aluguéis, contratos financeiros, assim como dos preços em geral, além dos impostos e tarifas públicas (VASCONCELLOS; GARCIA, 2014).

Principais índices de inflação no Brasil

Existem diferentes índices de inflação que acompanham e monitoram a evolução dos níveis de preços no Brasil. Cada índice de inflação apresenta metodologias variadas de cálculo, periodicidade de referência e divulgação, regiões/cidades abrangidas e faixas de rendimento familiar de interesse, assim como são calculados por diferentes institutos de pesquisa. Para as finalidades deste trabalho, discute-se os principais aspectos relacionados aos seguintes índices: i) Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA); ii) Índice Nacional de Preços ao Consumidor; iii) Índice de Custo de Vida (ICV); iv) Índice de Preços ao Consumidor (IPC); e v) Índice Geral de Preços (IGP).

De maneira geral, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é responsável por fornecer informações de dois dos mais importantes índices de preços ao consumido, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). A principal diferença entre estes índices consiste na variação do custo de vida da população pesquisada. Enquanto o INPC compreende famílias com rendimentos mensais de um a cinco salários mínimos, o IPCA abrange famílias com rendimentos mensais de um a quarenta salários mínimos. É importante destacar que o IBGE também considera a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) nas metodolo-

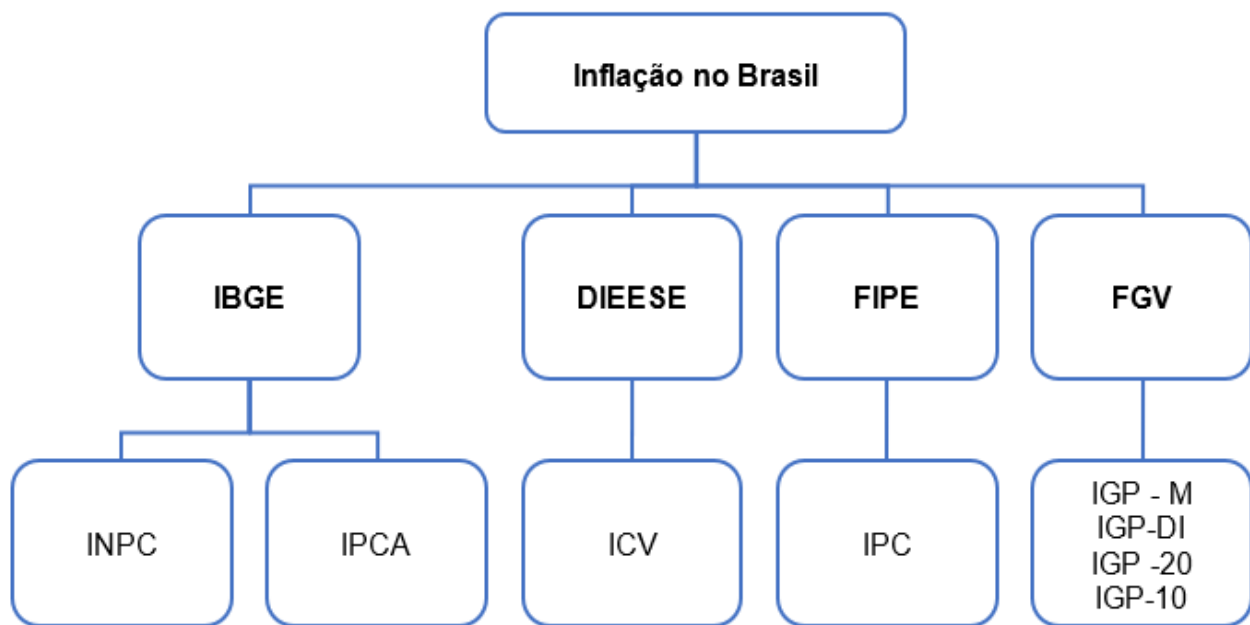
gias de cálculo dos índices de inflação. Estas pesquisas são atualizadas conforme avanços da tecnologia e alterações nos hábitos de consumo da população, conforme será destacado nas próximas subseções (IBGE, 2020).

Por outro lado, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) fornece informações referentes ao Índice de Custo de Vida (ICV), cujo cálculo é realizado mensalmente no município de São Paulo (DIEESE, 2020). Outro indicador que também abrange pesquisas realizadas em São Paulo é o Índice de Preços ao Consumidor (IPC). Este índice é calculado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), configurando-se como uma importante referência para a atualização do valor de automóveis usados no Brasil (FGV, 2020).

Por fim, cabe destacar um importante indicador do nível da atividade econômica, o Índice Geral de Preços (IGP). Este índice de inflação é calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), podendo variar conforme período de coleta, a exemplo do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) e do Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna (IGP-DI). Em termos de composição, o IGP utiliza a média ponderada de três índices de preços: 60% de peso do Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), 30% para o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) e 10% referente ao Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) (FGV, 2020).

A figura 1 apresenta um fluxograma sintético dos principais índices de preço e instituições responsáveis pelas pesquisas no Brasil.

Figura 1 – Inflação no Brasil: principais índices e órgãos de pesquisa



Fonte: elaboração própria (2020).

As próximas subseções aprofundam a discussão em mais algumas características destes índices de preço.

Índice de Custo de Vida (ICV)

Conforme destacado anteriormente, o ICV é calculado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). A estrutura de ponderação do ICV relaciona o comportamento dos preços, no mercado consumidor, com os diferentes setores produtivos da economia (DIEESE, 2020). A esse respeito, a tabela 1 apresenta a estrutura do grupo de pesquisa do ICV, com destaque para todos os itens que compõe o referido índice. Em termos de ponderação na composição do ICV, verifica-se que o grupo de alimentação e habitação representam 53,36% na participação do índice, seguido pelo grupo de saúde (14,66%) e transporte (14,43%). A participação destes grupos setoriais na composição do índice pode ser justificada pela importância e natureza dos produtos e serviços observados, estando vinculados especialmente às necessidades básicas dos consumidores.

Tabela 1 – Estrutura do grupo de pesquisa do ICV

Grupo	Subgrupo	Ponderação (%)
Alimentação	Produtos in natura e semielaborados, Indústria da alimentação, Alimentação fora do domicílio.	30,62
Habitação	Locação, Impostos e Condomínio, Operação do domicílio, Conservação do domicílio.	22,74
Saúde	Assistência Médica, Medicamentos e Produtos Farmacêuticos.	14,66
Transporte	Individual, Coletivo	14,43
Educação e Leitura	Educação, Leitura	8,71
Despesas Pessoais	Higiene e Beleza, Fumo e Acessórios.	4,32
Equipamentos Domésticos	Eletrodomésticos, Utensílios domésticos, Móveis, Roupas.	1,65
Vestuário	Roupas, Calçados	1,50
Recreação	Produtos, Serviços	0,92
Despesas Diversas		0,43

Fonte: adaptado do DIEESE (2020).

A ponderação de produtos e serviços utilizados para cálculo do ICV se baseia na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 1994/1995¹. Ou seja, após o Plano Real quando se observou estabilidade nos índices inflacionários. O ICV passou por alterações no seu sistema de apuração, como a implantação

¹ Para a atualização do cálculo do ICV são realizados levantamentos básicos sobre o orçamento das famílias. Anteriormente a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 1994/1995, foram realizados outros três levantamentos: i) a Pesquisa do Custo de Vida da Classe Trabalhadora, em 1958; ii) a Pesquisa de Padrão de Vida das Famílias Assalariadas, em 1969/1970; e iii) a Pesquisa de Padrão de Vida e Emprego (PPVE), em 1982/1983 (DIEESE, 2020).

de uma nova estrutura de agregação dos produtos e mudanças no cálculo. Isso ocorre pelo fato da população assalariada redefinir seu padrão de vida, especialmente ao se adaptar social e economicamente às novas condições da sociedade, da conjuntura econômica e do mercado de trabalho (DIEESE, 2020).

Preocupada em conhecer novos interesses, o levantamento da DIEESE buscou informações referente à nova estrutura orçamentaria nos domicílios de São Paulo. Entre as pesquisa, não se verifica apenas alterações nos itens consumidos pelos trabalhadores e na participação proporcional desses itens no conjunto do consumo mensal dessa classe (DIEESE, 2020). De acordo com o DIEESE (2020), as alterações contemplam itens consumidos, a importância destes no consumo, além da alteração em decorrência da industrialização que também contribui na alteração econômica do país. Sendo assim, o objeto de investigação das pesquisas passou a incluir toda a classe assalariada, não somente associados aos sindicatos (DIEESE, 2020).

Índice de Preços ao Consumidor (IPC)

A Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) contribui aos estudos dos fenômenos econômicos e sociais realizando levantamento de dados. Como exemplo disso tem-se o cálculo do Índice de Preços ao Consumidor (IPC). Este índice é considerado um dos mais tradicionais, sendo calculado desde 1939 pela Divisão de Estatística e Documentação da Prefeitura do Município de São Paulo, somente em 1968 passou sua responsabilidade ao Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (FIPE, 2020).

Para a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, a coleta do IPC agrega a variação do custo de vida das famílias com renda familiar entre 1 e 10 salários mínimos. A variação de preços é acompanhada junto à população residente no município de São Paulo, abrangendo os seguintes grupos setoriais pesquisados: habitação, alimentação, transportes, despesas pessoais, saúde, vestuário, educação e geral (FIPE, 2020).

A tabela 2 apresenta a ponderação dos grupos e subgrupos de produtos e serviços que compõe o IPC. Nesta ponderação, o grupo de habitação, alimentação e transportes apresentam as maiores participações na composição do índice, com 25,17%, 23,31% e 18,15%, respectivamente.

Índice Geral de Preços (IGP)

O Índice Geral de Preços (IGP), calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), engloba diversas atividades econômicas e suas distintas fases de produção. Este índice possui abrangência nacional e envolve setores da Indústria, construção civil, agricultura, comércio varejista e serviços prestados às famílias. Com relação a abrangência geográfica, o IGP compreende pesquisas realizadas em Belo Horizonte, Brasília, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador (FGV, 2020).

O cálculo do IGP inclui três outros índices de inflação: o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA); o Índice de Preços ao Consumidor (IPC); e o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC). Esses indicadores possuem pesos específicos nas parcelas de despesas interna bruta. O IPA representa 60% do índice, o IPC tem peso de 30% e INCC representa peso de 10% na composição do índice (FGV, 2020). A tabela 2 apresenta a ponderação dos produtos e serviços dos três índices de inflação que foram o IGP.

Tabela 2 – Ponderação de produtos e serviços dos índices de inflação que compõe o IGP

Índice	Grupos	Subgrupos	Ponderação
Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA)	Produtos Agropecuários	Lavouras Temporárias, Lavouras Permanentes, Pecuária.	28,61
	Produtos Industriais	Indústria Extrativa, Indústria de Transformação,	71,39
	Bens Finais	Bens de Consumo, Bens de Investimento,	36,06
	Bens Intermediários	Materiais e Componentes para Manufatura, Materiais e Componentes para Construção, Combustíveis e Lubrificantes para Produção, Embalagens, Suprimentos.	33,27
	Matérias- Primas Brutas	Matérias-Primas Brutas Agropecuárias, Matérias-Primas Brutas Minerais,	30,66
Índice de Preços ao Consumidor (IPC)	Alimentação	Gêneros Alimentícios, Alimentação Fora.	23,31
	Habitação	Aluguel e Encargos, Serviços Públicos de Residência, Mobiliário, Roupas de Cama Mesa e Banho, Utensílios Diversos, Artigos de conservação e Reparo, Serviços de Residência.	25,17
	Vestuário	Roupas, Calçados, Acessórios do Vestuário, Serviços do Vestuário,	5,84
	Saúde e cuidados Pessoais	Serviços de Saúde, Produtos médico-odontológicos, Cuidados Pessoais.	11,66
	Educação, Leitura e Recreação.	Educação, Leitura, Recreação.	7,63
	Transportes	Transporte Público, Transporte Próprio.	18,15
	Despesas Diversas	Fumo, Outras Despesas Diversas.	2,82
	Comunicação	Serviços de Comunicação,	5,42
Índice Nacional de Custo da Construção (INCC)	Materiais, Equipamentos e Serviços.	Estrutura, Instalações e Acabamento.	54,28
	Mão-de-Obra	Ajudante Especializado, Armador ou Ferreiro, Bombeiro, Carpinteiro, Eletricista	45,72

Fonte: adaptado da FGV (2020).

É importante também destacar que o IGP pode variar conforme o período de coleta, a exemplo do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) a coleta é realizada entre os dias 21 e 20 do mês de referência e do Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna (IGP-DI) entre o primeiro e o último dia do mês. Os dados do Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) são coletados entre o primeiro e o último dia de cada mês (FGV, 2020).

Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)

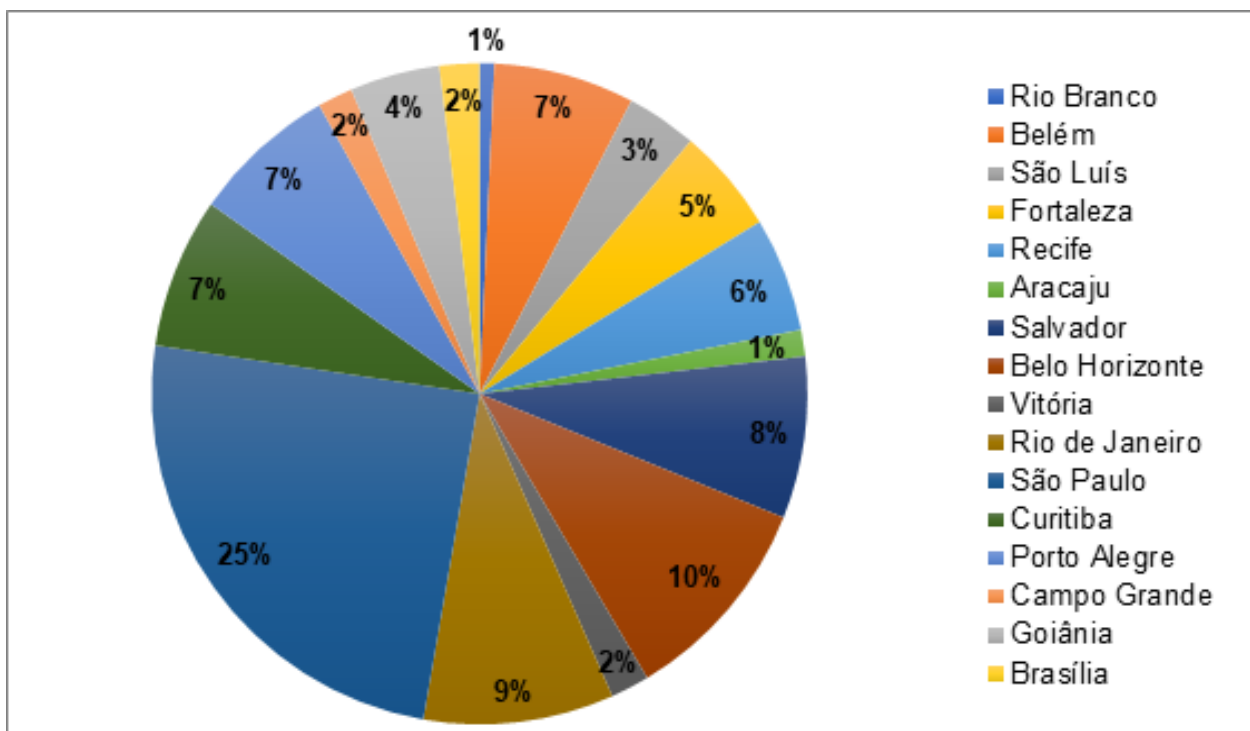
O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), volta-se para a correção do poder de compra por meio da verificação da variação nos preços da cesta de consumo nas famílias com rendimento médio de 1 a 5 salários mínimos. Esse grupo populacional é considerado o mais sensível, pois, em geral, gastam todo rendimento com itens básicos, como alimentação, habitação, saúde, educação, transporte, dentre outros (IBGE, 2020).

O IBGE (2020) define a cesta de consumo por meio da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF). Esta pesquisa procura verificar quais bens e serviços são consumidos pela população e quanto do rendimento familiar é destinado para cada grupo de produtos e serviços. A POF foi implantada em 1989, sendo direcionada para obtenção do total de despesas geradas pelas famílias. Ao longo dos anos, as mudanças conjunturais da sociedade e os processos inflacionários têm induzido novos hábitos de consumo, situação pela qual se justifica a atualização da cesta de produtos calculados pelo IPCA e INPC. Neste contexto, novas estruturas entraram em vigor a partir das pesquisas obtidas em janeiro de 2020.

A respeito do INPC, a coleta é realizada junto a estabelecimentos comerciais e empresas, tanto públicas quanto privadas. Em termos de regiões de abrangência, a coleta dos dados do INPC corre nas regiões metropolitanas de

Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, além do Distrito Federal, Goiânia e Campo Grande (IBGE, 2020). O gráfico 1 apresenta a ponderação destas regiões metropolitanas na composição do INPC.

Gráfico 1 – Ponderação regional na composição do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)



Fonte: adaptado de IBGE (2020).

Conforme observado no gráfico 1, a região metropolitana de São Paulo apresenta a maior participação percentual na composição do INPC, representando 25% do total. A região de Rio Branco e Aracaju compreendem as menores porcentagem, com apenas 1%. Enquanto Curitiba, Porto Alegre e Belém apresentam 7% cada. Já as demais regiões metropolitanas variam entre 2% a 10%.

Mesmo não sendo o índice oficial de inflação no Brasil, o INPC é um indicador essencial para acompanhamento do desempenho da economia e do poder de compra do consumidor, especialmente ao verificar a inflação em uma cobertura população de menor renda (IBGE 2020).

A Inflação não é exclusiva de um único item ou serviço, trás reflexos distintos conforme consumo de cada indivíduo ou família, isso acontece porque a alta dos preços atinge de formas variadas o consumo, depende dos bens considerados indispensáveis para cada consumidor e a inflação que incide sobre tais produtos. Sendo assim, além dos índices mencionados existem outras formas de calcular o impacto da alta ou queda dos preços (IBGE, 2020).

Por meio da tabela 3, verifica-se a ponderação de grupos e subgrupos de bens e serviços na composição do Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

Tabela 3 - Ponderação de grupos e subgrupos de produtos e serviços no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)

Grupos	Subgrupos	Ponderação
Alimentação e Bebidas	Alimentação no Domicílio, Alimentação Fora do Domicílio.	22,00
Transportes	Transporte Público, Veículo Próprio, Combustíveis.	19,90
Habitação	Encargos e Manutenção, Combustível e Energia, Energia Elétrica Residencial.	17,52
Saúde e Cuidados Pessoais	Produtos Farmacêuticos e Óticos, Serviço de Saúde, Plano de Saúde, Higiene Pessoal.	11,78
Despesas Pessoais	Serviços Pessoais, Recreação e Fumo.	8,15
Comunicação	Plano de telefonia fixa e móvel Acesso a Internet, Aparelho telefônico, Combo de telefonia, internet e tv por assinatura.	6,09
Vestuário	Roupas masculina, feminina e infantil, Calçados e Acessórios, Joias e Bijuterias, Tecidos e Armarinho.	5,44
Artigos de Residência	Móveis e Utensílios, Cama, mesa e banho, Aparelhos Eletrônicos, Consertos e Manutenção.	4,58
Educação	Cursos, Leitura e Papelaria.	4,54

Fonte: adaptado do IBGE (2020).

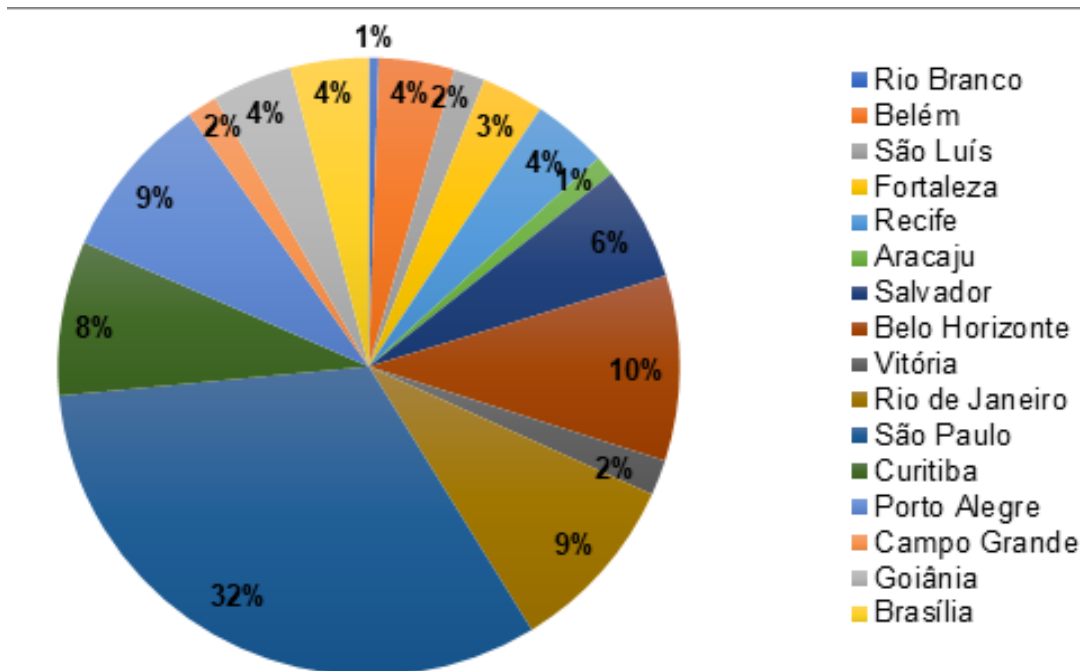
De forma geral, é possível observar pela tabela 3 que o grupo educação concentra o menor peso na composição do índice, enquanto os grupos de alimentação e bebidas, transportes e habitação compreendem os maiores índices de ponderação, com 22,00%, 19,90% e 17,52%, respectivamente. Isso se dá pelo fato que tais grupos compõem bens e serviços com maior relevância ao consumo da população.

Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) também é calculado pelo IBGE, cujo objetivo do índice está em medir a inflação de um conjunto de produtos e serviços comercializados no varejo, compreendendo uma cobertura populacional de famílias com rendimentos mensais entre 1 e 40 salários mínimos. Ou seja, quando comparado ao INPC, o IPCA abrange uma parcela maior da população. Cabe destacar que a faixa salarial independente da fonte de rendimento, mas está centrado em famílias que residem nas área urbana (IBGE, 2020).

As informações são fornecidas pelo IBGE desde o ano de 1980. A divulgação de dados coletados é disponibilizada mensalmente e a coleta acontece geralmente do dia 01 ao dia 30 do mês avaliado, cuja região de abrangência é composta pelas regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Distrito Federal Goiânia e Campo Grande (IBGE 2020). Nesse sentido, o gráfico 2 apresenta a ponderação destas regiões metropolitanas na composição do IPCA.

Gráfico 2 – Ponderação regional na composição do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)



Fonte: adaptado do IBGE (2020)

Por meio do gráfico 2 é possível observar que a região metropolitana de São Paulo se destaca consideravelmente pelo peso do consumo de seus produtos e serviços na composição do IPCA, com 32% do total. Assim como no caso do INPC, as regiões de Aracaju e Rio Branco correspondem a apenas 1% de peso no IPCA. Enquanto as regiões de Belém, Goiânia e Brasília apresentam, cada uma, 4% de participação e as demais regiões variam entre 2% a 9%.

Considerações Finais

O artigo objetivou ser a base teórica para a descrição dos critérios de reajustes dos preços da Sanepar e da Copel, apresentando a base conceitual inerente a fundamentos contábeis, regulatórios e macroeconomicos (inflação).

Por se serviço de interesse público a distribuição de água e o saneamento básico (Sanepar) e a distribuição de energia (Copel) a pesquisa fundamentou os critérios necessários para que se possa conhecer e compreender os reajustes autorizados pelo Estado do Paraná, bem como os argumentos teóricos e de técnicos.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL. **A Aneel**. Disponível em: <https://www.aneel.gov.br/a-aneel>. Acesso em: 17 abr. 2020.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL. **A Tarifa de Energia Elétrica**. Disponível em: <https://www.aneel.gov.br/tarifas>. Acesso em: 12 abr. 2020.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL. **Como é composta a tarifa**. Disponível em: https://www.aneel.gov.br/contendo-educativo/-/asset_publisher/vE6ahPFxsWHt/content/composicao-da-tarifa/654800?inheritRedirect=false. Acesso em: 02 mar, 2022.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL. **Entendendo a Tarifa**. Disponível em: <https://www.aneel.gov.br/entendendo-a-tarifa>. Acesso em 17 abr. 2020.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL. **Quarta Revisão Tarifária Periódica**. Nota Técnica nº 133/2017-SGT/ANEEL Brasília, 16 de maio de 2017.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL. Resolução Homologatória nº 2.096 de 21 de Junho de 2016. Homologa o resultado da quarta Revisão Tarifária Periódica – RTP da Copel Distribuição S/A - CopelDIS, as Tarifas de Energia – TE e as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD, e dá outras providências. **Aneel**, 2016. Disponível em: <http://www2.aneel.gov.br/cedoc/reh20162096ti.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL. Resolução Homologatória nº 2.559, de 18 de Junho de 2019. Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2019, as Tarifas de Energia – TE e as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD referentes à Copel Distribuição S/A - Copel-DIS, e dá outras providências. **Aneel**, 2019.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL. Resolução Normativa nº 414, de 9 de Setembro de 2010. Estabelece as Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica de forma atualizada e consolidada. **Aneel**, 2010. Disponível em: <https://www.aneel.gov.br/documents/656877/14486448/bren2010414.pdf/3bd33297-26f9-4ddf-94c3-f01d76d6f14a?version=1.0>. Acesso em 02 mar. 2022.

AGÊNCIA REGULADORA DO PARANÁ – AGEPAR. **Atividades**. Disponível em: <http://www.agepar.pr.gov.br/Pagina/Atividades>. Acesso em: 06 abr. 2020.

AGÊNCIA REGULADORA DO PARANÁ – AGEPAR. **Entendendo a Tarifa**. Disponível em: <https://www.aneel.gov.br/entendendo-a-tarifa>. Acesso em 08 abr. 2020.

AGÊNCIA REGULADORA DO PARANÁ – AGEPAR. **Saneamento Básico**. Disponível em: <http://www.agepar.pr.gov.br/Pagina/Saneamento-Basico>. Acesso em: 06 abr. 2020.

AGÊNCIA REGULADORA DO PARANÁ – AGEPAR. **Sobre a Agepar**. Disponível em: <http://www.agepar.pr.gov.br/Pagina/Sobre-AGEPAR>. Acesso em 06 abr. 2020.

BRASIL. Tribunal DE Contas da União. **Ambiente Regulatório**. Disponível em <https://sites.tcu.gov.br/desenvolvimentonacional/ambienteregulatorio.htm#:~:text=Desde%20a%20d%C3%A9cada%20de%201990,regulador%20nas%20diferentes%20%C3%A1reas%20outorgadas>. Acesso em: 14 maio. 2021.

CESAR, A. M. R; ANTUNES, M. T. P; VIDAL, P. G. Método do Estudo de Caso em Pesquisas da Área de Contabilidade: Uma Comparação do seu Rigor Metodológico em Publicações Nacionais e Internacionais. Rio de Janeiro: RIC - **Revista de Informação Contábil**. Vol. 4, n. 4, p. 42-64, Out-Dez/2010.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ – SANEPAR. **Tarifa Diferenciada para Entidades Assistenciais**. Disponível em: <https://site.sanepar.com.br/clientes/tarifa-de-entidade-assistencial-filantropica>. Acesso em: 02 mar. 2022.

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA – COPEL. **Estrutura Societária**. Disponível em: <https://ri.copel.com/governanca-corporativa/estrutura-societaria/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

COSTA, L. P da; VIEIRA, E. P. **A Relevância da Informação Contábil na Gestão de Empresas de Pequeno Porte: O caso da TI informática**. Orientadora: Euselia Paveglio Vieira. 2017. 28 f. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul Rio Grande do Sul, Departamento de Ciências Administrativas, Contábeis, Econômicas e da Comunicação, Ijuí, 2017.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE. **Nota à Imprensa**. São Paulo. 5 de março de 2020. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2020/202002cestabasica.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2020.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE. Índice do Custo de Vida – ICV. Disponível em: <https://www.portalbrasil.net/icv.htm>. Acesso em: 12 abr. 2020.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE. **Metodologia do ICV-DIEESE**. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaICV.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2020.

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito administrativo**. 32. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

Disponível em: <http://www2.aneel.gov.br/cedoc/reh20192559ti.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2022.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. **IGP – M: Índice Geral de Preços – Mercado**. Disponível em: <https://portalibre.fgv.br/data/files/DE/B3/A6/E8/8E7BB61078ADFDA68904CBA8/METODOLOGIA%20IGP-M%20jul%202019.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. **IGP: Índices Gerais de Preços**. Disponível em: <https://portalibre.fgv.br/estudos-e-pesquisas/indices-de-precos/igp/>. Acesso em: 22 mar. 2020.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. **IPA: Índice de Preços ao Produtor Amplo**. Disponível em: <https://portalibre.fgv.br/estudos-e-pesquisas/indices-de-precos/ipa/>. Acesso em: 22 mar. 2020.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS – FIPE. Índice de Preços ao Consumidor. Disponível em: <https://www.fipe.org.br/pt-br/indices/ipc/>. Acesso em: 22 mar. 2020.

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. 1. ed. Rio Grande do Sul: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?t=o-que-e>. Acesso em: 03 mar. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Para compreender o INPC**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97035.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/snipc/ipca/quadros/brasil/fevereiro-2020>. Acesso em: 10 mar. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor: Métodos de Cálculo**. 7. ed. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv65477.pdf>. Acesso em 07 abr. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Tabelas**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-deprecosaconsumidoramplo.html?t=resultados&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=inflacao#variacao-mes-grupo. Acesso em 12 abr. 2020.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de Metodologia Científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

LUDÍCIBUS, S, de. **Análise de Balanços**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LUDÍCIBUS, S, de; MARTINS, E. **Contabilidade Introdutória**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, J. C. **Contabilidade Básica**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MATA, H. T. da C. **Macroeconomia**. Salvador: UFBA, Faculdade de Ciências Contábeis. Salvador, 2018.

SALES, Odair. A Contabilidade Regulatória das Empresas do Setor Elétrico. **Acervo digital UFPR**. Curitiba, 2014. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1884/42056>. Acesso em: mar, 2021.

SALVADOR, C. S. **A Análise das Demonstrações Contábeis Como Ferramenta Auxiliar Para o Gestor no Momento da Tomada de Decisões em uma Empresa do Setor Vinícola de Flores da Cunha – Rs**. Orientador: Orly Casara. 2011. 72 f. Monografia (Bacharel em Ciências Contábeis) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2011.

SILVA, A. C. R. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade**. Salvador: UFBA, Faculdade de Ciências Contábeis, 2017.

SILVA, A. M da. **Metodologia da Pesquisa**. 2. ed. Fortaleza: Editora da Universidade Estadual do Ceará, 2015.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de Pesquisa**. 2. ed. Florianópolis: UFSC, Departamento de Ciências da Administração, 2013.

CAPÍTULO 3

DESCRIÇÃO EMPÍRICA DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTE DE PREÇO DOS SERVIÇOS PRESTADOS POR EMPRESAS ESTATAIS NO PARANÁ, COPEL E SANEPAR

Maria Cláudia Bobek

Almir Cléydison Joaquim da Silva

Mônica Aparecida Bortolotti

Doi: 10.48209/978-65-5417-155-C

Introdução

Dentre as perspectivas e noções de Estado, destaca-se a ideia de poder soberano ou conjunto de instituições que exerce controle e organiza a dinâmica de funcionamento de uma sociedade, em um determinado espaço geográfico. Nesse sentido, assume um importante papel na prestação de serviços públicos, garantia de direitos e proteção às necessidades da população. Por serviço público, compreende-se “[...] toda atividade material que a Lei atribui ao Estado para que a exerça diretamente ou por meio de seus delegados, com o objetivo de satisfazer concretamente às necessidades coletivas, sob regime jurídico total ou parcialmente público” (DI PIETRO, 2019, p. 286)

O serviço público também pode ser classificado quanto a sua essencialidade. A esse respeito, “[...] abrange atividades que, por sua essencialidade ou relevância para a coletividade, foram assumidas pelo Estado, com ou sem exclusividade” (DI PIETRO, 2019, p. 192). Desta forma, compreende-se que existem serviços exclusivos da administração pública e também serviços delegados para execução através de terceiros. Nesta perspectiva, é importante destacar que a intervenção estatal na atividade econômica “[...] compreende a regulamentação e fiscalização da atividade econômica de natureza privada (intervenção indireta), bem como a atuação direta do Estado no domínio econômico (intervenção direta), o que se dá normalmente por meio das empresas estatais (DI PIETRO, 2019, p. 192).

Diante deste contexto, os serviços estatais são controlados pelos níveis governamentais (municipal, estadual ou federal). As empresas estatais fornecem bens e serviços considerados essenciais para a população, onde alguns serviços prestados tendem a ser administrados de forma a garantir o acesso da população.

Com a necessidade de regulação e fiscalização da prestação de serviços de energia elétrica, através de concessões e permissões, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) foi criada por meio da Lei nº 9.427 de 26 de dezembro de 1996, tendo o Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, sendo sancionado com o objetivo de regular o setor elétrico brasileiro.

A ANEEL enquanto autarquia que atua como agência reguladora, está vinculada ao Ministério de Minas e Energia que, por conseguinte, verifica se a agência reguladora está exercendo suas atribuições conferidas. As atividades da ANEEL se iniciaram em dezembro de 1997 com a finalidade de regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, de acordo com a legislação e em conformidade com as diretrizes e as políticas do governo federal.

Cabe também a ANEEL estabelecer tarifas, dirimir as divergências entre agentes e consumidores, promover atividade de outorgas de concessão, permissão e autorização de empreendimentos e serviços de energia elétrica, regular a geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia. Além disso, fazem parte das suas atribuições a implementação de políticas e diretrizes do governo federal relativas à exploração da energia elétrica e ao aproveitamento dos potenciais hidráulicos (ANEEL, 2020).

Com relação aos serviços de saneamento básico no Paraná, a Agência Reguladora do Paraná (AGEPAR) passou a atuar, a partir de 2016, na regulação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Dentre suas principais atividades, destacam-se: i) regulação, normatização, mediação e fiscalização de abastecimento de água potável; ii) esgotamento sanitário; e iii) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo de águas pluviais urbanas (AGEPAR, 2020).

De modo geral, os serviços essenciais acompanham o desenvolvimento e as necessidades da sociedade, assim como proporcionam diferentes serviços para a população – como os serviços de energia elétrica, acesso a saneamento, acesso a comunicação, dentre outros. Dada as características de infraestrutura necessárias para fornecimento de alguns serviços e o posicionamento estratégico destes setores essenciais, o Estado atua como monopolista de alguns bens e serviços.

Neste contexto, torna-se cada vez mais relevante acompanhar os reajustes nas tarifas dos bens e serviços essenciais, pois em alguns anos seus preços podem sofrer reajustes acima da inflação. Para tanto, é necessário o acompanhamento dos reajustes definidos pelo Estado para melhor compreender o impacto na sociedade. A esse respeito, cabe a AGEPAR decidir e homologar sobre os pedidos de revisão e reajuste de tarifas, buscando modicidade das tarifas e

o equilíbrio econômico-financeiro dos serviços públicos de infraestrutura delegados (AGEPAR, 2020).

Para melhor compreensão e condução das análises, este trabalho compreende o recorte temporal de 2016 a 2020, também direcionando uma perspectiva de comparação quanto ao número de consumidores atendidos pelas estatais pesquisadas. Vale também destacar que este trabalho se justifica em razão da importância de uma maior compreensão da variação de preços que acompanha os níveis de inflação registrados pelas estatais paranaenses no fornecimento de serviços essenciais a população, especialmente os serviços de energia elétrica, abastecimento de água e atendimento de esgoto.

Com esta pesquisa também espera-se fornecer insumos para ampliar a compreensão dos pormenores que compõem as tarifas dos serviços supracitados, evidenciando o processo de regulamentação exercido pelo Estado e como isso pode influenciar nos serviços básicos de uso diário pela população.

Ainda a este respeito, o trabalho analisa quais processos influenciaram com maior ênfase na configuração do preço final e qual principal interesse governamental em parceria com as agências regulamentadoras. Ou seja, procura-se verificar se os reajustes de preços dos bens essenciais levaram em consideração acesso da população a preços justos ou se prevaleceu a angariação de investimentos financeiros.

Este trabalho também procura evidenciar a importância deste tema nos debates acadêmicos, ainda que esteja amplamente presente no cotidiano da população. Considerando o papel monopolista do Estado em alguns setores estratégicos, pretende-se ampliar as discussões e reflexões sobre os critérios e objetivos dos reajustes de preços, as alíquotas adotadas e a influência dos índices de preços nos reajustes.

Além desta introdução, o trabalho encontra-se estruturado em mais quatro capítulos. O segundo capítulo apresenta a fundamentação teórica que orien-

ta a construção das análises do trabalho. O terceiro capítulo compreende os principais aspectos metodológicos utilizados. O quarto capítulo apresenta e discute as análises e resultados encontrados. E no quinto capítulo apresenta-se as conclusões obtidas.

Portanto, a pesquisa objetivou analisar os critérios de reajuste de preços dos serviços de empresas estatais de transmissão de energia e saneamento básico no Estado do Paraná, especificamente da Companhia Paranaense de Energia (Copel) e da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar), no período de 2016 a 2020.

Procedimentos Metodológicos

Considerando a problemática da pesquisa e os objetivos levantados, este trabalho compreende uma abordagem qualitativa, com uma perspectiva descritiva a partir da análise de materiais bibliográficos e documentais. A pesquisa aborda um estudo de múltiplos casos, especialmente ao direcionar esforços analíticos para duas empresas estatais paranaenses, Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) e Companhia Paranaense de Energia (Copel), para o período temporal de 2016 a 2020, tal recorte temporal para análise justifica-se devido a carência de informações disponíveis nos anos anteriores.

Para contemplar estes e outros aspectos metodológicos, o capítulo encontra-se estruturado em quatro seções: i) quanto aos objetivos; ii) quanto aos procedimentos; iii) quanto à problemática; e iv) estudo de múltiplos casos. As próximas seções discutem cada uma destas perspectivas metodológicas.

No que se refere aos objetivos da pesquisa, a mesma apresenta um caráter descritivo. De acordo com Gil (2008, p. 28) “As pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Em sentido

convergente, Silva (2017, p.154) destaca que esse tipo de pesquisa “[...] tem como objetivo principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, estabelecendo relações entre as variáveis. Os dados coletados neste tipo de pesquisa possuem técnicas padronizadas como o questionário e a observação sistemática”.

Neste contexto, Köche (2011, p. 124) argumenta que a pesquisa descritiva “constata e avalia” as relações entre variáveis à medida que estas “[...] se manifestam espontaneamente em fatos, situações e nas condições que já existem”. Com isso, este trabalho enquadra-se em uma pesquisa de abordagem descritiva, pois compreende o âmago dos assuntos abordados além da utilização de estudos anteriores para ampliar a compreensão da temática.

A pesquisa buscou descrever os principais aspectos da inflação no Brasil, entre o período de 2016 a 2020, assim como também se detalhou as informações financeiras das estatais paranaenses Sanepar e Copel. Com estas informações, procurou-se compreender a relação dos reajustes de preços dos serviços das duas empresas estatais com a influência do comportamento dos índices de inflação, observando-se também sua conformidade com os objetivos estatais e argumentos utilizados nos reajustes tarifários.

Em relação aos procedimentos, este trabalho se utiliza fundamentalmente da pesquisa bibliográfica e documental. Trata-se de um tipo de pesquisa presente em muitos trabalhos de abordagem qualitativa, pois a natureza da pesquisa tem como base a análise de artigos científicos, livros, relatórios, dentre outros desenvolvidos na área pesquisada. Com relação à pesquisa bibliográfica, Gil (2008, p. 50) destaca que a mesma “[...] é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Dentre os principais objetivos, a pesquisa bibliográfica procura “[...] colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito sobre determinado assunto, com a finalidade de colaborar na análise de sua pesquisa” (SILVA, 2015, p. 83).

Neste trabalho, a pesquisa bibliográfica procurou ampliar a compreensão sobre temas centrais para o desenvolvimento da pesquisa. Exemplo disso foram os aspectos referentes a atuação do Estado na economia e na prestação de serviços para a sociedade (especialmente com regulações e concessões), as causas e tipos de inflação no Brasil, assim como os principais índices calculados por diferentes instituições de pesquisa, como o IBGE, FGV, DIEESE e FIPE. Com isso, também foi possível um melhor entendimento sobre qual o índice de inflação mais convergente com os reajustes tarifários da Sanepar e da Copel.

Por outro lado, a pesquisa documental possibilitou a análise de informações disponíveis nos sites oficiais da AGEPAR e da ANEEL, especificamente sobre as receitas e despesas contidas nas demonstrações contábeis das empresas estatais, focos deste trabalho. Isso foi fundamental para se discutir potenciais relações com a evolução da inflação e como esta tem se comportado ao longo do período de análise.

Com relação aos relatórios da Copel e Sanepar, é importante destacar que este trabalho direcionou atenção tanto para as resoluções e decretos quanto para os demonstrativos contábeis e financeiros. No primeiro caso, a análise das resoluções e decretos objetivou conhecer a fatura e o reajuste utilizado, assim como a reposição tarifária a ser aplicada ao longo do tempo. Enquanto no segundo caso, a análise dos demonstrativos contábeis e financeiros procurou identificar as receitas líquidas, resultados e despesas para se compreender o reajuste e o lucro ou despesa registrado pelas empresas.

Em relação à problemática, este trabalho compreende uma abordagem qualitativa. De acordo com Zanella (2013, p. 99), “Enquanto o método quantitativo de pesquisa preocupa-se com a medição dos dados, o método qualitativo não emprega a teoria estatística para medir ou enumerar os fatos estudados”.

Neste contexto, as pesquisas qualitativas “[...] buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 32).

Com relação ao emprego do método qualitativo neste trabalho, as informações foram coletadas através de dados secundários, especialmente resoluções e decretos, site oficiais, trabalhos científicos de referência, dentre outros, conforme mencionados na seção anterior.

Ao direcionar esforços analíticos para duas empresas estatais paranaenses, Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) e Companhia Paranaense de Energia (Copel), esta pesquisa também se configura como um estudo de múltiplos casos.

A respeito do estudo de múltiplos casos, Cesar, Antunes e Vidal (2010, p. 47) enfatizam que a mesma “[...] se reveste de especial importância quando o objetivo do estudo é construir teoria”. A pesquisa com múltiplos casos também possui algumas particularidades, que indicam a necessidade de cautela quanto aos critérios de amostragem, “[...] pois em estudos dessa natureza a escolha da amostra não se baseia em incidência de fenômenos, mas sim no interesse do caso em relação ao fenômeno sob estudo e às variáveis potencialmente relevantes” (CESAR; ANTUNES; VIDAL, 2010, p. 47).

Feita estas considerações sobre os principais procedimentos metodológicos, o próximo capítulo volta-se para a discussão dos resultados e análise empírica dos dados.

Análise dos Critérios de Reajuste de Preços dos Serviços da Copel e da Sanepar

Este tópico encontra-se estruturado em quatro seções: i) Caracterização geral dos critérios de reajuste de preços; ii) Análise dos desdobramentos dos critérios utilizados para reajustes de preços dos serviços públicos: saneamento e energia; e iii) Análise de demonstrações financeiras da COPEL e da SANEPAR.

Caracterização geral dos critérios de reajuste de preços

Esta seção descreve a dinâmica do setor elétrico e de saneamento no Paraná e suas repercussões, com referência em elementos que influenciaram o comportamento das tarifas ao longo dos anos de 2016 a 2020. Para tanto, apresenta-se uma caracterização da composição das tarifas e uma discussão sobre a elevação dos preços da energia elétrica e de saneamento no Paraná. Neste contexto, cabe destacar que os serviços públicos de abastecimento de água tratada, de esgotamento e fornecimento de energia elétrica ao consumidor tem passado por diversos reajustes em seus preços ao longo dos anos.

Desta forma, o estudo buscou verificar a existência de alguma relação entre os reajustes tarifários dos serviços das estatais com a inflação registrada no período de análise. A tarifa de energia elétrica do consumidor final no Brasil é regulada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A Aneel divide a estrutura de custos para definir a tarifa que chegará ao consumidor final. Esta estrutura está classificada em duas partes. A parcela A (ou grupo A) que corresponde aos custos não gerenciáveis (aquisição de energia elétrica, transmissão e encargos setoriais) e a parcela B (ou grupo B) que é composta pelos custos gerenciáveis (gastos com pessoal, material, serviços de terceiros, investimentos na expansão, na manutenção e melhoria na qualidade do sistema elétrico,

remuneração do capital dos acionistas e os tributos). A soma das duas parcelas corresponde, portanto, a tarifa a ser cobrada do consumidor (ANEEL, 2022).

Nesse sentido, a composição de preços utilizados pela Copel compreende os custos com compra de energia, custos com distribuição de energia e os tributos referentes ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS). O quadro 1 apresenta uma sistematização da composição das tarifas dos serviços de fornecimento de energia elétrica da Copel, por grupos e subgrupos.

Quadro 1 – Composição das tarifas da Copel por grupos e subgrupos

GRUPO	SUBGRUPO
GRUPO A* (compra de energia, transmissão e encargos setoriais)	A1 – tensão de fornecimento igual ou superior a 230KV
	A2 – tensão de fornecimento de 88kV a 138 kV
	A3 – tensão de fornecimento de 69KV
	A3a – tensão de fornecimento de 30 KV a 44 KV
	A4 – tensão de fornecimento de 2,3 KV a 25 KV
	AS – tensão de fornecimento inferior a 2,3 kV, a partir de sistema subterrâneo de distribuição
GRUPO B** (distribuição de energia)	B1 – Residencial
	B1 – Residencial Baixa Renda
	B2 – Rural
	B2 – Cooperativa de utilização rural
	B2 – Serviço Público de irrigação
	B3 – Demais Classes
	B4 – Iluminação Pública

Fonte: elaboração própria, a partir de Copel (2021).

Notas:

* Grupamento composto de unidades consumidoras com fornecimento em tensão igual ou superior a 2,3 kV, ou, ainda, atendidas em tensão inferior a 2,3 kV

** Grupamento composto de unidades consumidoras com fornecimento em tensão inferior a 2,3 kV, ou, ainda, atendidas em tensão superior a 2,3 kV

O fornecimento de energia, que compreende o Grupo A, considera a modalidade tarifária classificada em dois segmentos: i) Modalidade tarifária horária azul; e ii) Modalidade tarifária horária verde. O que difere estas modalidades é a tarifa paga no consumo de ponta, a tarifa azul é composta por dois valores de demanda que variam de acordo com as horas utilizadas durante o dia. A tarifa verde compreende um único valor de demanda, conferindo um preço mais alto para o transporte da energia (ANEEL, 2022)

A composição tarifária segue uma estrutura em que é evidenciado os serviços cobráveis do Grupo B. Esta estrutura pode ser classificada em monofásica, bifásica e trifásica, onde cada modalidade contempla as demandas de investimentos para a prestação do serviço. Ainda a respeito dos serviços de energia elétrica, o quadro 2 apresenta os serviços cobráveis de acordo com os artigos 102, 103 e 131 da Resolução Normativa nº 414/2010, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que “Estabelece as Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica de forma atualizada e consolidada” (ANEEL, 2010, p. 1).

Quadro 2 – Serviços Cobráveis de Energia Elétrica

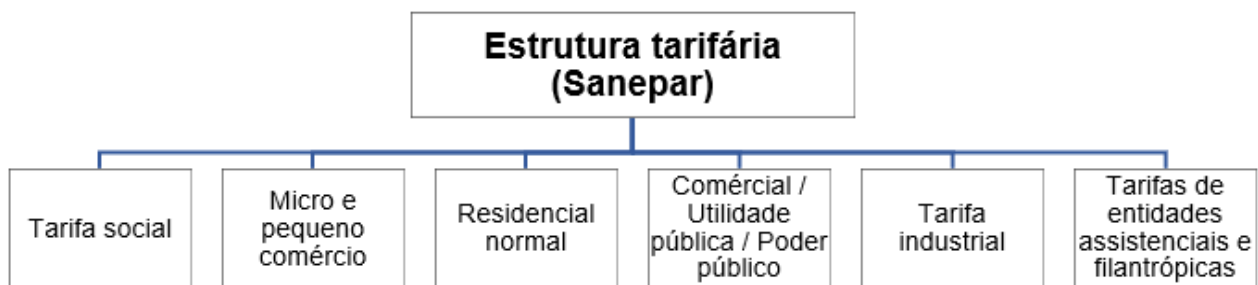
SERVIÇOS COBRÁVEIS
I – Vistoria de unidade consumidora
II – Aferição de medidor
III – Verificação de nível de tensão
IV – Religação normal
V – Religação de urgência
VI – Segunda via de fatura
VII – Segunda via declaração de quitação anual de débitos
VIII – Disponibilização dados de medição (memória de massa)
IX – Desligamento programado

X – Religação programada
XI – Fornecimento pulsos potência e sincronismo
XII – Comissionamento de obra
XIII – Deslocamento ou Remoção de poste
XIV – Deslocamento ou Remoção de rede
XV – Visita técnica
XVI – Custo administrativo de inspeção

Fonte: elaboração própria, a partir de resolução normativa Aneel (2019).

Com relação à Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar), a tarifa é classificada conforme as seguintes categorias: residencial, comercial, industrial, utilidade pública e poder público. A estrutura tarifária é composta ainda por tarifas diferenciadas como a tarifa social, tarifa para micro e pequeno comércio e a tarifa de entidades assistenciais e filantrópicas. A figura 1 apresenta uma sistematização da composição das tarifas da Sanepar.

Figura 1 - Estrutura Tarifária da Sanepar



Fonte: elaboração própria, a partir de Sanepar (2022).

De acordo com o Relatório da Administração e de Sustentabilidade da Sanepar (2017), a tarifa social corresponde a uma tarifa diferenciada. Esta tarifa foi criada pelo Governo para beneficiar as famílias de baixa renda, especialmente ao garantir que o consumidor tenha acesso à água tratada e aos serviços de coleta e tratamento de esgoto. A tarifa micro e pequeno comércio consiste no desconto para microempreendedores e pequenos comércios. Para usufruir deste desconto, o cliente deve atender ao programa de isenção do ICMS do Governo

do Estado. Já a Tarifa de entidades assistenciais e filantrópicas é um benefício concedido a entidades assistenciais que prestam serviços à sociedade nas áreas de assistência social, saúde e educação (SANEPAR, 2017).

Com o conhecimento da composição das tarifas dos serviços de fornecimento de energia elétrica e saneamento, faz-se também importante uma discussão dos tipos de tarifas e dos principais motivos que culminaram nos reajustes destes serviços entre os anos de 2016 a 2020, a partir dos respectivos decretos e resoluções.

O quadro 3 apresenta as principais justificativas para o reajuste tarifário da Sanepar e da Copel que, em última instância, ajuda a compreender a relação existente entre o funcionamento das companhias, a influencia dos acionistas sobre elas e, conseqüentemente, o impacto na fatura do consumidor.

Quadro 3 – Justificativas de reajuste tarifário dos serviços da Sanepar e Copel (2016 a 2020)

EMPRESA	ANO	JUSTIFICATIVA
SANEPAR	2016	Aquisição e instalação de novos hidrômetros; padronização de ligações e na manutenção e renovação da rede
	2017	1ª Revisão Tarifária Periódica; Investimento em Infraestrutura
	2018	Revisão Tarifária Periódica
	2019	Revisão Tarifária Periódica; Investimento Tecnologia
	2020	Covid-19; Crise Hídrica
COPEL	2016	Revisão Tarifária Periódica
	2017	Reversão do EER* Angra III; Reajuste Tarifário Anual
	2018	Reajuste Tarifário Anual
	2019	Reajuste Tarifário Anual
	2020	Reajuste Tarifário Anual

Fonte: elaboração própria, a partir de Copel (2016 a 2020) e Sanepar (2016 a 2020).

Nota: * Encargo de Energia Reversa (EER).

Ainda com relação aos dados do quadro 3, verifica-se que os principais motivos dos reajustes nos serviços da Sanepar correspondem a aquisição e instalação de novos hidrômetros trazendo melhorias no serviço prestado, outro fator de destaque para o reajuste é a revisão tarifária periódica que ocorre a cada quatro anos refletindo aspectos importantes sobre a cobrança nos próximos anos para prestação dos serviços de saneamento (AGEPAR, 2022).

Por outro lado, os reajustes de fornecimento de energia elétrica da Copel correspondem a revisão tarifária periódica e anual, assim como a reversão do Encargo de Energia Reversa (EER) Angra III. Com relação a revisão tarifária periódica, a mesma ocorre a cada cinco anos com o intuito de determinar a receita que a empresa deve receber para prestar o serviço com qualidade. Em 2016, a Copel passou pela terceira revisão periódica. Por sua vez, os reajustes tarifários acontecem anualmente exceto nos anos de revisão periódica, situação pela qual ocorre um reposicionamento das tarifas. Já a reversão do Encargo de Energia Reversa corresponde ao encargo que tem por objetivo cobrir custos derivados da contratação de energia de reserva, que objetiva expandir a segurança no fornecimento de energia (ANEEL, 2017)

Não obstante, é importante destacar que a partir de 2013 o setor elétrico enfrentou uma crise que pode ser classificada em três fases: i) dificuldade na produção de energia devido a restrição hidrológica, a partir de 2013; ii) desestruturação financeira dos agentes de geração e distribuição causada pela exposição ao mercado de curto prazo, e pela judicialização, que travou as operações no mercado de energia nacional, no final de 2014, e; iii) repactuação dos passivos contraídos pelos agentes e tentativa de destravamento do setor (COPEL, 2016, p.18).

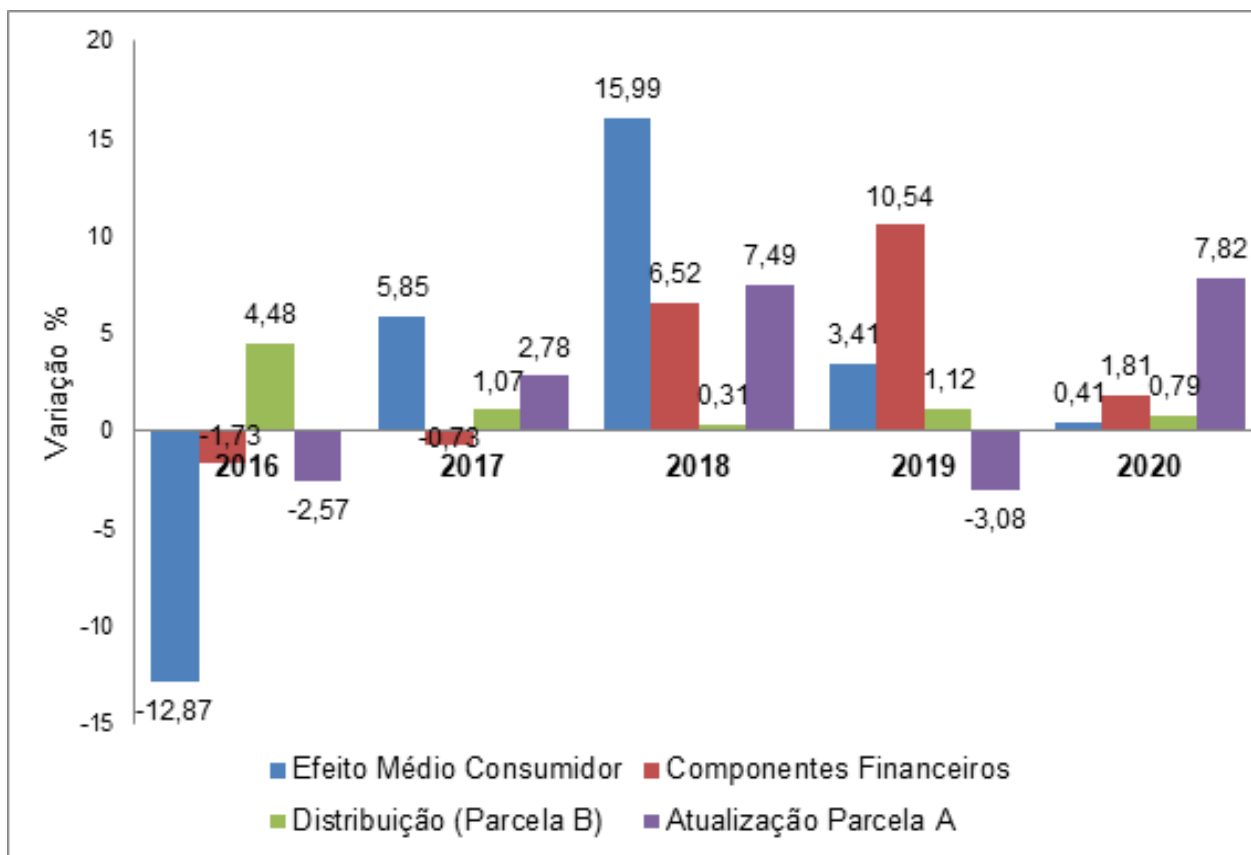
Através da Resolução Homologatória nº 2.096, de 21 de Junho 2016, a Aneel autorizou reajuste médio na tarifa com o percentual de -12,87%. Esse

reajuste médio é calculado com os gastos referentes à inclusão de componentes financeiros, atualização da Parcela B, atualização da Parcela A e da retirada dos componentes financeiros do processo tarifário anteriores.

O ano de 2016 foi marcado por uma melhora no cenário hidrológico que contribuiu para a redução dos encargos setoriais que compõe a tarifa. Outro fator que contribuiu no valor da energia elétrica foi a bandeira tarifária que varia constantemente a depender das condições hidrológicas ao longo do período.

Com a estabilidade hídrica no ano de 2016, a bandeira vermelha passou a ter dois patamares, tendo inicialmente seu valor reduzido e, posteriormente, sendo substituída pela bandeira verde. Ou seja, a energia estava sendo produzida em condições favoráveis. O valor é aplicado na tarifa a cada 100 Kwh. Os períodos subsequentes passaram pelo reajuste tarifário anual (RTA), sendo refletidos nos valores tarifários de acordo com as condições hídricas e, por conseguinte, com influência das bandeiras tarifárias sobre o valor da energia. O gráfico 1 apresenta o efeito do reajuste tarifário de energia elétrica na fatura dos consumidores.

Gráfico 1 – Efeito do reajuste tarifário periódico de energia elétrica na fatura do consumidor, em variação percentual (2016 a 2020)



Fonte: elaboração própria, a partir de Copel (2021).

Em 2017 as tarifas de energia passaram por outro aumento. O efeito médio foi de 5,85%, sendo apenas 1,07% correspondente a Parcela B, ou seja, para os custos diretamente gerenciáveis pela companhia. Os componentes financeiros que englobam a variação cambial sobre a compra de energia elétrica refletiram um percentual negativo de -0,73%. O maior índice foi evidenciado na Parcela A (2,78%), onde entram custos com aquisição, transporte e encargos setoriais.

No ano de 2018 passou a vigorar a chamada tarifa branca. Nesta modalidade, a variação do valor da energia seguiu conforme dia e horário do consumo, não sendo constatado percentual negativo na composição tarifária. Através da Resolução nº 2.402, de 19 de Junho de 2018, a Aneel homologou o reajuste tarifário médio de 15,99%. Sobre esse percentual, o maior peso incidiu nos

componentes financeiros com a contribuição de 6,52%, a Parcela A contribuiu com 7,49%, enquanto a Parcela B colaborou com 0,31% sobre o percentual médio. Em relação às bandeiras tarifárias, prevaleceu a bandeira vermelha cujo valor aplicado na tarifa foi de R\$ 5,00 nos meses de junho a outubro de 2018 (COPEL, 2018).

A Resolução nº 2.559 de 18 de junho de 2019, atribuiu o reajuste médio de 3,41% para o ano de 2019. Como observado no gráfico 3, a recomposição tarifária contempla os componentes financeiros em 10,54%, sobre a atualização da Parcela B incidiu 1,12%, e na Parcela A se refletiu -3,08%.

Cabe destacar que no ano 2019, em virtude da pandemia da Covid-19, as empresas precisaram se adaptar a um novo cenário econômico e financeiro. No caso da Companhia de Energia, apesar de manter um ritmo crescente em suas receitas, a empresa adotou medidas que minimizassem os efeitos na população, especialmente ao considerar o contexto de elevação do desemprego. Diante disso, a Aneel suspendeu por 90 dias os cortes por inadimplência de unidades consumidoras residenciais. Em consonância a estas medidas o Governo Estadual aumentou o subsídio da faixa de isenção da fatura de energia elétrica para famílias de baixa renda (COPEL, 2019).

Em 2020, a Aneel homologou o último reajuste tarifário anual através da Resolução nº 2.704, de 23 de junho de 2020. Conforme verificado no gráfico 3, a composição da tarifa média foi de 0,41%, contando com uma recomposição tarifária de 1,81% relativos à inclusão dos componentes financeiros, 0,79% decorrentes dos custos operacionais, depreciação e remuneração e 7,82% relativos à energia, transmissão e encargos. Este reajuste já contempla os impactos provocados pela Covid-19.

Por fim, conforme discussão realizada, os reajustes aconteceram anualmente, sendo motivados pela revisão tarifária periódica, exceto no ano de 2017, que também foi influenciado pela reversão do EER Angra III – decorrente da

contratação da usina de Angra no ano de 2016. De acordo com a Resolução nº 2.096/2016 da Aneel, o reajuste médio apresentou percentual negativo de -12,87%, devido a revisão tarifária periódica. Esse valor corresponde ao efeito tarifário sentido pelos consumidores, tendo em vista que o reajuste se aplica a todas as unidades, exceto aos beneficiados pela tarifa social. No ano de 2017, no entanto, o reajuste médio sofreu alteração em decorrência do reajuste tarifário anual, com um percentual de 5,85%. Contudo, no mês anterior este reajuste registou -1,17% devido às alterações previstas na reversão do EER Angra III.

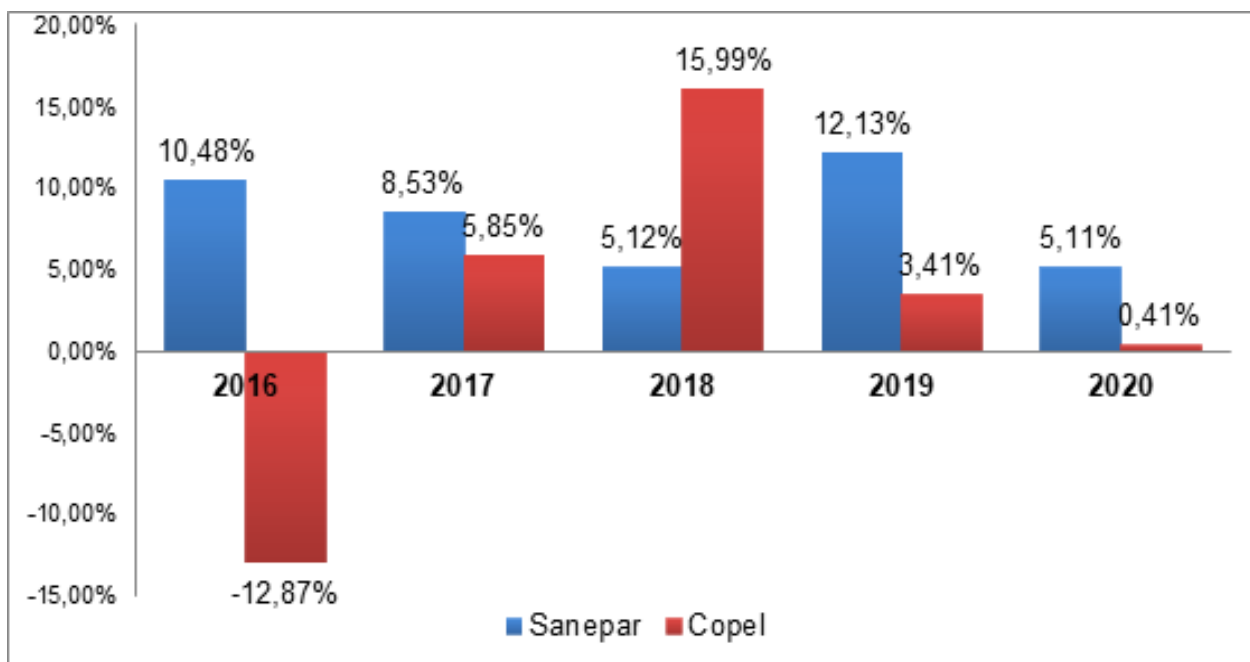
Após esse panorama das tarifas e critérios adotados para reajustes de preços, a próxima seção apresenta uma discussão sobre os desdobramentos dos reajustes relacionados aos serviços de fornecimento de energia elétrica, abastecimento de água e saneamento básico.

Análise dos desdobramentos dos critérios utilizados para reajustes de preços dos serviços públicos: saneamento e energia

Para aprofundar a análise sobre os principais desdobramentos dos critérios de reajustes de preços da Copel e da Sanepar, é importante observar o comportamento do Índice de Reajuste Tarifário. O gráfico 4 apresenta uma série histórica do Índice de Reajuste Tarifário utilizado tanto pela Copel quanto pela Sanepar, possibilitando uma visão comparativa entre as duas empresas.

Por meio do gráfico 2, verifica-se que no ano de 2016 a Copel apresentou um índice de reajuste tarifário negativo de -12,87%, enquanto o índice da Sanepar foi de 10,48%. A partir de 2017 o índice da Companhia Paranaense de Energia voltou a crescer, apresentando uma considerável queda no ano de 2020, com um reajuste de 0,41%. Somente no ano de 2018 o índice registrado pela Copel superou o reajuste tarifário da Sanepar, onde os índices foram de 15,99% e 5,12% respectivamente. O maior reajuste tarifário incidente sobre os serviços de abastecimento de água e saneamento básico foi registrado em 2019 com um percentual de 12,13%, já o menor registro ocorreu em 2018.

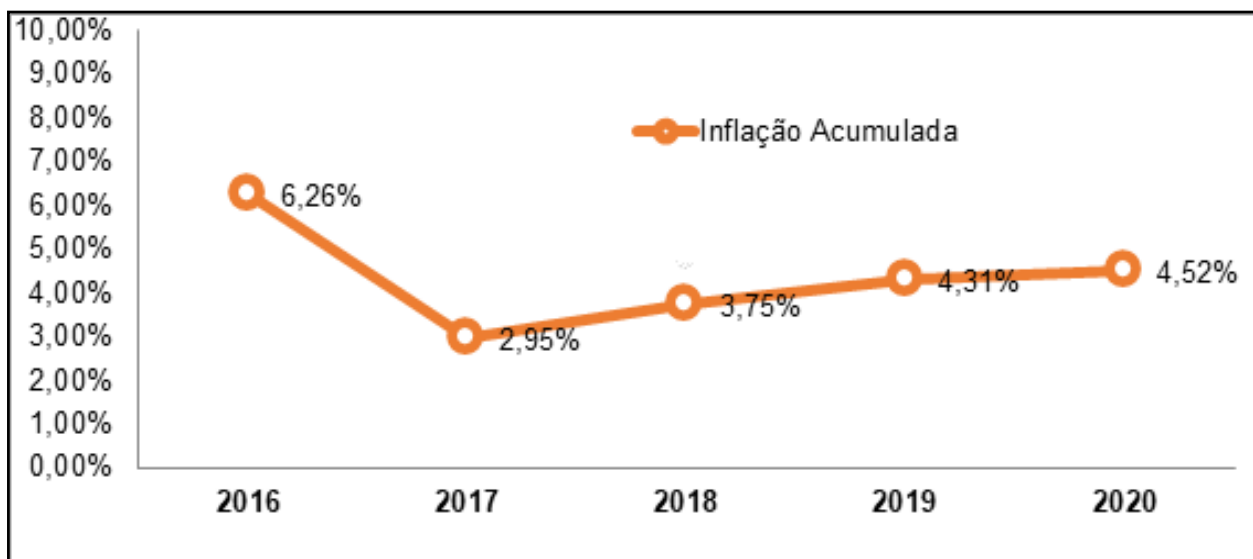
Gráfico 2 – Índice de Reajuste Tarifário das empresas estatais Sanepar e Copel (2016 a 2020)



Fonte: elaboração própria, a partir de dados da Copel e Sanepar (2021).

Com o conhecimento dos índices de reajuste tarifário utilizados pela Sanepar e pela Copel, é importante analisar o comportamento da inflação oficial do país. Nesse sentido, o gráfico 3 apresenta o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado em 12 meses, em dezembro, referente aos anos de 2016 a 2020. É possível observar que o índice de inflação registrado em 2016 foi de 6,26%, o maior percentual registrado para este período analisado. No ano seguinte o IPCA apresentou uma considerável queda para 2,26%. Após esta oscilação, a inflação voltou a apresentar uma trajetória crescente, com 3,75% em 2018, 4,31% em 2019 e 4,52% em 2020.

Gráfico 3 – IPCA Acumulado (2016 a 2020)



Fonte: elaboração própria, a partir de dados do IBGE (2021).

No que se refere aos reajustes evidenciados pelas estatais nos serviços básicos prestados à população, em cada período as empresas apresentaram reajustes anuais característicos para as especificidade das tarifas. A esse respeito, a Sanepar utiliza uma classificação para as suas tarifas por meio das seguintes categorias: residencial; comercial, industrial e utilidade pública. A tabela 1 apresenta os reajustes tarifários dos serviços de saneamento básico prestados pela Sanepar ao longo dos anos de 2016 a 2020 e por tipo de tarifas. Como pode ser observado, a tarifa social foi a que mais apresentou oscilações neste período. Enquanto a tarifa para micro e pequeno comércio, residência normal e industrial e utilidade pública não apresentaram variações – com um percentual fixado de 85% na cidade de Curitiba e de 80% nas demais localidades. As maiores alterações ocorreram em relação ao metro cúbico (m³) utilizado.

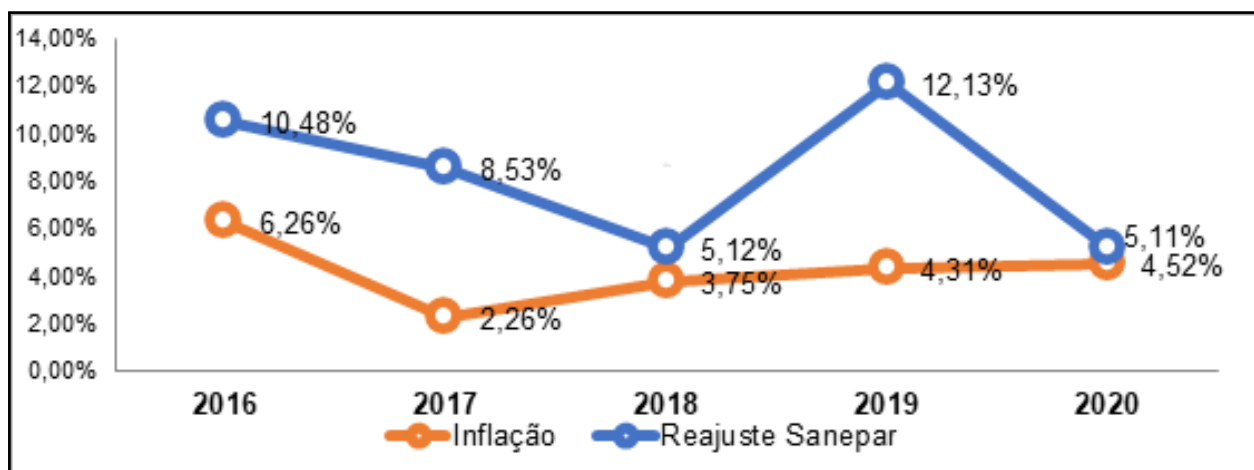
Tabela 1 – Reajuste tarifário dos serviços públicos de saneamento básico prestados pela Sanepar, por tipos de tarifas (2016 a 2020)

Ano	TIPOS DE TARIFAS			
	Tarifa Social	Micro e Pequeno Comércio	Residência Normal	Comercial/ Industrial/ Utilidade Pública
2016	10,48%	85%	85%	85%
2017	8,53%	85%	85%	85%
2018	5,12%	85%	85%	85%
2019	12,13%	85%	85%	85%
2020	5,11%	85%	85%	85%

Fonte: elaboração própria, a partir de dados da Sanepar (2021).

O Gráfico 4 apresenta um comparativo entre o índice de inflação anual com o reajuste tarifário utilizado pela Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar). É possível observar que o maior reajuste tarifário sobre os serviços de saneamento aconteceu em 2019, quando registrou 12,13%, enquanto a inflação acumulada no ano foi de 4,31%. Nos anos de 2018 e 2020, observou-se uma convergência e aproximação tanto no índice de inflação quanto no índice de reajuste tarifário da Sanepar.

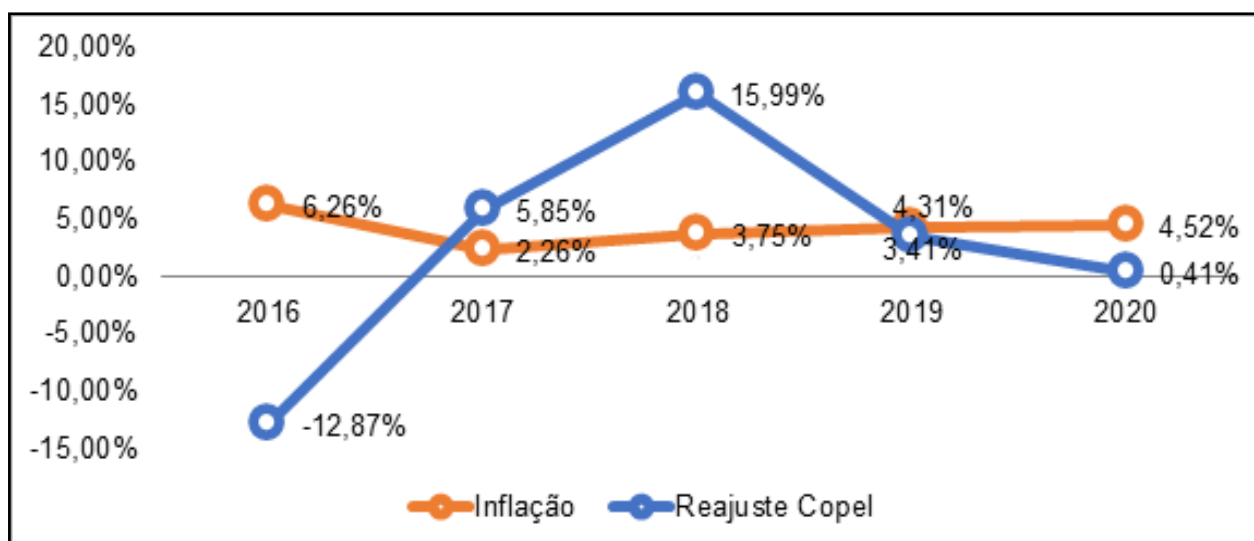
Gráfico 4 – Comportamento do IPCA anual e do índice de reajuste tarifário da Sanepar (2016 a 2020)



Fonte: elaboração própria, a partir de Sanepar (2021).

Por fim, o gráfico 5 apresenta um comparativo entre o índice de inflação anual com o reajuste tarifário utilizado pela Companhia Paranaense de Energia (Copel). É possível observar a expressiva elevação do reajuste tarifário da energia elétrica no ano de 2018, que registrou 15,99%. Nos demais anos da análise, observa-se algumas oscilações, em que o índice de reajuste tarifário utilizado pela Copel ficou abaixo do IPCA nos anos de 2016, 2019 e 2020.

Gráfico 5– Comportamento do IPCA anual e do índice de reajuste tarifário da Copel (2016 a 2020)



Fonte: elaboração própria, a partir de dados da Copel (2021).

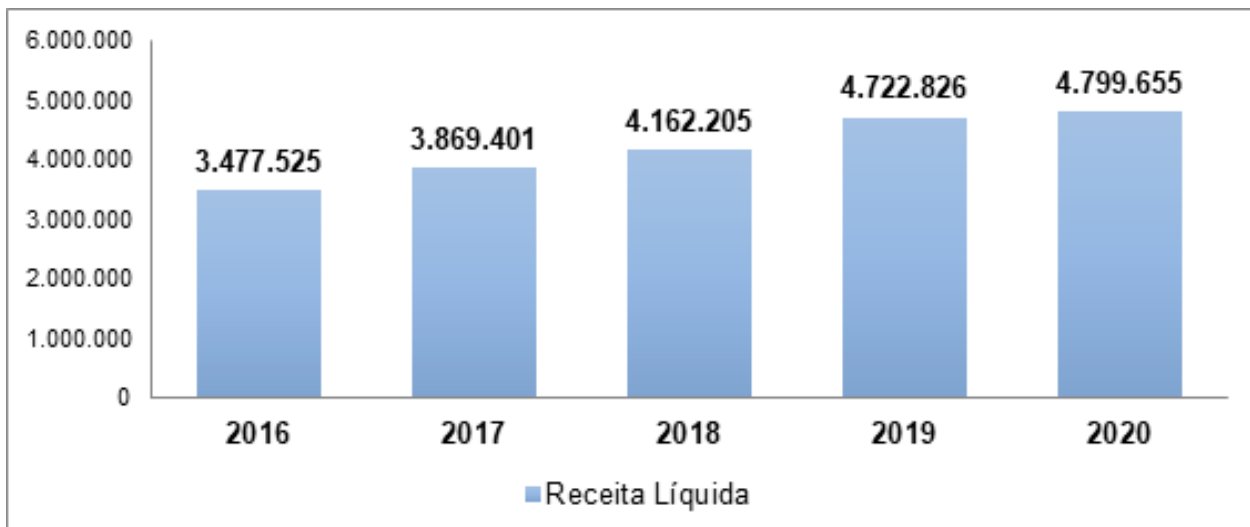
Ainda a respeito do gráfico 5, cabe destacar que enquanto a inflação registrada foi de 6,26%, o reajuste da Copel foi de -12,87%. Esse reajuste consta na Resolução nº 2.096 de 2016, da Aneel, sendo motivada pela revisão tarifária periódica. Em 2020 a inflação registrou um índice de 4,52%, enquanto o reajuste tarifário foi de 0,41%, também inferior a Inflação acumulada em 12 meses.

Feita essas considerações, a próxima seção analisa as demonstrações financeiras da Copel e da Sanepar.

Análise de demonstrações financeiras da COPEL e da SANEPAR

Nesta seção apresenta-se as principais demonstrações contábeis e financeiras que tem maior relevância para os resultados desta pesquisa. Com relação a receita operacional líquida, a mesma consiste no montante recebido pela prestação de serviços. No gráfico 6 descreve o comportamento das receitas ao longo do período analisado. Verifica-se que de 2016 á 2020 a Sanepar não registrou decréscimo das suas receitas líquidas, mantendo o ritmo na angariação de retorno lucrativo com os serviços prestados. No ano de 2019 a receita operacional líquida da Sanepar foi de R\$ 4,7 milhões. Em 2017 a empresa registrou receita líquida de R\$ 3,8 milhões. A alta registrada no ano de 2017 é reflexo do novo modelo tarifário implantado a partir deste ano, com reflexos positivos também nos períodos subsequentes.

Gráfico 6 – Receita operacional líquida da Sanepar, valores em unidades de reais (2016 a 2020)



Fonte: elaboração própria, a partir de Sanepar (2021).

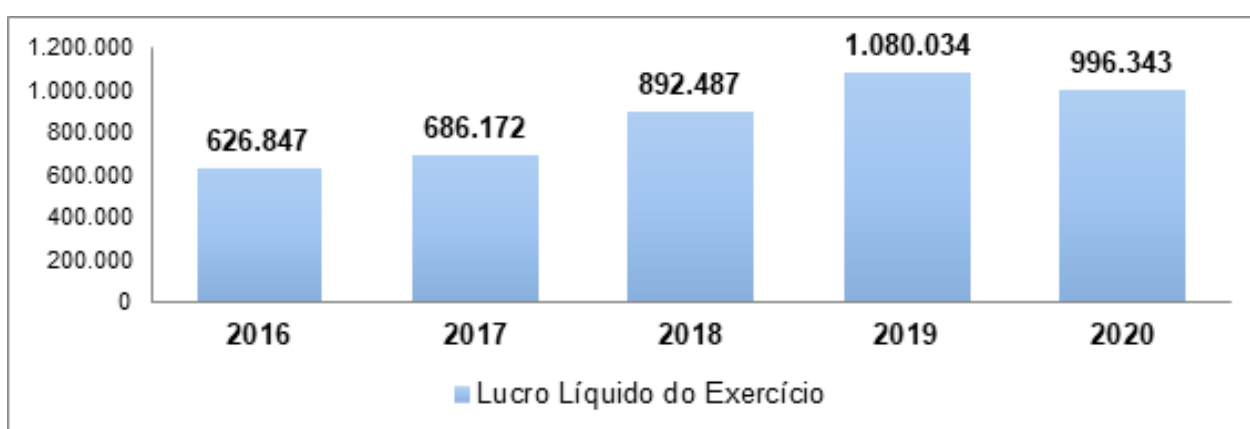
Conforme aprovação concedida pela Agepar, a empresa passou a cobrar a reposição tarifária de 25,63% de forma fracionada, cuja primeira parcela ocorreu no ano de 2017. Isso correspondeu ao equivalente a 8,53% sobre a tarifa, que continuou sendo refletida nas demais parcelas e cobranças por 8 anos.

Como pode ser observado, no ano de 2019 a receita evoluiu consideravelmente, sendo impulsionada pelo expressivo aumento tarifário, especialmente pelo reajuste tarifário anual. Este reajuste influenciou no aumento da receita líquida, induzindo efeitos positivos no lucro líquido do período. De acordo com o Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis da Sanepar (2019), este aumento está vinculado a uma gestão eficiente dos custos e despesas da Companhia, além dos créditos aos acionistas de juros sobre o capital próprio em substituição aos dividendos.

Outro fator relevante a ser destacado em relação aos demonstrativos contábeis da empresa corresponde o lucro líquido. O gráfico 7 apresenta o comportamento do lucro líquido da Sanepar. Como pode ser observado, o ano de 2019

apresentou o melhor resultado para o período analisado. Em comparação com o gráfico anterior (de receitas operacionais líquidas), verifica-se que a receita de 2020 apresentou uma trajetória de crescimento. No entanto, para o mesmo período, o lucro líquido registrou um considerável recuo devido à queda dos volumes faturados de água e esgoto e à postergação do reajuste tarifário em decorrência da COVID-19 (SANEPAR, 2020).

Gráfico 7 – Lucro Líquido do Exercício da Sanepar, valores em unidades de reais (2016-2020)



Fonte: elaboração própria, a partir de Sanepar (2021).

Seguindo a trajetória de crescimento do lucro líquido do exercício, as despesas operacionais também apresentaram acréscimo, conforme pode ser observado no gráfico 7. Para o ano de 2020, esse aumento se justifica pelos gastos demandados pelo desenvolvimento do Programa de Aposentadoria Incentivada (PAI), que estimulou o aumento dos custos com material de tratamento atrelado ao momento de crise hídrica dentre outras despesas operacionais (SANEPAR, 2020).

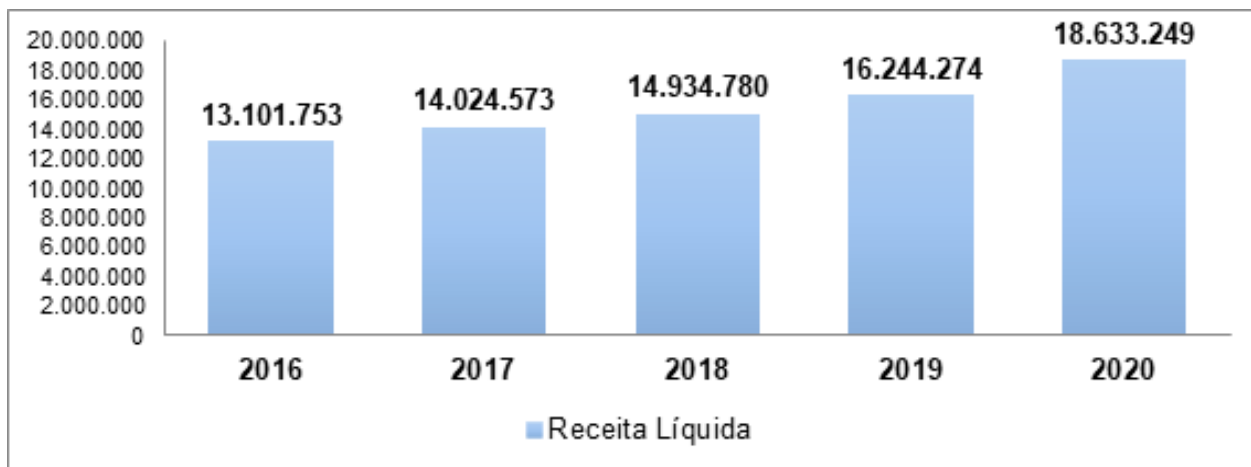
Gráfico 8 – Despesas Operacionais da Sanepar, valores em unidades de reais (2016 a 2020)



Fonte: elaboração própria, a partir de Sanepar (2021).

Com relação à Companhia Paranaense de Energia (Copel), apesar do cenário adverso de conjuntura econômica, especialmente em decorrência do início da pandemia da Covid-19, os resultados da empresa não foram afetados. O gráfico 9 apresenta as receitas líquidas da Copel no período de 2016 a 2020. É possível observar que a receita líquida da Copel manteve um ritmo de crescimento ascendente. Em 2016 a receita operacional líquida apresentou um montante de R\$ 13,1 milhões, já em 2020 registrou o total de R\$ 18,6, o que equivale a uma variação de 42% decorrente apenas dos demonstrativos da receita operacional líquida. Conforme o Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis da Copel (2020) essa variação é decorrente, sobretudo, da receita de fornecimento de energia elétrica, suprimento de energia elétrica, disponibilidade de energia elétrica e receita de construção. Cabe ressaltar que a receita de fornecimento varia em razão dos reajustes da tarifa de cada período.

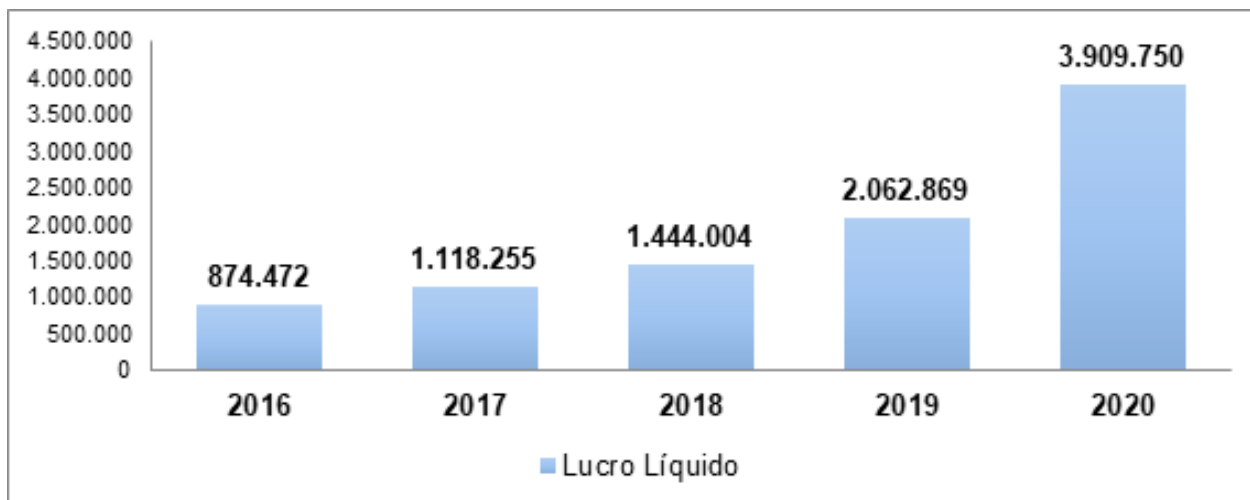
Gráfico 9– Receita operacional líquida da Copel, valores em unidades de reais (2016 a 2020)



Fonte: elaboração própria, a partir de Copel (2020).

Com relação ao lucro líquido da Copel, por meio do gráfico 11 é possível constatar que a empresa obteve desempenho positivo de 2016 a 2020. Neste período, registra-se um desempenho significativo quando comparado o primeiro e último ano de análise. No ano de 2016 a Copel apresentou um lucro líquido de R\$ 874,5 milhões que passou para R\$ 3,9 bilhões. Do total do lucro líquido contabilizado pela empresa, parte do montante é distribuído entre os acionistas. Ou seja, quanto maior o lucro líquido maior será o retorno financeiro. Cabe ressaltar que o governo é o principal acionista da estatal, o que confere o título de acionista majoritário, tendo direito a voto diante das tomadas de decisões da empresa. Atualmente o governo do Paraná conta com 69,7% das ações.

Gráfico 10 – Lucro líquido da Copel, valores em unidades de reais (2016 a 2020)



Fonte: elaboração própria, a partir de Copel (2021).

Considerando o lucro líquido acumulado pela empresa entre os anos de 2016 a 2020, a Copel distribuiu um total de R\$ 4,3 bilhões em dividendos. Em 2020 apesar do cenário global se apresentar atípico em todos os setores devido a pandemia da Covid-19, a Copel pagou um expressivo valor em dividendos, o equivalente a 64,61% do Lucro Líquido.

As principais despesas operacionais evidenciadas pela Copel referem-se à compra de energia elétrica para revenda, encargos de uso da rede elétrica e da matéria-prima e insumos para produção de energia. Em 2016 a despesa foi de R\$11,2bilhões. No ano seguinte passou por uma variação de 6,7%. De acordo com o Relatório da Copel esse resultado é decorrente do *Generation Scaling Factor* (GSF)¹.

Para o ano de 2018, observou-se uma variação de 6% nas despesas em relação ao ano anterior. Esse aumento é referente a compra de energia, que também registrou um aumento nos encargos do uso da rede elétrica e da variação do dólar – que refletiu no gás natural e insumos para operação de gás. De forma

¹ Medida de risco hidrológico que permite conhecer quanto cada usina vai receber de energia.

geral, isso contribuiu para a empresa encerrar o período com uma despesa operacional de R\$ 12,6 milhões.

Em 2019 a Copel apresentou uma menor variação, 4% em relação ao ano anterior. O aumento nas despesas do período é decorrente do aumento dos encargos do uso da rede elétrica. Conforme o Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras (2019), este aumento ocorreu em virtude da elevação tarifária e dos encargos da infraestrutura de transmissão.

Gráfico 11 – Despesas operacionais da Copel, valores em unidades de reais (2016 a 2020)



Fonte: elaboração própria, a partir de Copel (2021).

Feitas essas considerações, observa-se que tanto a Sanepar quanto a Copel apresentaram bons resultados ao longo do período analisado. Apesar de registrar acréscimo nas despesas, seus lucros não foram afetados que, em última instância, possibilitou a reflexão dos processos de tomada de decisões ao longo do período, na tentativa continuar adotando melhorias no fornecimento dos serviços e atraindo o interesse de novos investidores.

Conclusões

Este trabalho procurou analisar os critérios de reajuste de preços dos serviços de empresas estatais de transmissão de energia e saneamento básico no Estado do Paraná, especificamente da Companhia Paranaense de Energia (Copel) e da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar), no período de 2016 a 2020. Para tanto, a abordagem teórica e empírica procurou identificar os critérios e as alíquotas utilizadas nos reajustes de preços dos serviços públicos de transmissão de energia e saneamento básico ofertados no Estado do Paraná, assim como verificar as demonstrações financeiras que justificaram os reajustes e analisar se os mesmos acompanharam o desempenho da inflação do período.

Em termos de contribuições acadêmicas/científicas, o trabalho contribui com o estado da arte em diferentes aspectos. Como exemplo disso, pode-se destacar sua relevância em termos de reflexão e ampliação da compreensão das particularidades que compõem as tarifas dos serviços básicos fornecidos a população. A esse respeito, cabe destacar o pouco conhecimento por parte da sociedade sobre os critérios utilizados, as alíquotas adotadas e a influência dos índices de preços nos reajustes.

Com relação aos principais resultados empíricos, observou-se que o setor elétrico enfrentou crises decorrentes da restrição hidrológica que influenciaram no reajuste das tarifas no período analisado. Em 2016 a Copel passou pela Revisão Tarifária Periódica, mesmo sem registros de crise hídrica. Nos anos subsequentes, a companhia vivenciou o Reajuste Tarifário Anual, sentindo os reflexos das condições hídricas e da influência das bandeiras tarifárias.

Em relação ao faturamento da empresa, observou-se que, ao longo do período analisado, a Companhia Paranaense de Energia Copel manteve bons resultados mesmo diante do agravamento da pandemia da Covid-19. Nesse período, apresentou lucratividade superior a de anos anteriores, evidenciando o

reflexo dos reajustes sobre a tarifa. Em outros termos, enquanto os consumidores questionaram a alta dos preços, as empresas agregam receitas em seus demonstrativos financeiros.

Quanto a Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar), cabe destacar que em 2016 a mesma passou pelo processo de revisão tarifária. Com o lucro arrecadado investiu-se em ações de melhorias, a exemplo da aquisição e instalação de novos hidrômetros e padronização de ligações e na manutenção e renovação da rede. No ano seguinte, deu-se continuidade nos investimentos visando melhorias nos serviços de abastecimento de água, investimento em infraestrutura e a primeira Revisão Tarifária Periódica.

Apesar da crise hídrica de grande dimensão que assolou as reservas de água juntamente com a pandemia da Covid-19, a Sanepar não se intimidou no momento de contabilizar seus rendimentos. Sendo que no ano de 2020, considerado atípico em virtude da pandemia, a companhia expandiu suas receitas em 1,6% superiores ao ano anterior.

Diante disso, observou-se um excedente nas arrecadações tanto da Copel quanto da Sanepar. Apesar de intensos desafios, as receitas não apresentaram decréscimos durante todo o período analisado. Por tratar-se de serviços básicos e essências à população, tanto para consumo residencial quanto empresarial, os efeitos para os consumidores são expressivos a depender da realidade financeira de cada consumidor que utiliza os serviços prestados.

Por fim, é importante destacar algumas limitações que podem contribuir para o desdobramento de futuras pesquisas. A ampliação do recorte temporal configura-se como um aspecto fundamental para compreensão de outros fatores conjunturais, assim como para se traçar uma série histórica para fins comparativos do comportamento dos reajustes de preços. Contudo, esta ampliação temporal esbara na disponibilização de dados das empresas estatais, especial-

mente de informações anteriores ao ano de 2016. Atrelado a isso, recomenda-se a incorporação e utilização de *softwares* de análise de conteúdo documental, que tende a possibilitar uma análise visual e mais estruturada do conteúdo dos relatórios e resoluções legais.

Outro tema que merece ser considerado no desdobramento de estudos futuros corresponde a incorporação de análises relacionadas a conjuntura socioeconômica e sanitária com a pandemia da Covid-19, a partir do ano de 2020.

Referências

AGÊNCIA REGULADORA DO PARANÁ – AGEPAR. **Atividades**. Disponível em: <http://www.agepar.pr.gov.br/Pagina/Atividades>. Acesso em: 06 abr. 2020.

AGÊNCIA REGULADORA DO PARANÁ – AGEPAR. **Entendendo a Tarifa**. Disponível em: <https://www.aneel.gov.br/entendendo-a-tarifa>. Acesso em 08 abr. 2020.

AGÊNCIA REGULADORA DO PARANÁ – AGEPAR. **Saneamento Básico**. Disponível em: <http://www.agepar.pr.gov.br/Pagina/Saneamento-Basico>. Acesso em: 06 abr. 2020.

AGÊNCIA REGULADORA DO PARANÁ – AGEPAR. **Sobre a Agepar**. Disponível em: <http://www.agepar.pr.gov.br/Pagina/Sobre-AGEPAR>. Acesso em 06 abr. 2020.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL. **Quarta Revisão Tarifária Periódica**. Nota Técnica nº 133/2017-SGT/ANEEL Brasília, 16 de maio de 2017.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL. Resolução Homologatória nº 2.096 de 21 de Junho de 2016. Homologa o resultado da quarta Revisão Tarifária Periódica – RTP da Copel Distribuição S/A - CopelDIS, as Tarifas de Energia – TE e as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD, e dá outras providências. **Aneel**, 2016. Disponível em: <http://www2.aneel.gov.br/cedoc/reh20162096ti.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL. Resolução Normativa nº 414, de 9 de Setembro de 2010. Estabelece as Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica de forma atualizada e consolidada. **Aneel**, 2010. Disponível em: <https://www.aneel.gov.br/documents/656877/14486448/bren2010414.pdf/3bd33297-26f9-4ddf-94c3-f01d76d6f14a?version=1.0>. Acesso em 02 mar. 2022.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL. Resolução Homologatória nº 2.559, de 18 de Junho de 2019. Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2019, as Tarifas de Energia – TE e as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD referentes à Copel Distribuição S/A - Copel-DIS, e dá outras providências. **Aneel**, 2019D isponível em: <http://www2.aneel.gov.br/cedoc/reh20192559ti.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2022.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL. **A Aneel**. Disponível em: <https://www.aneel.gov.br/a-aneel>. Acesso em: 17 abr. 2020.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL. **A Tarifa de Energia Elétrica**. Disponível em: <https://www.aneel.gov.br/tarifas>. Acesso em: 12 abr. 2020.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL. **Entendendo a Tarifa**. Disponível em: <https://www.aneel.gov.br/entendendo-a-tarifa>. Acesso em 17 abr. 2020.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL. **Como é composta a tarifa**. Disponível em: https://www.aneel.gov.br/conteudo-educativo/-/asset_publisher/vE6ahPFxsWHt/content/composicao-da-tarifa/654800?inheritRedirect=false. Acesso em: 02 mar, 2022.

BRASIL. Tribunal DE Contas da União. **Ambiente Regulatório**. Disponível em <https://sites.tcu.gov.br/desenvolvimentonacional/ambienteregulatorio.htm#:~:text=Desde%20a%20d%C3%A9cada%20de%201990,regulador%20nas%20diferentes%20%C3%A1reas%20outorgadas>. Acesso em: 14 maio. 2021.

CESAR, A. M. R; ANTUNES, M. T. P; VIDAL, P. G. Método do Estudo de Caso em Pesquisas da Área de Contabilidade: Uma Comparação do seu Rigor Metodológico em Publicações Nacionais e Internacionais. Rio de Janeiro: RIC - **Revista de Informação Contábil**. Vol. 4, n. 4, p. 42-64, Out-Dez/2010.

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA – COPEL. **Estrutura Societária**. Disponível em: <https://ri.copel.com/governanca-corporativa/estrutura-societaria/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA – COPEL. **Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras**. Curitiba/PR. 2016.

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA – COPEL. **Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras**. Curitiba/PR. 2017.

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA – COPEL. **Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras**. Curitiba/PR. 2018.

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA – COPEL. **Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras**. Curitiba/PR. 2019.

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA – COPEL. **Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras**. Curitiba/PR. 2020.

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA – COPEL. **Relatório de Responsabilidade Socioambiental e Econômico-Financeiro**. Curitiba/PR. 2019.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ – SANEPAR. **Relatório de Administração e de Sustentabilidade Demonstrações Contábeis**. Paraná. 2015

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ – SANEPAR. **Relatório de Administração e de Sustentabilidade 2016**. Paraná. 2016

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ – SANEPAR. **Relatório de Administração e de Sustentabilidade 2017**. Paraná. 2017.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ – SANEPAR. **Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis 2018**. Paraná. 2018.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ – SANEPAR. **Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis 2019**. Paraná. 2019.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ – SANEPAR. **Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis 2020**. Paraná. 2020.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ – SANEPAR. **Tarifa Diferenciada para Entidades Assistenciais.** Disponível em: <https://site.sanepar.com.br/clientes/tarifa-de-entidade-assistencial-filantropica>. Acesso em: 02 mar. 2022.

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa.** 1. ed. Rio Grande do Sul: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC.** Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/snipc/ipca/quadros/brasil/fevereiro-2020>. Acesso em: 10 mar. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor: Métodos de Cálculo.** 7. ed. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv65477.pdf>. Acesso em 07 abr. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?t=o-que-e>. Acesso em: 03 mar. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Para compreender o INPC.** Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97035.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Tabelas.** Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-deprecosaconsumidoramplo.html?t=resultados&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=inflacao#variacao-mes-grupo. Acesso em 12 abr. 2020.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de Metodologia Científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

SALES, Odair. A Contabilidade Regulatória das Empresas do Setor Elétrico. **Acervo digital UFPR**. Curitiba, 2014. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1884/42056>. Acesso em: mar, 2021.

SALVADOR, C. S. **A Análise das Demonstrações Contábeis Como Ferramenta Auxiliar Para o Gestor no Momento da Tomada de Decisões em uma Empresa do Setor Vinícola de Flores da Cunha – Rs**. Orientador: Orly Casara. 2011. 72 f. Monografia (Bacharel em Ciências Contábeis) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2011.

SILVA, A. M da. **Metodologia da Pesquisa**. 2. ed. Fortaleza: Editora da Universidade Estadual do Ceará, 2015.

SILVA, A. C. R. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade**. Salvador: UFBA, Faculdade de Ciências Contábeis, 2017.

SODRE, E. X. A Importância aas Demonstrações Contábeis no Processo Decisório: Estudo De Caso da Empresa “X” LTDA. **Revista Científica Semana Acadêmica**, v. 1, n. 16, Ago. 2013. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/importancia-das-demonstracoes-contabeis-no-processo-decisorio-estudo-de-caso-da-empresa-x>. Acesso em: mar. 2021

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de Pesquisa**. 2. ed. Florianópolis: UFSC, Departamento de Ciências da Administração, 2013.

CAPÍTULO 4

PERSONIFICAÇÃO JURÍDICA COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PROPRIEDADES RURAIS TURÍSTICAS

Gelson Menon

Eduardo José Ramalho Stroparo

Ronaldo Ferreira Maganhotto

Cláudio Suzuki

Doi: 10.48209/978-65-5417-155-D

Introdução

O turismo tem assumido importância no crescimento e no processo de desenvolvimento do meio rural. Esta atividade é baseada na comercialização de bens produzidos no ambiente, seja ele rural ou urbano, e pode ser um grande impulsionador ao desenvolvimento. Entretanto, para que isso aconteça, é necessário que o turismo seja sustentável, de forma a garantir a satisfação das necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras.

O desenvolvimento sustentável, entendido como um processo de transformação que visa melhorar a qualidade de vida e o bem-estar da sociedade, integrando os aspectos ambientais, econômicos e sociais, está baseada nas di-

mensões “econômicas, sociais e ambientais”, conhecidas como o tripé da sustentabilidade e versadas como *Triple Bottom Line* (NUB, 2020).

O *Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future* de 1987 (BRUNDTLAND, 1987) produziu arguições sobre o desenvolvimento sustentável como aquele “que atende as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender as suas próprias necessidades”. Complementarmente, Scharf (2004) expõem que o desenvolvimento sustentável, pode ser compreendido como uma estratégia utilizada em longo prazo que visa melhorar a qualidade de vida e o bem-estar da sociedade, atentando-se às limitações ambientais devido à utilização dos recursos naturais de forma contínua e perene.

A caracterização do desenvolvimento sustentável possui alicerce no processo de transformação, mudança, aplicado na exploração dos recursos, no gerenciamento de investimento tecnológico e nas mudanças institucionais, reforçando o potencial presente e futuro, com o intuito de atender as carências e interesses humanos. Neste cenário, destaca-se a informalidade do turismo rural ocasionada principalmente por entraves e ou omissões da legislação aplicável, cuja morosidade do seu processo de atualização para espelhar as mudanças sociais, seus usos e costumes, não acompanha as alterações interpostas ao meio rural (IDESTUR, 2020).

Neste contexto, o objetivo deste estudo é analisar os reflexos da formalização empresarial da pequena propriedade rural para atuação no seguimento turístico com delineamento conceitual do desenvolvimento sustentável e do turismo rural, articulados com a análise dos benefícios relacionados à formalização da atividade empresarial realizada por pequenos empresários rurais, na qualidade de microempresas e/ou empresas de pequeno porte. Serão discutidas as dimensões econômicas, sociais e ambientais da sustentabilidade, bem como as limitações ambientais devido à utilização dos recursos naturais de forma contínua e perene.

Referencial Teórico e Evidenciações

Esta seção contempla conceitos, contextualizações e evidenciações acerca do turismo como alternativa de desenvolvimento ao meio rural, da personificação jurídica como instrumento fomentador do desenvolvimento no turismo rural, assim como, dos benefícios na personificação jurídica como micro e pequena empresa na área do turismo.

O Turismo como alternativa de desenvolvimento ao meio rural

O desenvolvimento trata-se de conceito multidisciplinar na raiz de sua conceituação, baseado no espaço e no tempo, envolvendo diversas dimensões, como econômica, sociocultural, institucional, ambiental, política e econômica (KAGEYAMA, 2012).

Considerando o fato de que o turismo é norteado pela comercialização de atividades realizadas no ambiente, seja ele tanto rural quanto urbano, de forma ligada às expectativas e motivações dos indivíduos (SAKOWICZ, 2019, p. 20), é visível que há grande possibilidade de desenvolvimento, porém, este deve ser norteado pela sustentabilidade, de forma a possibilitar a execução da atividade pelo maior tempo possível, e também, não somente a sustentabilidade relacionada à manutenção da atividade empresarial, mas, para as demais acepções da sustentabilidade, com a utilizada máxima que trata em objetivar a satisfação das necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades (UN, 1973, p. 3). Desta forma, julga-se necessária breve explanação sobre o desenvolvimento sustentável, a sustentabilidade e o patente elo com o turismo rural.

Entendido como mobilizador de desejos de mudança e de transformação das sociedades e dos indivíduos, o desenvolvimento na sua terminologia é

igualmente aplicado para avaliar e classificar o nível de progresso de uma determinada região (AMARO, 2003). Na hodiernidade, a proeminência do termo desenvolvimento permite a aplicação de uma gama extremamente grande de acepções, habilitando em sua compreensão estar associada a inúmeras dimensões, envolvendo aspectos econômicos, social, político, ambiental e cultural (FRANÇA, CALDAS e VAZ, 2004; TENÓRIO, 2004). Ampliando este entendimento, Garcia (2009) destaca que o desenvolvimento não comporta somente qualificativos, como o desenvolvimento econômico, o desenvolvimento social, o desenvolvimento político-cultural, ente outros, mas abrange o crescimento causador de equidade social e de sustentabilidade ambiental.

No **Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future de 1987 (BRUNDTLAND, 1987)**, produziu **arguições sobre o** desenvolvimento sustentável como aquele “que atende as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender as suas próprias necessidades”. Esta compreensão está baseada nas dimensões “econômicas, sociais e ambientais”, sabidas como o tripé da sustentabilidade e versadas como **Triple Bottom Line** (NUB, 2020).

O desenvolvimento sustentável pode ser considerado como uma estratégia a ser aplicada a longo prazo que visa melhorar a qualidade de vida e bem-estar da sociedade, integrando os aspectos ambientais, econômicos e sociais, atentando-se às limitações ambientais devido a utilização dos recursos naturais de forma contínua e perene (SCHARF, 2004). Ainda, Canepa (2007), enfatiza que a caracterização do desenvolvimento sustentável possui alicerce no processo de transformação, mudança, aplicado na exploração dos recursos, no gerenciamento de investimento tecnológico e nas mudanças institucionais, reforçando o potencial presente e futuro, com o intuito de atender as carências e interesses humano.

Atufado neste cenário, a sustentabilidade possui papel de agente fomentador do desenvolvimento, nos seus diversos componentes que se entrelaçam fortemente (FREITAS, 2016, p. 52-53), de forma que o desequilíbrio de qualquer um pode ocasionar deficiências à premissa das acepções restantes (FERREIRA, 2012, p. 48), resultando na concretização dos princípios republicanos, almejando o combate às desigualdades, protegendo a dignidade humana e dos demais seres vivos, além disso, proteção contra desequilíbrios dos sistemas ecológicos existentes (FERREIRA, 2012, p. 116).

O conceito contemporâneo de desenvolvimento engloba a sustentabilidade devido ao seu status de “valor supremo” e a incidência de dispositivos constitucionais como o pleno desenvolvimento da pessoa, planejamento do desenvolvimento equilibrado, promoção do sistema financeiro ao desenvolvimento respeitando o interesse coletivo, desenvolvimento científico, tecnológico, socioeconômico e cultural (FERREIRA, 2012, p. 116).

Em definição não exaustiva, para Freitas (2016, p. 139-140), sustentabilidade consiste em:

[...] valor supremo, que se desdobra no princípio constitucional que determina, com eficácia direta e imediata, a responsabilidade do Estado e da sociedade pela concretização solidária do desenvolvimento material e imaterial, socialmente inclusivo, durável e equânime, ambientalmente limpo, inovador, ético e eficiente, no intuito de assegurar, preferencialmente de modo preventivo e precavido, no presente e no futuro, o direito ao bem-estar.

A sustentabilidade, didaticamente, consiste na situação em que o equilíbrio é promovido de forma dinâmica pelas ações do homem em suas atividades, necessária para a manutenção da vida na terra, e não somente a humana, mas de todos os seres vivos no planeta. Neste contexto, o turismo destaca-se devido que nas últimas seis décadas, tem experimentado crescimento contínuo, diversificado e com sustentabilidade, tornando-se uma das atividades com

maior volume de crescimento em todo mundo. No ano de 2019, o turismo foi responsável por movimentar 1,7 bilhões de dólares no ambiente internacional, tornando-se a terceira maior categoria de exportação de recursos do mundo e gerando, entre outros fatores impulsionadores de desenvolvimento, milhares de empregos diretos e indiretos (OMT, 2021).

O processo de evolução e modificação do turismo ao longo dos anos, contribuiu para a sua segmentação, relacionado com as tendências da demanda e o que o destino dispõe (COUTINHO et al., 2019). Com a criação de diversos segmentos na área, motivados pela transformação da atividade turística, objetivou alcançar uma amplitude expressiva de público, qualificado e cada vez mais exigente (BENTO; FARIAS; NASCIMENTO, 2020). De acordo com a Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo, “[...] a segmentação deve ser entendida como uma forma de organizar o turismo para fins de planejamento, gestão e mercado” (MTur, 2006).

Dentre as diversificações atribuídas a atividade turísticas, destaca-se o Turismo Rural com aspectos geográficos, antropológicos, socioeconômicos e imaginário. Sobre o prisma geográfico, é aquele que acontece no ambiente rural; antropológico, é aquele que proporciona ao visitante a experiência do modo de vida rural; socioeconômico, é aquele que figura um complemento de renda às atividades agropecuárias; e, quanto ao imaginário, é aquele que atende às expectativas de evasão da rotina urbana e de realizar outras experiências de vida (TAMANINI, FERRETI, 2006, p. 3).

Com a qualidade das paisagens, fator agregador de atratividade e identidade, e com a amplitude desse fenômeno, segundo Zuanazzi (2003) o turismo rural ocorre também fora das propriedades rurais, beneficiando a comunidade local devido a oferta de passeios a atrativos nas redondezas e na utilização de equipamentos e serviços, tanto na sede dos municípios como nos corredores

turísticos, como hotéis, restaurante, feiras, postos de informações, quiosques e “barracas” etc., atividades estas, com forte aptidão para o estímulo ao desenvolvimento regional.

Para Gomes, Barros e Santos (2018) as atividades desenvolvidas no meio rural são constituídas de ofertas e serviços, equipamentos e produtos dos quais podem ser citados o transporte, a operação do agenciamento, a hospedagem quando existir, o guia de turismo local, o artesanato produzido com produtos explorados da localidade e que possuem a cara da localidade e a alimentação que por sua vez é um dos fatores que influencia na permanência e na volta dos clientes. Um outro ponto forte deste segmento turístico é a receptividade, que dependendo de como aplicada, cria um vínculo entre o turista e os envolvidos no empreendimento. Os serviços de recreação, de entretenimento e as atividades pedagógicas também são importantes para envolver o turista e a população autóctone no Turismo Rural (GOMES, BARROS e SANTOS, 2018).

Resgatando o pensamento de Zimmermann (1996, p. 45), no Turismo Rural há um forte incentivo à preservação e valorização dos hábitos, costumes e peculiaridades locais, o que acaba provocando no contato com o turista urbano mais avançado econômica e socialmente, o intercâmbio saudável e harmonioso, onde ambas as partes beneficiam-se quem recebe, o proprietário rural, preenche a lacuna provocada pela sua distância dos grandes centros onde as coisas acontecem e quem visita, o turista urbano, satisfaz sua curiosidade e sua necessidade de vivenciar o simples, o contato direto e diferenciado, familiar e pessoal, convivendo com um dia a dia totalmente distinto da sua rotina comum.

O Turismo Rural, neste contexto, pode-se constituir em um dos vetores do desenvolvimento local, desde que as decisões sejam tomadas no âmbito local, e que as comunidades locais se apropriem dos benefícios gerados (GOMES, BARROS e SANTOS, 2018). Um dos motivadores que podem estar

contribuindo para o crescimento das comunidades e das propriedades rurais que exploram as atividades turísticas é a personificação jurídica, visto como instrumento fomentador do desenvolvimento no turismo rural.

A Personificação Jurídica como instrumento fomentador do desenvolvimento no Turismo Rural

A personificação é ato jurídico que tem por objetivo designar personalidade jurídica ao empreendimento informal qualificando-o como pessoa jurídica para todos os efeitos legais, podendo usufruir de todas as prerrogativas e sujeições advindas deste regime. No segmento do turismo rural em áreas naturais, ainda, envolve uma alta concentração de informalidade. Dentre as várias causas motivadoras da informalidade neste setor, pode-se citar a inépcia da legislação. Em certos casos a legislação aplicável é de natureza urbana, noutras, rural. Contudo, em todos os casos a legislação é fundamentada na falsa premissa da homogeneidade da atividade campesina (IDESTUR, 2020).

Neste contexto, soma-se ainda, a complexidade da legislação brasileira, especialmente o regramento trabalhista, tributário, previdenciário, ambiental e societário, que muitas vezes se caracteriza como vetor de aprofundamento de desigualdades e força motriz da informalidade na execução da atividade.

Em 1998, no Congresso Internacional de Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável promovido pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), deu origem a reflexão acerca da elaboração de legislação específica ao turismo rural no Brasil. No evento foi elaborada o documento chamado “Carta de Santa Maria”, que propôs a revisão da legislação que afeta direta e indiretamente no exercício da atividade de turismo rural.

O pensamento de Binatti (1999), reiterou a necessidade de uma legislação que efetivamente seja elaborada para a nação, e não que trate-se somente

de transcrição de uma legislação elaborada em outros países, e que na maioria das vezes não se adapta à realidade brasileira.

Pela extensão do território brasileiro, as particularidades de cada região, os benefícios sócio-econômico-cultural-ambientais decorrentes não podem ser negados; e definir, regulamentar, legalizar a atividade é, sem dúvida, uma tarefa que entendemos da máxima importância e urgência para atingir o desenvolvimento sustentável do meio e do turismo rural (BINATTI, 1999, p. 55).

Desta forma, é possível visualizar que é imprescindível a discussão jurídica sobre o turismo rural, com vias de se viabilizar normativas que fomentem políticas públicas e desenvolvimento para a atividade.

Apesar deste contexto, contemporaneamente o turismo rural em áreas naturais pode ser contemplado como alternativa de renda das propriedades classificadas como de economia familiar, tidas como agentes fomentadores do desenvolvimento (CNM, 2017). Deve-se notar, portanto, que a maioria dos empreendimentos turísticos, assim classificados, são desenvolvidos informalmente, geralmente sob o regime familiar e como decorrência dessa condição, à parte da personificação jurídica.

A informalidade do setor é ocasionada, principalmente por entraves e omissões da legislação aplicável, cuja morosidade do seu processo de atualização para espelhar as mudanças sociais, seus usos e costumes, não acompanha as alterações interpostas ao meio rural, fazendo com que os instrumentos jurídicos que contemplam as novas atividades, sejam inadequados, quando não, omissos, favorecendo assim a informalidade (IDESTUR, 2020).

Os principais entraves são relacionados à legislação tributária, trabalhista, sanitária e previdenciária (IDESTUR, 2020), além de normativas da seara ambiental, comercial, turística, de âmbito local, regional ou estadual, com semelhante efeito, por exemplo, no estado do Paraná, a Lei 15.143/2006 que, embora proponha-se a definir a atividade turística, infelizmente o faz de forma superficial.

Iniciativas com intuito de reverter esta realidade encontram-se em tramitação no Congresso Nacional, como por exemplo, o Projeto de Lei nº 1.435/2011 que dispõe sobre os fundamentos e a política do agroturismo ou turismo rural, porém, diversos projetos anteriores já se mostraram desinteressantes aos governantes e ou legisladores, visto que não lograram êxito (vide Projetos de Lei nº 5.077/2007 da Câmara dos Deputados e projetos nº 45, 46 e 95/2009 do Senado Federal). Portanto, não resta alternativa ao empreendedor rural se não se submeter à informalidade ou ao regime híbrido, parte rural, parte urbano.

Quesitos ambientais, sanitários e tributários devem ser reformados, a fim de classificar o empreendedor rural também como empregador rural, mas também aclarar a natureza da atividade exercida. Pelo antigo Código Comercial, revogado na vigência do Código Civil de 2002, a atividade rural não era categorizada como empresária pois não se enquadrava como ato de comércio, sendo que a exploração dos recursos rurais era categorizada como “simples exercício de direito de propriedade ou outro direito obrigacional que tivesse por objeto a exploração da terra” (VENOSA, 2012, p. 340). Era comumente realizada pelo núcleo familiar que trabalhava em sua própria terra sem finalidade especificamente capitalista, mas tão somente de subsistência própria (VENOSA, 2012, p. 340-341).

A natureza jurídica dessa atividade foi alvo de extensas debates no âmbito da doutrina jurídica, podendo ser considerada como familiar, quando desenvolvida no âmbito de um núcleo de economia familiar, ou empresarial, quando adota os mecanismos de produção e gerencial profissionalizados (VENOSA, 2012, p. 344), à luz do que determina o artigo 971 do código civil brasileiro.

Com o reconhecimento da atividade empresarial rural, o Código Civil de 2002 apresentou uma quebra de paradigma, já que não é mais possível separar o meio rural da indústria. De acordo com CENSO Agropecuário de 2017, os es-

tabelecimentos classificados como agricultura familiar compreendem 77% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros (IBGE/SIDRA, 2019). Porém, em que pese a importância da atividade empresarial rural, ainda existem diversos personagens campestres, que, embora possam optar pela personificação jurídica de seu pequeno negócio, acabam por não o fazer.

Importante que, ao legislar, o legislador, seja de qualquer âmbito, tenha em mente as três dimensões da sustentabilidade: os interesses econômicos, sociais e ecológicos que, quando fomentados pelas políticas e cultura locais podem trazer melhoramentos às políticas públicas (VIEIRA, 2003). Nessa toada, a legislação e demais instrumentos normativos devem, assim como ocorre (ou a menos deve) nas demais áreas do direito, traduzir as necessidades dos povos e adaptar-se às mudanças culturais, sociais e econômicas (BADARÓ, 2003).

Observa-se que há tendência, por aqueles que exercem a atividade, de buscar suporte de organizações que fogem da burocracia legislativa, como órgãos privados (associações criadas pelo próprio poder público e estabelecimentos públicos comerciais e/ou industriais), em vez que a efetiva solução está na regulamentação efetiva, aquela que transcende o direito público e privado, como resultado da união entre ambos. Neste tema, a Europa se adiantou, tendo, anos atrás, por meio das experiências obtidas pela comunidade, delimitou, de forma efetiva, medidas de restrição que permitiram a expansão do turismo.

Nota-se, portanto, que a legislação existente muitas vezes engessa a atuação do setor, devido a entraves emissões na legislação pertinente, cujo processo de atualização é extremamente moroso e custoso, e acaba por assim, não se adequando às mudanças sociais, culturais e econômicas, de forma que comumente novos instrumentos legislativos propostos já nascem desatualizados e fora de sintonia com as necessidades das atividades turísticas, favorecendo assim, a informalidade (IDESTUR, 2020).

Benefícios na Personificação jurídica como Micro e Pequena Empresa na área do Turismo

A constituição federal de 1988, prevendo a possibilidade de concentração de poder econômico nas mãos dos grandes grupos empresariais, capazes de alterar indevidamente as relações econômicas e criação de distorções no mercado, possibilitou a criação de tratamentos especiais para proporcionar equilíbrio e competição entre empresas de diferentes tamanhos, tutelando assim as micro e pequenas empresas em face das de grande porte, por meio de facilitação de acesso e permanência no mercado, visando fomentar a livre iniciativa, concorrência e igualdade material. Tal mecanismo é garantidor da liberdade econômica, pois segundo Grau (2010, p. 192), “um mercado totalmente livre somente seria admitido com a ausência do fenômeno do abuso econômico”.

No ordenamento jurídico brasileiro, a Lei 123/2006 que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, busca trazer à tona os valores republicanos e democráticos previstos nos artigos 170 inciso IX, artigo 179 e artigo 146 alínea “d” da Constituição Federal de 1988.

A justificativa para a existência de tratamentos diferenciados para as empresas enquadradas no regime em análise foi debatido de forma extensa, inclusive objeto de Recurso Extraordinário n. 627.543/RS julgado pelo Ministro Dias Toffoli, segundo o qual:

[...] o conjunto dos dispositivos constitucionais que versam sobre o tratamento favorecido para microempresas e empresas de pequeno porte, traduzem, para além de razões jurídicas, questões econômicas e sociais ligadas à necessidade de se conferirem condições justas e igualitárias de competição para essas empresas.

É claro que se trata de tratamento diferenciado aos desiguais. Os tratamentos diferenciados se dão visando conferir a essas empresas condições de competição igualitárias (MARQUES, 2015, p. 51).

Buscando instrumentos para a efetivação de tais benefícios, a Lei 123/2006 prevê tratamentos diferenciados e favorecimentos relativos a diversas áreas, como tributária, previdenciária e trabalhista, além de acesso favorecido a linhas de crédito e ainda a preferência nas aquisições públicas (SANTOS, 2008, p. 38).

A classificação empresarial é realizada com base na receita bruta anual, da seguinte forma:

- Microempresa com receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 360.000,00;
- Empresa de Pequeno Porte com receita bruta anual superior a R\$ 360.000,00 até R\$ 4.800.000,00;

Com a Lei 123/2006 surge os seguintes benefícios:

a) Garantia de que toda nova obrigação deve especificar o tratamento diferenciado sob pena de não aplicação à categoria.

b) Em relação ao registro, há trâmite simplificado e unificado, com a protocolização dos documentos e dados de forma integrada entre todos os órgãos envolvidos, permitindo o compartilhamento em uma base central de dados das empresas.

c) Há também a possibilidade de adesão ao Simples Nacional, que possui como critério o teto de faturamento de R\$ 4,8 milhões, que facilita o recolhimento de impostos em uma única guia, englobando o IRPJ, CSLL, PIS/PASEP, COFINS, IPI, CPP, ICMS e ISS, havendo, nos faturamentos entre R\$ 3,6 e 4,8 milhões o recolhimento de ISS e ICMS no regime geral.

d) O regime Simples Nacional facilita a gestão tributária do empreendedor, como Microempreendedor Individual (MEI), devido englobar três tributos em uma única guia (CPP, ICMS e ISS), em que o recolhimento ocorre por meio de valores mensais fixos, independentemente da receita bruta. Além disso, o MEI, com receita bruta anual de até R\$ 81.000,00 e optante pelo Simples Nacional, é isento de outros tributos, taxas e contribuições.

e) A fiscalização da atividade empresarial, uma vez que o viés punitivo da fiscalização passa a dar vez a viés orientativo, nas áreas trabalhista, metrológico, sanitário, ambiental, de segurança e de uso e ocupação do solo, baseada no critério de dupla visita.

f) Diversos benefícios para contratação com o poder público por meio de licitações públicas, como tratamento diferenciado e favorecido para a micro e pequena empresa, ocorrendo licitações exclusivas para os pequenos negócios nas compras com valor até R\$ 80.000,00; a exigência de subcontratação de micro e pequena empresa; O estabelecimento de cota de até 25% em certames para aquisição de bens de natureza divisível; Assegura a possibilidade de negociação e a preferência para contratação de micro ou pequena empresa em caso de empate; E por fim, a exigência de regularidade fiscal apenas no ato da contratação, com prazo adicional para regularização fiscal e jurídica.

g) Regime diferenciado para a exportação de bens e serviços em que os procedimentos para habilitação, licenciamento, despacho aduaneiro e câmbio são simplificados, até o teto de R\$ 4,8 milhões, desconsiderados os faturamentos no mercado nacional excluídas do Simples Nacional.

Por meio do descrito é possível destacar que a aplicação do princípio da isonomia às Microempresas (MEs) e Empresas de Pequeno Porte (EPPs) é realizada de forma robusta, possibilitando assim a disputa em condição de igualdade com empresas de médio e grande portes. Esse movimento também possui viés positivo em relação ao desenvolvimento nacional sustentável, vez que estas categorias empresariais, somente entre 2010 e 2012 apresentaram crescimento na participação nas licitações sustentáveis em mais de 237%, conforme dados do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (BRASIL, 2014, p. 20).

Em que pese o presente trabalho não possuir produto exploratório em campo, o escopo da pesquisa, eminentemente conceitual, documental, doutri-

nário e jurisprudencial evidência que o princípio da isonomia possui aplicação efetiva na prática. Portanto, é possível entender que a opção do pequeno empresário rural da área do turismo, pelo regime de microempreendedor regido pela Lei 123/2006, contribui para formalização do negócio, inserindo em uma rede de apoio para a execução e melhoramento das atividades, trazendo profissionalização da gestão do empreendimento, facilitação na captação de recursos e linhas de crédito, além da facilitação das questões tributárias, trabalhistas, e ainda da flexibilização da fiscalização por parte do ente governamental que se submete.

Considerações Finais

A modernidade alterou a organização social e econômica mundial, fazendo com que a sociedade buscasse novas formas de organização, que transcendem as burocracias inerentes ao estado, considerando as rápidas mudanças tão que agora ocorrem no mundo conectado. O Estado deve possuir papel de ente fomentador, articulador e ao mesmo tempo integrante dessa nova realidade, por meio da combinação de aspectos inerentemente estatais e privados, nacionais e internacionais.

Para que essa dinâmica funcione de forma satisfatória, o processo de sua formação deve ser realizado de forma democrática por meio da integração do ente legislador com a sociedade, e ser realizado de forma ágil, afinal a convergência desses dois processos, da evolução pública e privada, realizados de forma conjunta e democrática (SANTOS, 1999), criando assim, um novo ponto de vista sobre o desenvolvimento, multidisciplinar e que seus bons frutos possam ser colhidos pela sociedade como um todo.

Com o esmaecimento da noção pejorativa da ruralidade extremamente ligada à agricultura tenrificada, nasceu o conceito da *rurbanização* (FROEHLICH, 2000) termo utilizado para descrever esta mudança, caracterizada pelo

desmonte das diferenças entre ambos, levando à uma maior integração. Nessa toada, o turismo rural poderá se inserir, de forma robusta e participativa, na economia e na sociedade, de forma efetiva.

Tal fato é de fácil compreensão em leitura da Constituição Federal de 1988, seu dever de atuação na condição de agente normativo regulamentador no planejamento das atividades econômicas desenvolvidas pelo setor público e privado, criando tratamento jurídico diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte mediante a publicação da Lei 123/2006. Como resultado obteve-se a simplificação, mesmo que forçada, das rotinas e normas administrativas, tributárias, previdenciárias, trabalhistas, econômicas e de desenvolvimento das atividades empresariais.

Deve-se notar, entretanto, que a informalidade do setor é ocasionada, principalmente por entraves e ou omissões da legislação aplicável, cuja morosidade do seu processo de atualização para espelhar as mudanças sociais, seus usos e costumes, não acompanha as alterações interpostas ao meio rural, fazendo com que os instrumentos jurídicos que contemplam as novas atividades, sejam inadequados, quando não, omissos, favorecendo assim a informalidade (IDESTUR, 2020).

Ainda que sejam visíveis os avanços na normatização e no fomento às atividades, ainda há espaço para melhoramentos a fim de melhor atender às necessidades das populações rurais, visando divulgar e ainda mais facilitar o acesso à informação de forma a diminuir a informalidade.

Referências

AMARO, Rogério Roque. Desenvolvimento – Um conceito ultrapassado ou uma renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. **Caderno de Estudos Africanos**, n. 4, p. 35-70, 2003. Disponível em: <<http://cea.Revues.org/1573>>. Acesso em: 15 jun. 2022.

BADARÓ, Ruy Aurélio De Lacerda. **Direito do turismo**: história e legislação no Brasil e no exterior. São Paulo: Editora Senac, 2003.

BENTO, Lilian Carla Moreira; FARIAS, Mayara Ferreira de; NACIMENTO, Marcos Antonio Leite do. Geoturismo: um segmento turístico? **Turismo: Estudos & Práticas (UERN)**, v. 9, n. 1, p. 1-23, 2020. Disponível em: <<http://natal.uern.br/periodicos/index.php/RTEP/article/view/653/557>>. Acesso em: 03 jul. 2022.

BINATTI, Lourdinha. In: **Congresso brasileiro de turismo rural**, 1, 1999, Piracicaba (SP). Anais... Piracicaba: FEALQ, 1999.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal; 1988.

BRASIL. Lei Complementar nº. 123/06, de 14 de dezembro de 2006. **Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 15.12.2006.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégico. **Planos de gestão de logística sustentável: contratações públicas sustentáveis**. Brasília: MP-SPI, 2014.

BRUNDTLAND, Gro Harlem (dir.). **Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future**, Oxford, Oxford University Press, 1987. Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-commonfuture.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2022.

CANEPA, Carla. **Cidades Sustentáveis: o município como locus da sustentabilidade**. São Paulo: Editora RCS, 2007.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICIPIOS (CNM). **Guia para integração dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável nos Municípios Brasileiros – Gestão 2017-2020**. Brasília, 2017. Disponível em <http://portalds.com.br/wp-content/uploads/2018/06/guia-integracao-ods-2017_red.pdf>. Acesso em: 22 maio. 2022.

COUTINHO, Ana Catarina Alves; URANO, Débora Goes; MATE, Alberto José; NASCIMENTO, Marcos Antônio Leite do. Turismo e geoturismo: uma problemática conceitual. **Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade**. v. 11, n. 4, p. 754-772, out-dez, 2019. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/236121678.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2022.

FERREIRA, Daniel. **A licitação pública no Brasil e sua nova finalidade legal**: a promoção do desenvolvimento nacional sustentável. Belo Horizonte: Fórum, 2012. 263 p.

FRANÇA, Cassio Luiz de; CALDAS, Eduardo de Lima; VAZ, José Carlos (Org.) **Aspectos econômicos de experiências em desenvolvimento local: um olhar sobre a articulação de atores**. São Paulo, Instituto Pólis, 2004. 80p. (Publicações Pólis, 46). Disponível em: http://bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/11465/395/1/POLIS_aspectos_economicos_experiencias_desenvolvimento.pdf. Acesso em: 14 jun. 2022.

FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade**: direito ao futuro. 3. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016. 374 p.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. **Alguns desafios ao desenvolvimento do Brasil**. Brasília: Ipea, 2009. Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/ipe/ipetds/1373.html>. Acesso em: 22 jun. 2022.

GOMES, Cristiane Soares Cardoso Dantas; BARROS, Cataline Lopes Macedo; SANTOS, Larissa de Araújo. Turismo rural e geoparques: um enlace para o fortalecimento do Seridó potiguar. **Anais do seminário ANPTUR**. v. 18, 2018.

GRAU, Eros Roberto. **A Ordem Econômica na Constituição de 1988**. 14. ed. São Paulo: Malheiros. 2010.

IBGE/SIDRA. **Censo Agropecuário 2017**: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censoagropecuario-2017>. Acesso: 20 jun. 2022.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO RURAL (IDES-TUR). **Estudo Preliminar da Cadeia Produtiva**: turismo rural Brasil. [S.I.], 2020. p. 27. Disponível em: <http://www.institutobrasilrural.org.br/download/20200425212411.pdf>. Acesso em 10 jul. 2022.

MARQUES, Jaqueline Maria Jacobsen. Os Tribunais de Contas, a Lei Complementar 123/2006 e a redução das desigualdades regionais e sociais. **Revista Jurídica da Universidade de Cuiabá e Escola da Magistratura Mato-Grossense**, v. 3, p. 51-82, jan./dez. 2015.

MINISTÉRIO DO TURISMO (MTur). **Marcos Conceituais**. 2006. Disponível em: <<http://antigo.turismo.gov.br/assuntos/5292-caderno-e-manuais-de-segmentacao.html>>. Acesso em: 01 jul. 2022.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL (NUB). **A ONU e o meio ambiente**. Publicação, 2020. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/91223-onu-e-o-meio-ambiente>>. Acesso em: 03 jul. 2022.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO (OMT). **Panorama OMT del turismo internacional**. ed. 2020. Maio, 2021. Disponível em: <<https://www.e-unwto.org/doi/epdf/10.18111/9789284422746>>. Acesso em: 04 jul. 2022.

PARANÁ. Lei 15.143 de 31 de maio de 2006. **Define as atividades turísticas que especifica, como atividades de “turismo rural na agricultura familiar”**. Disponível em: <http://portal.assembleia.pr.leg.br/modules/mod_legislativo_arquivo/mod_legislativo_arquivo.php?leiCod=27354&tipo=L&tplei=0>. Acesso em: 25 jul. 2022.

SAKOWICZ, Janaina. **Turismo em áreas naturais e sua contribuição para o desenvolvimento sustentável no município de Prudentópolis**. Dissertação (Mestrado interdisciplinar em desenvolvimento comunitário) – Universidade Estadual do Centro Oeste - UNICENTRO. Irati, 2019. 90 p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo, In: **A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

SANTOS, José Anacleto Abduch. **Licitações e o Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte**. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2008.

SCHARF, Regina. **Manual de negócios sustentáveis: como aliar rentabilidade e meio ambiente**. São Paulo: FGV, Centro de Estudos em Sustentabilidade: Amigos da Terra – Amazônia Brasileira, 2004.

TAMANINI, Elizabete; FERRETTI, Orlando. Introdução IV Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável: as políticas públicas e as ações privadas para o turismo rural. In: **Turismo no espaço rural: enfoques e perspectivas**. PORTUGUEZ, Anderson P. et al. São Paulo: Roca, 2006.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. Cidadania e desenvolvimento local: casos brasileiros. In: **IX congreso internacional del clad sobre la reforma del estado y de la administración pública**. Madrid, Espanha. 2004. p. 2-5. Disponível em: <http://www.gp.usp.br/files/desen_cidadania.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2022.

UNITED NATIONS (UN). **Report of the united nations conference on the human environment**. New York, 1973. Disponível em: <https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/CONF.48/14/REV.1>. Acesso em: 20 jul. 2022.

VENOSA, Sílvio de Salvo. RODRIGUES, Cláudia. **Direito Civil: Direito Empresarial**. 4. ed. Coleção direito civil. v. 8. São Paulo: Atlas, 2012. 432 p.

VIEIRA, Elias Medeiros. O turismo rural e o ITR: três reducionismos. In: **Congresso Brasileiro de Turismo Rural**, 4, 2003, Piracicaba. Anais... Piracicaba: FEALQ, 2003. p. 317-324.

ZIMMERMANN, Adônis. **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Florianópolis: ed. do autor, 1996.

ZUANAZZI, Milton. Turismo Rural e Políticas Públicas. In: **Congresso Brasileiro de Turismo Rural**, Piracicaba: FEALQ, 2003. p. 13-19.

CAPÍTULO 5

ESTUDO DA RENTABILIDADE DA PRODUÇÃO DE LATICÍNIOS EM UMA PROPRIEDADE RURAL

Luana Vanessa Mikuska Leuch

Maricléia Aparecida Leite Novak

Marli Kuasoski

Doi: 10.48209/978-65-5417-155-E

Introdução

Na economia brasileira, o setor do agronegócio tem um papel expressivo na geração de capital, uma vez que é impulsionado pela crescente demanda por alimentos em todo o mundo. Este setor vem apresentando crescimento e, as atividades que o compõem, se caracterizam como importantes alternativas de investimento e de desenvolvimento (EMBRAPA, 2018). Dessa forma, as atividades rurais são uma das principais contribuições para o desenvolvimento econômico do país (DETTMER; SILVA, 2014; CONAB, 2016).

Responsável por 23,5% do PIB nacional, o agronegócio é um impulso para a economia brasileira e o país caminha para ser o maior produtor de alimentos do mundo. De acordo com o IBGE (2019), no primeiro trimestre de 2018, o Produto Interno Bruto (PIB) teve alta de 0,4%, alcançado pelo avanço

de 1,4% no setor agropecuário. Por meio destes dados destaca-se a importância do agronegócio para a economia nacional.

O agronegócio envolve diversas atividades, uma delas é a transformação de produtos agropecuários nas propriedades rurais. Esse processo é conhecido como agroindústria familiar. A agroindústria familiar possui uma infraestrutura com papel particular de processamento de produtos de origem vegetal ou animal. Para o setor econômico, a agroindústria familiar integra valor aos produtos e gera renda, podendo tornar-se a principal fonte de renda da propriedade rural. Além disso, a agroindústria familiar fornece oportunidades de trabalho, assegurando a evolução das condições de vida do meio rural e colaborando para o crescimento econômico da região (TORREZAN; CASCELLI; DINIZ, 2017).

As agroindústrias geram trabalho e renda para os agricultores, potencializando a utilização de recursos humanos e materiais das propriedades rurais, para que possa sobreviver no mercado. É preciso que a atividade gere uma certa margem de lucro com a venda do produto, de tal modo que, garanta a cobertura dos custos e sobre um certo percentual para novos investimentos. Para isso, é necessário evitar ao máximo as perdas e os prejuízos (DETTMER; SILVA, 2014; TORREZAN; CASCELLI; DINIZ, 2017).

A gestão eficiente da propriedade é imprescindível para que se possa mensurar e controlar os recursos e os gastos. Nesse sentido, um sistema de gestão de planejamento e de custos agropecuários para pequenas propriedades rurais, na produção do leite, beneficia o produtor frente ao cenário econômico (MARION; SEGATTI, 2006, LOPES, 2007).

Diante de um cenário com a baixa dos preços e delimitado pelo poder de negociação no mercado, o produtor necessita administrar de forma eficiente a sua propriedade, adotando estratégias para tornar seu produto competitivo, va-

lendo-se de indicadores técnicos e econômicos que permitam a sua utilização na gestão dos recursos e dos gastos (LOPES; REIS; YAMAGUCHI, 2007).

A propriedade investigada neste estudo, é uma agroindústria familiar, que atua na produção de laticínios como, requeijão, nata e manteiga. Esses produtos são entregues, pelos proprietários, aos principais mercados da região de Irati, no interior do Paraná, nos quais existe grande procura pelos produtos, por serem de fabricação própria. O objetivo deste estudo foi analisar a rentabilidade na produção de laticínios, em relação aos seus custos e despesas.

Existem poucos trabalhos que estudam as agroindústrias familiares, e principalmente o setor de laticínios, em relação à rentabilidade das atividades desenvolvidas. Ao observar essa lacuna existente, a relevância desta investigação centra-se nas informações que serão geradas, para o produtor rural ter condições de não somente controlar os custos e avaliar o resultado, mas principalmente estabelecer planos e traçar estratégias para melhor eficiência na produção.

Este estudo está organizado da seguinte forma: primeiramente, é apresentada a introdução, percebendo os aspectos gerais da temática, o objetivo e a relevância da pesquisa. O referencial teórico aborda sobre os aspectos identificados na literatura acerca da produção de laticínios, os custos e despesas na atividade rural e a rentabilidade. Na próxima seção, são apresentados os procedimentos metodológicos adotados. Em seguida, apresenta-se os resultados e as discussões do estudo. Finalmente, as considerações finais deste estudo trazem os principais resultados e conclusões, as limitações inerentes à pesquisa e as sugestões para futuras pesquisas sobre a temática proposta.

Atividade Rural Familiar

A agricultura familiar é aquela em que a mão de obra é formada totalmente por membros de uma família. As tomadas de decisões que ocorrem nas atividades executadas na propriedade, também, são realizadas pelos integrantes da família. As atividades relacionadas à propriedade são fornecedoras da renda total da família.

No Brasil, segundos dados da Embrapa (2014), no ano de 2006, foram definidos alguns critérios que determinam o pertencimento, ou não, de uma produção agrícola, em um contexto familiar. Para ser considerado como agricultor familiar é preciso que a propriedade tenha, no máximo, quatro módulos fiscais, onde seja utilizada predominantemente mão de obra da própria família, assim como a base de sustentação da renda familiar tenha origem nas atividades econômicas vinculadas ao próprio empreendimento.

A agricultura familiar, no decorrer dos anos, transforma-se em uma categoria consagrada, baseadas na combinação entre família, trabalho e produção (CHEMIN; AHLERT, 2010).

Com a realidade da agricultura familiar no Brasil, é necessária a elaboração de métodos que proporcionem, aos produtores, rendas mais elevadas e melhores condições de vida. A diversificação de culturas é considerada como uma das alternativas. A diversificação nas atividades rurais possivelmente pode ser um dos meios para proporcionar o desenvolvimento da agropecuária familiar para um município ou região e, em consequência, oportunizar uma melhoria na qualidade de vida dos produtores (IDRHa, 2014).

De acordo com os dados do Anuário do Leite (2018), com o passar dos anos, a atividade leiteira brasileira avançou de forma constante, que influenciou

no forte crescimento da produção, o qual inseriu o país em uma posição importante do setor, no mundo. O referido anuário aponta que, de 1974 a 2014, a produção nacional aumentou significativamente, passando de 7,1 bilhões para mais de 35,1 bilhões de litros de leite. O que contribui para que a bovinocultura leiteira se torne uma das principais alternativas de diversificação de cultura.

Outro fator que influencia na escolha da produção leiteira como forma de diversificação, é o preço de venda do produto, que segundo dados do Anuário do Leite (2018), entre o período de 2010 a 2014 o preço real médio do leite ao produtor foi de R\$ 1,34 por litro.

Segundo o Anuário do Leite (2018), estima-se que o consumo *per capita*, no Brasil, no ano de 2017, foi de 173 litros por habitante, um volume que ainda está abaixo de indicadores verificados em outros países desenvolvidos, mas encontra-se acima do total consumido há uma década. O crescimento do consumo dos produtos lácteos, adquiridos no Brasil, foi de 33% entre os anos de 2008 e 2017.

Para a agroindústria, o leite é um dos alimentos em que é possível realizar inúmeras transformações. Além de ser consumido na forma original, também pode ser transformado em seus derivados, o qual variam em muitas opções, como queijos e manteiga, ou em alguns alimentos que podem ser vistos como sobremesas, o iogurte, o leite condensado, o leite fermentado e o doce de leite. Pode ser utilizado tanto como refeição principal, como ingrediente de receitas, por exemplo, o leite em pó ou creme de leite. Dessa forma, sua utilização é constante e diversificada, assim como na culinária industrial ou doméstica (SIQUEIRA, 2019).

Produção de laticínios

A produção de laticínios é mais uma opção de renda para muitas agroindústrias. No Brasil, o crescimento na produção e comercialização, observado no decorrer dos anos, possibilitou vários motivos para uma mudança no mercado lácteo. Um dos motivos está conectado à integração econômica e à abertura comercial. Outro motivo, associa-se às mudanças nos padrões de consumo de laticínios pela população. Ligado a esse ponto, está a mudança do produto em *commodity* e a formação de muitas estruturas industriais (CARVALHO, 2010).

Segundo dados do IBGE (2018), no mercado brasileiro, o primeiro semestre de 2017 foi favorável aos produtores em alguns pontos como o preço do leite e custo de produção, o que impulsionou a expansão da oferta. No segundo semestre do mesmo ano, os preços recuaram um pouco e as margens do pecuarista foram afetadas. No caso das agroindústrias, as margens de comercialização dos derivados mantiveram-se em baixa, devido à dificuldade para repasses de preços aos varejistas. A estrutura concorrencial dos laticínios e o desempenho considerado fraco da economia brasileira, auxiliaram para uma dificuldade na rentabilidade. Os consumidores foram os que se beneficiaram dos preços mais baixos, presentes no mercado.

Entre os anos de 2010 e 2018, a produção leiteira aumentou significativamente. No ano de 1997, o Brasil detinha uma produção de 18,7 bilhões de litros de leite. A partir de 1998 a produção aumentou em média 4% ao ano, chegando a 35,124 bilhões de litros em 2014. Contudo, nos anos seguintes, houve uma pequena baixa na produção, sendo revertida novamente no ano de 2018 quando a produção retornou seu crescimento atingindo a marca de 33,840 bilhões de litros.

Ainda segundo o IBGE (2018) diante destes dados, a região Sul destaca-se das demais, tanto em produção quanto em produtividade. Nos últimos vinte

anos de produção leiteira e a produção de derivados, os Estados do Sul registraram um grande avanço, provando que a região é uma das principais produtoras, respondendo por 34,2% do total. Assim a região Sul demonstra ter um grande potencial, comparado com outras regiões brasileiras.

A aquisição de leite cru feita pelos estabelecimentos que atuam sob algum tipo de inspeção sanitária (federal, estadual ou municipal), no 2º trimestre de 2019, foi de 5,86 bilhões de litros. O valor correspondeu a um aumento de 7,1% em comparação ao volume registrado no 2º trimestre de 2018. Por outro lado, houve retração de 5,4% em relação à quantidade captada no 1º trimestre de 2019 (IBGE, 2019).

Custos e Despesas

Para viabilizar as atividades de qualquer empreendimento, é preciso haver desembolsos para pagar pela utilização dos recursos que são necessários para manter as operações, ou seja, os custos e despesas incorridos no ambiente organizacional.

Os custos e as despesas se diferenciam um do outro. Os custos são a soma de todos os gastos incorridos na sua aquisição ou produção, de maneira que possam ser vendidos, transformados ou utilizados na elaboração de produtos ou na prestação de serviços (RIBEIRO, 2011).

Os custos podem ser classificados em diretos e indiretos, o que é útil para a realização de análises de rentabilidade, controle de gastos e formação de preço. Considera-se custo direto aquele que pode ser identificado de maneira fácil e mensurado, adequadamente, ao objeto de custo em causa, ou seja, podem ser quantificados nos portadores finais, quando considerados individualmente. Exemplos: matérias-primas, materiais de embalagens e horas de mão de obra do operário que trabalha efetivamente na fabricação do produto (BERTI, 2006).

Por sua vez, o custo indireto é aquele, cuja identificação ao objeto de custo, é feita de forma indireta, mediante parâmetros estabelecidos previamente; portanto, não podem ser quantificados nos portadores finais, como por exemplos, materiais de consumo diverso, salários dos supervisores dos operários, aluguel do prédio da fábrica e depreciação de equipamentos (FERREIRA, 2008).

Segundo Ribeiro (2011), os custos podem também ser classificados em custos fixos e variáveis. Custos fixos são aqueles que, em determinado período de tempo e, mesmo com aumento da capacidade, não variam, ou, até mesmo, quando não haja produção. Os custos variáveis variam na razão com as modificações, que podem ser unidades produzidas ou vendidas. Em termos de planejamento, essa classificação permite ao proprietário prever o que acontecerá em sua estrutura de custos.

Já as despesas são bens ou serviços que a empresa possui direta ou indiretamente para obter receitas. As despesas reduzem o patrimônio da empresa e têm características de representar custos no processo de conquistas de receitas, portanto, nem todos os gastos são despesas, ou só se transformam em despesa quando ocorre sua venda. As despesas englobam, gastos e recursos relacionados às funções, administrativa, comerciais, marketing, finanças, dentre outros (MARTINS, 2010).

Rentabilidade na atividade rural

Os indicadores de rentabilidade apresentam os principais aspectos econômicos das empresas, são indicadores que revelam, em percentual, a situação econômica da empresa, mostra qual foi a rentabilidade do capital investido. A rentabilidade é definida de acordo com os investimentos. As principais fontes de financiamento do ativo são as de capital próprio e de capital de terceiros. A administração equilibrada do ativo, permite para a organização um maior retorno (MARION, 2009).

Segundo Padoveze e Benedicto (2004), a análise da rentabilidade pode ser considerada, na maioria das vezes, uma das mais importantes para a análise das demonstrações financeiras, pois seu principal objetivo é apresentar o retorno do capital investido por uma organização.

Martinewski (2009) defende que os índices de Rentabilidade sugerem precisamente quanto os capitais investidos na empresa atingiram, ou seja, quanto os investimentos empresariais obtiveram como retorno, o que determina o grau de excelência econômica da empresa. Os indicadores de rentabilidade podem ser considerados como de aspecto econômico, pois demonstram a capacidade de uma organização, além de indicar sua competência em gerar recursos e ajudar os gestores em suas tomadas de decisões.

Metodologia

Esta pesquisa caracteriza-se como descritiva, bibliográfica, documental e estudo de caso. Segundo Moreira (2002) as pesquisas descritivas têm como objetivo a descrição das particularidades de certa população, fenômeno ou estabelecimento. Com a utilização de técnicas uniformizadas de coleta de dados, questionário, observação sistemática, entrevista semiestruturada. De acordo com Lakatos e Marconi (2003) a pesquisa descritiva é quando o pesquisador somente registra e descreve os fatos observados sem envolver-se neles. Envolve o uso de técnicas padronizadas, assume o aspecto de levantamento.

Neste estudo, buscou-se o detalhamento das atividades que ocorrem na propriedade rural, descrevendo todo o processo de produção desde a ordenha das vacas, armazenamento do leite, produção dos derivados (requeijão, manteiga e nata) e a descrição das atividades de cada integrante da família. Com relação aos procedimentos técnicos utilizados no trabalho, ou seja, o modo pelo qual foram adquiridos os dados, foram realizadas pesquisas na literatura sobre rentabilidade no agronegócio, custos e despesas e produção de laticínios.

Para Gil (2008), esse modelo de pesquisa caracterizado como bibliográfica e é constituída principalmente de livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico e internet.

Esta pesquisa também buscou materiais que complementem o trabalho, como dados estatísticos sobre a atividade e dados relacionados ao controle das atividades, como notas fiscais de venda e dos gastos incorridos durante o período analisado. Assim, este estudo se caracteriza também como documental, que segundo Gil (2008), se baseia em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

Foi realizado um estudo de caso na propriedade investigada e, com a coleta e organização dos dados, foi possível elaborar um controle gerencial, com as principais receitas, custos e despesas da produção de laticínios na propriedade. Após essa etapa, foram realizados os cálculos dos indicadores de rentabilidade e estruturado uma análise dos resultados.

A coleta de dados ocorreu durante os meses de janeiro a abril de 2020, em uma pequena propriedade leiteira, localizada no Município de Irati, Paraná, por meio de entrevistas aos proprietários, observação dos processos realizados, além de acesso aos dados da propriedade. O período de análise abrangeu janeiro a dezembro, do ano de 2019. Para apresentação dos dados coletados, foram utilizadas tabelas, elaboradas por meio do *software* Excel.

Resultados e Discussões

A propriedade em estudo é caracterizada de pequeno porte, com oito hectares, localizada no interior do município de Irati/PR. Foi desenvolvida uma agroindústria familiar, que produz laticínios, como a manteiga, a nata e o requeijão. No ano de 2019, havia 18 vacas leiteiras e toda a produção era destinada para a fabricação dos derivados.

O processo começa com as ordenhas, diariamente, pela manhã aproximadamente às cinco horas e trinta minutos. As matrizes são recolhidas em uma espécie de galpão, e cada uma possui um cocho com a alimentação necessária. Após ter acomodado cada matriz na sua repartição é realizada a higienização dos animais, iniciando-se, então, o processo de ordenha. O processo é totalmente realizado por equipamentos motorizados e, depois da ordenha, o leite é levado até o local onde são produzidos os derivados. O leite é colocado em recipientes de 20 litros a 100 litros, nos quais ficam armazenados para a produção. O mesmo processo ocorre na parte da tarde por volta das dezesseis horas e trinta minutos.

O leite utilizado na produção fica armazenado em torno de 24 horas. Passado este tempo, é iniciada a produção. Primeiramente, é feita a retirada de toda a nata que já está na superfície, e reservada. O leite se transforma do seu estado líquido para a coalhada, a qual é transferida para uma panela, em fogo médio e, com aproximadamente duas horas, se transforma em requeijão. Após essa etapa, o produto é envolvido por um tecido e suspenso para que todo o líquido seja retirado. Essa etapa demora cerca de duas horas e, posteriormente, é embalado em pacotes de 500g, todos em peso padrão. Posteriormente, é colocado o selo do produto com as informações nutricionais, data de fabricação, validade, peso e outras informações e, em seguida, é armazenado em refrigeradores, para depois ser vendido.

A nata que foi reservada é utilizada na produção de manteiga. Em um liquidificador, um dos proprietários, coloca a nata, com um pouco de água e uma pitada de sal. Em prazo de minutos, fica pronta a manteiga, que é colocada em potes de 250g. O restante da nata que sobra é colocada nos potes, depois é colocado os selos e armazenados em refrigeradores.

A agroindústria estudada neste trabalho não possui contabilidade de sua produção. Para a realização da análise de rentabilidade, foi necessário adquirir, coletar os dados e depois elaborar um controle contábil gerencial.

Em relação aos custos e despesas foram levantados dados referentes ao ano de 2019, e separados por trimestres e por produtos vendidos. A Tabela 1 mostra os dados referentes à manteiga.

Tabela 1 – Receita, custos e despesas da produção de manteiga

Manteiga	1º trimestre		2º trimestre		3º trimestre		4º trimestre	
	Qtde (kg)	Valor total	Qtde (kg)	Valor total	Qtde (kg)	Valor total	Qtde (kg)	Valor total
Receita	159,74	2.723,08	136,00	2.176,00	104,25		1.668,00	
Custos Dir.	102,88	1.646,00						
Embalagens	11.873,74	3.018,94		2.984,70		2.940,60		2.929,50
Mão de obra						119,10		108,00
Custos Ind.		197,44		163,20		2.821,50		2.821,50
Despesas		2.821,50		2.821,50		139,65		174,49
Gasolina	32,52	210,44	32,52	220,06	32,52	293,21	32,52	293,21
Imp./taxas		21,31		21,31		21,31		21,31
Manut. Veíc.		17,76		17,76		17,76		17,76
Telefone		16,30		16,30		16,30		16,30
Depreciação		201,18		201,18		201,18		201,18
Administr.		4,14		4,14		4,14		4,14
Total (5.578,15)		(799,51)		(1.321,97)		(1.705,46)		(1.751,20)

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

A Tabela 1 demonstra as receitas, os custos e as despesas da produção de manteiga. A receita líquida anual foi de R\$ 8.213,08. Os custos diretos com embalagens e mão de obra, totalizaram R\$ 11.873,74. Para os custos indiretos foi realizado rateio dos custos indiretos totais com base na quantidade dos derivados produzidos na propriedade, o que gerou um custo alocado para a manteiga, no valor de R\$ 744,64. As despesas foram de R\$ 1.172,85. Deduzindo todos os custos e despesas da receita, ocorreu durante o ano de 2019, na produção de manteiga, um prejuízo de R\$ 5.578,15.

A Tabela 2 demonstra o desenvolvimento da produção de nata, no ano de 2019.

Tabela 2 - Receita, custos e despesas da produção de nata

Nata	1º trimestre		2º trimestre		3º trimestre		4º trimestre	
	Qtde (kg)	Valor total	Qtde (kg)	Valor total	Qtde (kg)	Valor total	Qtde (kg)	Valor total
Receita	44,20	548,20	81,15	600,00	64,25	771,00	8,42	101,00
Custos Dir.		994,50		999,60		1.017,60		952,80
Embalagens		54,00		59,10		77,10		12,30
Mão de obra		940,50		940,50		940,50		940,50
Custos Ind.		58,23		131,31		86,07		14,28
Despesas		72,12		72,12		72,13		72,13
Gasolina		8,00		8,00		8,00		8,00
Imp./taxas		5,24		5,24		5,24		5,24
Manut. Veíc.		4,37		4,37		4,37		4,37
Telefone		4,01		4,01		4,01		4,01
Depreciação		49,49		49,49		49,49		49,49
Administr.		1,02		1,02		1,02		1,02
Total (2.522,68)		(576,65)		(603,03)		(404,79)		(938,20)

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

A receita total com a venda de nata durante o ano foi de R\$2.020,20, os custos diretos deduziram R\$ 3.964,50 da receita e os custos indiretos totalizaram de R\$ 289,88. A Tabela 3 evidencia as receitas, custos e despesas da produção de requeijão, durante o ano de 2019.

Tabela 3 - Receita, custos e despesas da produção de requeijão

Requeijão	1º trimestre		2º trimestre		3º trimestre		4º trimestre	
	Qtde (kg)	Valor total	Qtde (kg)	Valor total	Qtde (kg)	Valor total	Qtde (kg)	Valor total
Receita		15.793,03		12.781,13		11.484,95		10.196,06
Custos Dir.		11.133,26		9.998,69		1.017,60		952,80
Embalagens		278,56		137,92		152,26		152,26
Mão de obra		5.643,00		5.643,00		5.643,00		5.643,00
Litro de leite		5.211,70		4.217,77		5.689,69		4.399,23
Custos Ind.		1.684,73		1.654,49		1.847,67		1.760,50
Despesas		2.111,57		2.111,57		2.111,57		2.111,57
Gasolina		234,18		234,18		234,18		234,18
Imp./taxas		153,45		153,45		153,45		153,45
Manut. Veíc.		127,88		127,88		127,88		127,88
Telefone		117,39		117,39		117,39		117,39
Depreciação		1.448,83		1.448,83		1.448,83		1.448,83
Administr.		29,84		29,84		29,84		29,84
Total 940,07		863,47		(983,62)		1.797,32		(737,10)

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

A demanda por requeijão nos mercados na cidade de Irati-PR é maior, se comparado aos demais produtos. Devido a isso, a receita do produto, em 2019, foi de R\$ 59.146,69. Nos custos diretos, foi calculado o custo do litro de leite. Para chegar ao valor do preço do leite, foram levantados os custos de plantação do alimento dos animais que é realizado na propriedade, o alimento que é comprado, como a ração e o sal mineral, a medicação, os produtos para higienização entre outros, ou seja, todos os custos relacionados para a produção do leite, que somando com os demais custos gerou um total de R\$ 42.812,96.

O valor do custo do leite não foi incluído nos demais produtos, porque a nata é retirada do mesmo leite que é utilizado para a fabricação do requeijão.

Os custos indiretos da produção do requeijão totalizaram R\$ 6.947,39. Com a Tabela 4, é possível observar como foi o desempenho das receitas, custos e despesas dos três produtos, no ano de 2019.

Tabela 4 - Receita, custos e despesas da produção de nata

Nata	1º trimestre		2º trimestre		3º trimestre		4º trimestre	
	Qtde (kg)	Valor total	Qtde (kg)	Valor total	Qtde (kg)	Valor total	Qtde (kg)	Valor total
Receita	1.482,78	19.064,31	1.239,64	15.557,13	1.547,82	19.680,50	1.149,22	15.078,03
Custos Dir.	69.379,97	11.133,26		9.998,69		1.017,60		952,80
Embalagens		530,00		360,22		348,46		274,13
Mão de obra		9.405,00		9.405,00		9.405,00		9.405,00
Litro de leite		5.211,70		4.217,77		5.689,69		4.399,23
Custos Ind.		1.953,40		2.005,86		2.073,38		1.949,27
Despesas		2.476,90		2.476,90		2.476,90		2.476,90
Gasolina		274,70		274,70		274,70		274,70
Imp./taxas		180,00		180,00		180,00		180,00
Manut. Veíc.		150,00		150,00		150,00		150,00
Telefone		137,70		137,70		137,70		137,70
Depreciação		1.699,50		1.699,50		1.699,50		1.699,50
Administr.		35,00		35,00		35,00		35,00
Total (7.160,74)		1.964,21		(431,72)		2.163,97		(949,60)

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

A receita total no período, que compreende o ano de 2019, foi de R\$ 69.379,97, os custos diretos de produção constituíram um valor de R\$ 58.651,20, os custos indiretos R\$ 7.981,91 e as despesas R\$ 9.907,60. Diminuindo esses valores da receita, pode-se constatar que o resultado não foi satisfatório, gerando um prejuízo de R\$ 7.160,74.

Com essa análise é possível ter informações fundamentais para o gerenciamento da atividade, como por exemplo, é essencial que os proprietários revejam seus custos e despesas. Com esse valor, seria necessário produzir cerca de 194,66 kg de manteiga por trimestre e aproximadamente 101,27 kg de nata para cobrir a perda. O requeijão apresenta um pequeno lucro, mas mesmo assim é sugerido buscar estratégias para melhorar a estrutura de custos, pois a rentabilidade é baixa. Seria interessante também rever o preço de venda e programar uma possível alteração do preço para que, dessa forma, consiga cobrir todos os seus gastos. Em termos monetários, o ponto de equilíbrio financeiro é atingido quando a propriedade obtém um valor de R\$ 76.540,71. Portanto, é essencial que a propriedade obtenha esta rentabilidade para pagar todos os gastos sem obter lucro ou prejuízo.

Considerações Finais

As agroindústrias familiares são importantes para a economia e possuem papel fundamental para gerar trabalho e renda para o sustento das famílias. No entanto, uma das dificuldades encontradas em empreendimentos familiares, é que os controles gerenciais da atividade são, muitas vezes, ausentes. Esse foi o caso da propriedade investigada, que não possuía um controle contábil gerencial e, este estudo, buscou trazer maior conhecimento aos proprietários sobre o uso das ferramentas contábeis na gestão e desenvolvimento da sua propriedade, para assim, auxiliá-lo no controle dos seus custos de produção e também na tomada de decisões.

O objetivo deste estudo foi analisar a rentabilidade na produção de laticínios, em relação aos seus custos e despesas. Dessa forma, buscou-se disponibilizar maior conhecimento ao produtor rural sobre o uso da contabilidade na sua atividade, bem como, destacar a importância do uso das ferramentas contábeis na gestão da propriedade, e analisar por meio do estudo de rentabilidade, se seu investimento está trazendo o retorno desejável.

Os resultados observados não foram os esperados, pois todo investidor deseja que seu negócio gere lucro, mas isso demonstra o quanto é importante o levantamento dessas informações que possibilitam ao produtor uma visão de suas decisões futuras, bem como possibilita ao produtor mais segurança com relação à atividade desenvolvida.

Diante disso, o estudo teve seu objetivo alcançado, ao analisar a rentabilidade da produção, com relação aos custos e despesas, no período de 2019. Posteriormente, esse estudo contribuiu para que o produtor controle os gastos e efetue a comparação entre os produtos, de modo que ele possa decidir entre continuar ou não com a produção, modificar sua estrutura de custos ou, ainda, investir além da produção dos laticínios, como por exemplo, vender o leite na sua forma crua.

Ressalta-se que este estudo possui limitações. A primeira limitação está relacionada à propriedade e à atividade estudada, não sendo possível estabelecer generalizações para outros casos. A outra limitação está atrelada ao período de análise, considerando o período de janeiro a dezembro de 2019. O comportamento da atividade, em relação à rentabilidade, custos e despesas, pode seguir o controle gerencial estabelecido para um controle futuro das atividades.

Destaca-se a importância de estudos futuros sobre o tema, tendo em vista que a produção de derivados do leite em pequenas propriedades rurais, vem sendo expandida e cada propriedade tem suas particularidades, assim como o próprio setor. Espera-se que a análise desenvolvida neste trabalho, possa auxi-

liar outros produtores, podendo ser adaptado à realidade de outras propriedades rurais, colaborando para uma melhor organização das atividades desenvolvidas. Espera-se, também, que a metodologia empregada neste estudo possa ser utilizada em pesquisas futuras que busquem conhecimento nesta temática.

Referências

ANUÁRIO DO LEITE 2018. **Indicadores, tendências e oportunidades para quem vive no setor leiteiro**. São Paulo: Embrapa, 2018. 116p. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1094149/anuario-leite-2018-indicadores-tendencias-e-oportunidades-para-quem-vive-no-setor-leiteiro>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

BERTI, A. **Contabilidade e análise de custos**. Curitiba: Juruá, 2006.

BITTENCOURT, G. A., BIANCHINI, V. **A agricultura familiar na região sul do Brasil**. Consultoria UTF/036FAO/INCRA, 1996, 125 p. Disponível em: <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/publicacoes>>. Acesso em: 10/10/2019.

CARVALHO, G. R. O retrato do mercado nacional. **Revista Leite & Derivados**, v. 19, n. 118, p. 22-28, 2010.

CHEMIN B. F.; AHLERT L. A Sucessão patrimonial na Agricultura Familiar. **Estudo e Debate**, Lajeado, v. 17, n. 1, p. 50-52, jan. 2010.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. **A produtividade da soja: análise e perspectivas**. Compêndio de Estudos Conab / Companhia Nacional de Abastecimento. v 1. 2016. Brasília: Conab, 2016. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br>>. Acesso em: 19 ago. 2019.

DETTMER, C. A.; SILVA, N. L. S. Agricultura Familiar - estudo de caso no assentamento Teijin, município de Nova Andradina, MS. **Revista Nera**, n. 29, p. 133-150, 2015.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. *Índice de custo de Produção de Leite* – ICPL Leite/Embrapa. Juiz de Fora, MG, 2018. Disponível em: < <http://www.cileite.com.br/content/índice-de-custo-de-produção-de-leite-4>>. Acesso em: 15/08/2019.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Agricultura familiar e a difusa**: conceituação do termo. Notícias. Online, publicada em 01 set. 2014. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/2464156/agricultura-familiar-e-a-difusa-conceituacao-do-termo>>. Acesso em: 10 mai. 2021.

FERREIRA, J. A. S. **Contabilidade de Custos**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Pesquisa Trimestral do Leite**. Rio de Janeiro, RJ, 2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/novoportal/economicas/agricultura-e-pecuaria/9209-pesquisa-trimestral-do-leite.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 15 out. 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores IBGE**: estatística da produção pecuária. 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9209-pesquisa-trimestral-do-leite.html?=&t=publicacoes>>. Acesso em: 15 out. 2019.

IDRHa. Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica. **Introdução à Diversificação de Atividades em Meio Rural**. 2014. Disponível em: <http://www.idrha.min-agricultura.pt/meio_rural/introducao.htm>. Acesso em: 15 out. 2019.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LOPES, M. A. O futuro da gestão de riscos na agropecuária. **Revista de política agrícola**. V. 26, n. 3, p. 3-7, jul./set. 2017.

LOPES, P. F.; REIS, R. P.; YAMAGUCHI, L. C. T. Custos e escala de produção na pecuária leiteira: estudo nos principais estados produtores do Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 45, n. 3, p. 567-590, 2007.

MARION, J. C. **Análise das Demonstrações Contábeis**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, J. C.; SEGATTI, S. Sistema de gestão de custos nas pequenas propriedades leiteiras. **Revista Custos e @gronegocio online**. v. 2, n. 2, jul./dez. 2006.

MARTINEWSKI, A.L. **Contabilidade e Análise das Demonstrações Financeiras**. (Especialização em Mercado de Capitais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MARTINS, E. **Contabilidade de Custos**, 10 ed. São Paulo, Atlas, 2010.

MOREIRA, D. A. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

PADOVEZE, C.L; BENEDICTO, G.C. **Análise de Demonstrações Financeiras**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade de Custos**, 2 ed. São Paulo, Saraiva, 2011.

SIQUEIRA, K. B. **O mercado consumidor de leite e derivados**. Circular técnica 120. (Embrapa, 2019). Juiz de Fora/MG, julho de 2019.

TORREZAN, R.; CASCELLI, S. M. F.; DINIZ, J. D. A. S. **Agroindústria familiar: aspectos a serem considerados na sua implantação**. – Brasília, DF: Embrapa, 2017.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Mônica Aparecida Bortolotti

Bacharelado em Ciências Econômicas - Universidade Federal de Santa Maria - UFSM (2006); Bacharel em Ciências Contábeis - Cruzeiro do Sul (2020); Tecnólogo em Gestão Pública - Universidade Estadual do Oeste do Paraná -UNIOESTE (2021) Doutora em Políticas Públicas - Universidade Federal do Paraná - UFPR (2019); Mestrado em Extensão Rural - UFSM (2008); Mestre em Desenvolvimento Regional - Universidade Tecnológica do Paraná -UTFPR (2014); Pós - graduada em Educação Ambiental - UFSM (2011); e, MBA em Controladoria e Finanças Corporativas - Faculdade Futura (2021). Áreas de atuação: Contabilidade Pública; Contabilidade Social; Gestão pública; Políticas Públicas; Políticas Agrícolas; Macroeconomia; e, Segurança Alimentar e Nutricional. Experiência em Instituições Públicas e Privadas; Núcleo Docente Estruturante (NDE); Conselho Departamental; Coordenação de Curso; Tutoria em Cursos de Educação à distância; Orientação de Estágio e Trabalho de Conclusão de Curso. Atualmente docente colaboradora do Departamento de Ciências Contábeis Unicentro/Irati. E-mail: monica_economia@yahoo.com.br

Maricléia Aparecida Leite Novak

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO. Mestre no programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário da Universidade Estadual do Centro-Oeste (PPGDC- UNICENTRO). Doutora no programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário da Universidade Estadual do Centro-Oeste (PPGDC- UNICENTRO).

E-mail: maricleia@hotmail.com.br

SOBRE OS AUTORES

Alex Correa

Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Centro Oeste, Unicentro (2014) e Especialista em Gestão de Contabilidade e Finanças Empresariais pelo Centro Universitário UniDomBosco (2021).

Email: alexcorrea@unicentro.br

Almir Cléydison Joaquim da Silva

Economista pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), mestre e doutor na área de Estado, Economia e Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor universitário. Desenvolve pesquisas nas áreas de desenvolvimento econômico, desenvolvimento regional, análise de políticas públicas e política industrial. Email: almirjoaquim@gmail.com

Cláudio Suzuki

Doutorando em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor de Direito do curso de graduação e pós-graduação em Direito da Universidade Nove de Julho (UniNove), da pós-graduação em Direito da Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU) e do Curso de Extensão Universitária do SENAC/SP, todos na capital do Estado de São Paulo. É pós-graduado em Direito Penal (2001) e Processo Penal (2002) pela FMU. Mestre em Direito pela FMU (2010). Email contato@claudiosuzuki.com.br

Eduardo José Ramalho Stroparo

Advogado, Mestrando em Desenvolvimento Comunitário, Especialista em Direito Administrativo e Licitações e Contratos e Direito. Servidor da Defensoria Pública do Estado do Paraná. Email eduardo.rs.pa@gmail.com

Gelson Menon

Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) (2013) e em História pela UNICENTRO (2003). Especialista em Direito Tributário pela Universidade Anhanguera (2015) e em Perspectivas do Ensino de História do Brasil pela UNICENTRO (2005) Mestre e Doutorando em Desenvolvimento Comunitário pela UNICENTRO. Atualmente é Contador e Professor de Ensino Superior na Universidade Estadual do Centro-Oeste. Com experiência na área de Contabilidade Geral e instituições financeiras. E-mail: gelsonmenon@gmail.com

Igor Soares de Souza

Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Centro-Oeste- UNICENTRO. E- mail: isouzacw@outlook.com

Luana Vanessa Mikuska Leuch

Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Centro-Oeste- UNICENTRO. E- mail luanamikusca@gmail.com

Maria Cláudia Bobek

Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Centro-Oeste- UNICENTRO. E- mail claudia.bobek@yahoo.com.br

Maricléia Aparecida Leite Novak

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO. Mestre no programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário da Universidade Estadual do Centro-Oeste (PPGDC- UNICENTRO). Doutora no programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário da Universidade Estadual do Centro-Oeste (PPGDC- UNICENTRO).

E-mail: maricleia@hotmail.com.br

Marli Kuasoski

Doutora em Desenvolvimento Comunitário pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário, da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), no Paraná, sob orientação de Sergio Luis Dias Doliveira. Mestre em Desenvolvimento Comunitário pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (2016). Especialista em Controladoria e Finanças pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (2012). Possui graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (2010) E- mail marlikuasoski@hotmail.com

Mônica Aparecida Bortolotti

Bacharelado em Ciências Econômicas - Universidade Federal de Santa Maria - UFSM (2006); Bacharel em Ciências Contábeis - Cruzeiro do Sul (2020); Tecnólogo em Gestão Pública - Universidade Estadual do Oeste do Paraná -UNIOESTE (2021) Doutora em Políticas Públicas - Universidade Federal do Paraná - UFPR (2019); Mestrado em Extensão Rural - UFSM (2008); Mestre em Desenvolvimento Regional - Universidade Tecnológica do Paraná -UTFPR (2014); Pós - graduada em Educação Ambiental - UFSM (2011); e, MBA em Controladoria e Finanças Corporativas - Faculdade Futura (2021). Áreas de atuação: Contabilidade Pública; Contabilidade Social; Gestão pública; Políticas Públicas; Políticas Agrícolas; Macroeconomia; e, Segurança Alimentar e Nutricional. Experiência em Instituições Públicas e Privadas; Núcleo Docente Estruturante (NDE); Conselho Departamental; Coordenação de Curso; Tutoria em Cursos de Educação à distância; Orientação de Estágio e Trabalho de Conclusão de Curso. Atualmente docente colaboradora do Departamento de Ciências Contábeis Unicentro/Irati. E-mail: monica_economia@yahoo.com.br

Ronaldo Ferreira Maganhotto

Graduado em Turismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2001). Especialista em Análise Ambiental pela Universidade Federal do Paraná (2003). Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (2006). Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (2013). Experiência na área de Turismo, com ênfase em áreas naturais, atuando principalmente nas seguintes áreas: planejamento turístico, conservação da natureza e geoprocessamento. Atualmente, compõe o quadro docente da Universidade Estadual do Centro Oeste, UNICENTRO. E-mail rmaganhotto@unicentro.br

Caderno de Pesquisa em **Ciências Sociais e Aplicadas**

Volume II

ARCO
EDITORES ● ● ●

www.arcoeditores.com
contato@arcoeditores.com
(55)99723-4952

